

ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

ANDERSON NEREU GALCOWSKI

A CONTRACEPÇÃO NAS PÁGINAS DA CAPRICO – OS DISCURSOS
CONCERNENTES À CONTRACEPÇÃO REVERBERADOS PELA REVISTA
CAPRICO NO ANO DE 1994

SÃO LEOPOLDO

2011

ANDERSON NEREU GALCOWSKI

A CONTRACEPÇÃO NAS PÁGINAS DA CAPRICHOS – OS DISCURSOS
CONCERNENTES À CONTRACEPÇÃO REVERBERADOS PELA REVISTA
CAPRICHOS NO ANO DE 1994

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Escola Superior de Teologia
Programa de Pós-Graduação
Linha de Pesquisa: Ética e Gestão

Orientador: Prof. Dr. Wilhelm Wachholz

SÃO LEOPOLDO

2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G148c Galcowski, Anderson Nereu

A contracepção nas páginas da Capricho – os discursos concementes à contracepção reverberados pela revista Capricho no ano de 1994 / Anderson Nereu Galcowski ; orientador Wilhelm Wachholz. – São Leopoldo : EST/PPG, 2011.

102 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Teologia. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2011.

1. Controle de natalidade – Brasil. 2. Revista Capricho. 3. Anticoncepção – Brasil – História. 4. Sexo na comunicação de massa. I. Wachholz, Wilhelm. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

DEDICATÓRIA

A Márcia Borges de Lima Galcowski, pelo incentivo e apoio dado, pelo carinho e compreensão ao longo dessa jornada. Ao Pedro, Pablo e Morgana, como uma forma de incentivo à vida acadêmica. Aos meus pais, Inácio e Odete Galcowski, pela paciência, pelo orgulho adquirido ao longo do tempo pela minha profissão e sobretudo, pela minha existência.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Wilhelm Wachholz, meu reconhecimento por proporcionar através de suas orientações pontuais a elaboração e conclusão deste trabalho com maior serenidade e convicção.

Ao Mestre Evandro André de Souza, pelos bons exemplos, influência acadêmica e pela oportunidade de ter sido seu colega de trabalho. Sem dúvida, uma pessoa determinante para o ingresso e conclusão de mais esta etapa acadêmica.

Aos familiares e amigos que tanto através das suas críticas como do seu apoio contribuíram para a superação dos obstáculos deste caminho. Em especial a Hilda, Vani, Laudir, Carlos, Gisa e a pequena Letícia, pelos momentos de descontração, acolhida e motivação.

À Escola Superior de Teologia (Faculdades EST), pela receptividade, organização e empenho em proporcionar a qualificação profissional e pessoal dos seus discentes. Especialmente ao Professor Dr. Valério Schaper, ao Professor Dr. Rudolf von Sinner, à Professora Dra. Gisela Streck e aos demais Professores da EST que estiveram conosco ao longo deste Mestrado Profissional.

RESUMO

A presente pesquisa objetiva reconhecer os discursos concernentes às práticas contraceptivas veiculados pela Revista Capricho no ano de 1994. Para tal, foi organizado um conjunto de fontes compostas por seis volumes do periódico referentes aos meses de janeiro, março, maio, setembro, outubro e dezembro do mesmo ano. Compreende uma descrição do percurso histórico da contracepção no Brasil a partir da década de 1960 até meados dos anos de 1990, inclusive através da perspectiva que engloba as políticas públicas sobre a utilização dos anticoncepcionais hormonais e a camisinha. Busca-se analisar alguns conceitos correlatos à pedagogia cultural e suas áreas afins além de investigar as possíveis formas pelas quais os discursos propagados pela mídia interferem no processo de formação das subjetividades.

PALAVRAS-CHAVE: Pedagogia cultural. Revista Capricho. História da contracepção.

ABSTRACT

This research aims to recognize the discourse concerning contraceptive practices conveyed by Capricho magazine in 1994. To that end, was organized a set of sources consisting of six volumes of the magazine of the months: January, March, May, September, October, December in the same year. It includes a description of the historical path of contraception in Brazil since the sixties to the mid-nineties, including from the perspective that encompasses public policies about the use of hormonal contraceptives and condoms. It seeks to analyzes some concepts related to cultural pedagogy and its related areas and to investigate the possible ways in which discourses propagated by the media interfere in the formation of subjectivities.

KEYWORDS: cultural pedagogy. Capricho Magazine. History of contraception.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – CAPRICHIO, 1994a. p. 20.....	62
FIGURA 2 – CAPRICHIO, 1994d. p. 8.....	64
FIGURA 3 – CAPRICHIO, 1994f. p. 13.....	65
FIGURA 4 – CAPRICHIO, 1994a. p. 22.....	66
FIGURA 5 – CAPRICHIO, 1994d. p. 20.....	67
FIGURA 6 – CAPRICHIO, 1994e. p. 24.....	68
FIGURA 7 – CAPRICHIO, 1994f. p. 32.....	69
FIGURA 8 – CAPRICHIO, 1994f. p. 214.....	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Exemplares da Revista Capricho	11
Tabela 2 – Categorias de análise	11
Tabela 3 – Ocorrência dos termos Anticoncepcional hormonal, Camisinha, Anticoncepcional hormonal e camisinha e DIU nos seis volumes da Revista Capricho no ano de 1994	74
Tabela 4 – Divisão dos termos Anticoncepcional hormonal, Camisinha, Anticoncepcional hormonal e camisinha e DIU por freqüência apresentada nos seis volumes da Revista Capricho no ano de 1994	75

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 DO CRESCER E MULTIPLICAI-VOS À ASSUNÇÃO DO CONTROLE DA NATALIDADE NO INÍCIO DA DÉCADA DE 60	15
1.1 Ambiguidades entre antinatalistas e anticontrolistas nos primeiros anos do regime ditatorial.....	18
1.2 Avanços da tendência controlista	24
1.3 Planejamento familiar versus controle da natalidade.....	30
1.4 A proliferação da AIDS e a conferência internacional sobre população do Cairo	35
2 EDUCAÇÃO ALÉM DA ESCOLA	37
2.1 A mídia e a formação das subjetividades	41
2.2 Mídiação de identidades culturais.....	47
2.3 O currículo cultural e a autorregulação	52
3 HISTÓRIA DA REVISTA CAPRICO	55
3.1 Nas páginas da capricho	58
3.2 Os anticoncepcionais hormonais e o DIU nas páginas da capricho	59
3.3 A camisinha nas páginas da capricho.....	61
CONCLUSÃO.....	73
REFERÊNCIAS	77
ANEXO	86

INTRODUÇÃO

História, Estudos Culturais, Pedagogia Cultural e Mídia Impressa. A opção por desenvolver uma pesquisa que envolvesse essas áreas do conhecimento ou temáticas é o resultado de inúmeras questões levantadas por mim ou compiladas ao longo da minha trajetória profissional acerca da influência da mídia no processo de formação das subjetividades e propagação de práticas sociais.

A partir da observação realizada em espaços de convivência ocupados por mim, sejam eles pessoais ou profissionais, tornou-se possível verificar a reprodução de determinados estereótipos e discursos reproduzidos pela mídia. Neste sentido, passei a me interessar e conseqüentemente analisar as formas pelas quais esses conteúdos são propagados e assimilados por meio da própria mídia. Essas observações passaram a ser ainda mais intensas e freqüentes no transcorrer da minha experiência como educador, especialmente no período em que atuei junto aos anos finais do ensino fundamental.

Em decorrência dessas atividades e do contato com referenciais teóricos concernentes à pedagogia da mídia, pedagogia cultural e massificação da cultura, passei a analisar o currículo através da perspectiva segundo a qual este se modela e propaga nas mais diversas instâncias culturais.

Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Teologia: Ética e Gestão da Escola Superior de Teologia, – EST – instigou-me a possibilidade de realizar uma pesquisa que compreendesse os modos através dos quais a mídia impressa veicula discursos normatizadores.

Após algumas semanas folheando periódicos de meados dos anos de 1990 em busca de materiais que veicularam informações acerca dos métodos anticoncepcionais, fui surpreendido com o empréstimo de uma coleção de seis revistas *Capricho* pertinentes ao ano de 1994 por uma então colega de trabalho.

Incorporando o slogan “A Revista da Gatinha” desde o ano de 1985, a *Capricho* destinava-se nos anos da década de 1990 a um público leitor que compreendia a faixa etária dos 12 aos 19 anos.¹ Seu formato e linguagem, bem como sua linha editorial, são caracterizados de acordo com a proposta da própria

¹ ABRIL, Editora. *História da Capricho*. Disponível em: <<http://capricho.abril.com.br/historia/>>. Acesso em: 15 jun. 2011a.

revista, que por sua vez, visa servir como uma espécie de conselheira em relação a assuntos que vão da programação de shows e eventos às dicas de comportamento, moda e relacionamento.²

Considerada a primeira revista destinada ao público feminino do Brasil, a Revista Capricho foi instituída em meados de junho de 1952, veiculando principalmente fotonovelas e histórias de amor representadas em quadrinhos.³ A Editora responsável pela sua criação, a Abril, foi fundada dois anos antes, em São Paulo no ano de 1950 por Victor Civita. As fontes selecionadas para a pesquisa são compostas por seis volumes da Revista CAPRICHU com exemplares pertinentes aos meses de janeiro, março, maio, setembro, outubro e dezembro de 1994, como é possível visualizar na tabela seguinte:

Tabela 1 – Exemplares da Revista Capricho.

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
1994	Nº1		Nº3		Nº5				Nº9	Nº10		Nº12

Com o intuito de organizar os discursos referentes aos métodos contraceptivos contidos nas páginas da Revista Capricho ao longo do ano de 1994, optou-se por estabelecer categorias de análise que podem contribuir para um processo de verificação e descrição dos dados. Estas categorias são: Anticoncepcional hormonal, Camisinha e Diu. A tabela a seguir expressa estas categorias, além da identificação dos exemplares através dos quais estas podem ser encontradas.

Tabela 2 – Categorias de análise.

Categorias	Edições em que são encontradas
Anticoncepcional hormonal	Jan/94; Mai/94; Set/94; Dez/94.
Camisinha	Jan/94; Mar/94; Set/94; Out/94; Dez/94.
DIU	Set/94.

² ABRIL, 2011a.

³ ABRIL, 2011a.

Este Trabalho Final contempla uma revisão bibliográfica concernente à história da contracepção no Brasil desde o início da década de 1960, inclusive a partir da perspectiva das políticas públicas, até meados da década de 1990, mais especificamente até 1994, data em que o Governo brasileiro, através do Ministério da Saúde, passa a distribuir camisinhas junto à população e que ocorre, na cidade do Cairo, no Egito, uma nova edição da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, possibilitando assim a compilação das novas demandas pertinentes à saúde da mulher e aos métodos contraceptivos. Neste sentido, auxiliam na compreensão desse percurso histórico autores como Delcio da Fonseca Sobrinho, José Alberto Magno de Carvalho, Fausto Brito, Joana Maria Pedro, George Martine, Regina Maria Barbosa, Augusta Thereza de Alvarenga, Néia Schor, Ana Maria Costa e Elza Berquó.

Caracterizada como uma pesquisa que envereda pelos campos dos estudos culturais e mais especificamente da pedagogia da mídia, reservamos o segundo capítulo para revisar alguns dos conceitos inerentes a estas áreas do saber. De acordo com Tomaz Tadeu da Silva,

No campo dos Estudos Culturais a cultura deveria ser entendida como o modo de vida global de uma sociedade, como a experiência vivida de qualquer agrupamento humano. Nessa visão, não há nenhuma diferença entre, de um lado, as 'grandes obras' da literatura e, de outro, as variadas formas pelas quais qualquer grupo humano resolve suas necessidades de sobrevivência. Inicialmente restrita às manifestações culturais 'autênticas' de grupos sociais subordinados, essa definição inclusiva de cultura iria posteriormente ser ampliada para abranger também aquilo que na literatura anglo-saxônica é conhecido como 'cultura popular', isto é, as manifestações da cultura de massa: livros populares, rádio, televisão, a mídia em geral.⁴

Considerando os processos educacionais decorrentes de outras instâncias culturais, ou seja, não se limitando exclusivamente a escola, atribui-se a mídia um papel central no que tange a difusão de práticas sociais, modos de ser e formação das subjetividades.

Neste sentido, as revistas femininas, compreendidas como artefatos culturais através dos quais os processos inerentes a pedagogia cultural se constituem, revelam sua intencionalidade implícita ou explícita de ensinar. Corroboram com o exposto Tomáz Tadeu da Silva:

Se é o conceito de 'cultura' que permite equiparar a educação a outras instâncias culturais, é o conceito de 'pedagogia' que permite que se realize a operação inversa. Tal como a educação, as outras instâncias culturais também são pedagógicas, também ensinam alguma coisa. Tanto a

⁴ SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 133.

educação quanto a cultura em geral estão envolvidas em processos de transformação da identidade e da subjetividade. Agora a equiparação está completa; através dessa perspectiva, ao mesmo tempo em que a cultura geral é vista como uma pedagogia, a pedagogia é vista como uma forma cultural.⁵

Além do próprio Tomaz Tadeu da Silva, Everardo Rocha, Stuart Hall, Ralph Dahrendorf, Guacira Lopes Louro, Michel Foucault, Rosa Maria Bueno Fischer, John B. Thompson, Roland Barthes e Roberto da Matta também se destacam por suas contribuições sobre Estudos culturais, identidades e pedagogia da mídia. Assim como na construção do texto referente à história da contracepção no Brasil, outros autores e autoras, não menos importantes, também fornecem subsídios teóricos a esta investigação.

A presente pesquisa foi organizada em três capítulos. O primeiro, tem por objetivo contextualizar o cenário no qual além de estar inserida, a Revista Capricho veiculava informações referentes aos métodos contraceptivos no ano de 1994. Para tal, considerou-se necessário retroceder algumas décadas, mais especificamente, até o início dos anos de 1960 quando em meio a contradições de caráter político-ideológico e de incertezas técnicas em relação aos seus efeitos, as pílulas anticoncepcionais passaram a ser vendidas no Brasil. Após um período de pouco mais de uma década de ambigüidades entre antinatalistas e anticontrolistas e de uma perceptível omissão por parte do Governo brasileiro em relação ao tema, a partir de 1974 observamos a assunção do controle da natalidade tanto no discurso quanto na agenda dos representantes políticos do Brasil, ocasionando avanços da tendência controlista que tinha como plano de fundo uma grave crise econômica que resultou no chamado “Fim do Milagre Brasileiro”.

Após um período onde o emprego dos termos ‘planejamento familiar’ e ‘controle da natalidade’ resultaram em divergências, alcançamos a década de 1990 com uma nova Carta Constitucional, a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada em 1994, no Cairo, que, por sua vez, deslocou o antigo foco das discussões para os ‘Direitos Reprodutivos’ e o vírus HIV se proliferando de maneira muito acentuada, principalmente nos países do chamado terceiro mundo, grupo ao qual o Brasil estava inserido.

O segundo capítulo pretende reunir alguns referenciais teóricos relacionados aos processos educativos observados além das fronteiras da escola institucionalizada. Neste sentido, buscamos embasamento no campo dos Estudos

⁵ SILVA, 2002. p. 139.

Culturais, por este considerar a existência de um processo de irradiação de papéis sociais, padrões de comportamento e balizas atitudinais que compreendem um currículo cultural definido e veiculado não apenas pela escola, e que por sua vez contribui para os processos de formação das subjetividades. A irradiação desses conteúdos, segundo os Estudos Culturais, ocorre por meio de artefatos culturais como filmes, textos, publicidades, charges, músicas, quadrinhos, jornais, revistas etc.. atribuindo à pedagogia da mídia a tarefa de problematizar e analisar as formas pelas quais esses artefatos educam. Além disso, revisamos a bibliografia que visa compreender alguns dos mecanismos de auto-regulação disseminados através do currículo cultural.

Por fim, o terceiro e último capítulo, apresenta trechos da Revista Capricho referente ao ano de 1994 que possibilitem analisar a intencionalidade do periódico em relação à postura esperada do seu público leitor face às questões concernentes aos métodos anticoncepcionais. Os discursos veiculados sobre os métodos de contracepção disponíveis e emergentes pela Revista Capricho ao longo do período selecionado caracterizam as posturas e atitudes aceitáveis e conseqüentemente estimuladas a serem seguidas. A partir disso, busca-se perceber como os jovens dos anos da década de 1990 deveriam se posicionar em relação ao uso dos preservativos masculinos, também conhecidos como camisinhas, além dos procedimentos considerados seguros em relação à busca de orientações acerca da utilização dos anticoncepcionais hormonais e de que modo os leitores poderiam evitar a gravidez indesejada e as doenças sexualmente transmissíveis.

1 DO CRESCER E MULTIPLICAI-VOS À ASSUNÇÃO DO CONTROLE DA NATALIDADE NO INÍCIO DA DÉCADA DE 60

Embora nas primeiras décadas do século XX o crescimento populacional fosse considerado necessário à expansão da economia brasileira, a partir do início dos anos 60 observam-se com maior frequência discursos concernentes ao controle e conseqüente diminuição do crescimento populacional no país. Atrelados aos interesses dos países mais desenvolvidos e representantes dos ideais capitalistas, esses discursos não foram dirigidos exclusivamente ao Brasil, pelo contrário, pretendia-se controlar o vertiginoso crescimento demográfico nas demais nações subdesenvolvidas, amenizando os efeitos negativos da saturação da oferta de emprego nas cidades e a estagnação da produtividade nas regiões rurais.

Neste sentido, a questão do crescimento populacional apresentava duas perspectivas distintas.

A primeira referia-se às possibilidades do crescimento da economia com uma oferta ilimitada de mão-de-obra, em um contexto de intensa urbanização. A segunda, aos problemas políticos decorrentes da pressão demográfica sobre a terra em regiões estagnadas, como o semi-árido nordestino brasileiro.⁶

No Brasil o equilíbrio entre o crescimento populacional, a urbanização e a modernização da sociedade seria prejudicado pelo declínio da mortalidade e pelas altas taxas de fecundidade, associados a estas, o constante êxodo rural, como indica Carvalho e Garcia:

Na década de 60, as migrações entre campo e cidade no Brasil representaram uma perda líquida, para a população rural, de 13,6 milhões de pessoas (aí incluídos os efeitos indiretos de migração), que correspondia a 25% do que seria a população rural em 1970, caso tivesse permanecido fechada durante a década. Nos anos 70, esses valores foram de 18,2 milhões e 32%, respectivamente. Devido a esses fluxos, a população urbana foi, em 1970, 35% e, em 1980, 29% maior do que seria na ausência, em cada década, de fluxos migratórios entre os setores rural e urbano.⁷

Assim, os esforços em expansão e modernização da indústria nacional não abarcariam todo o contingente populacional concentrado nas cidades em

⁶ CARVALHO, José Alberto Magno de; BRITO, Fausto. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 351-369, dec. 2005. p. 352.

⁷ CARVALHO, J.A.M. e GARCIA, R.A. *Estimativas decenais e quinquenais de saldos migratórios e taxas líquidas de migração do Brasil, por situação do domicílio, sexo e idade, segundo unidade da Federação e macrorregião, entre 1960 e 1990, e estimativas de emigrantes internacionais do período (1985/2002)*. Trabalho apresentado no XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Ouro Preto, MG, 2002 apud CARVALHO; BRITO, 2005. p. 353.

desenvolvimento, ocasionando uma distribuição de renda desigual. O emprego de políticas que visavam à modernização da indústria e ao desenvolvimento urbano contribuiu para a deflagração de um processo inflacionário, utilizado posteriormente pelos trabalhadores como justificativa para mobilizações e reivindicações.⁸

Em contrapartida, mesmo considerando o número expressivo de brasileiros que migravam do campo para as cidades, em algumas regiões tipicamente rurais, como o semi-árido nordestino, a situação era calamitosa. Considerando o elevado crescimento demográfico, a visível incapacidade do Estado brasileiro em desenvolver estratégias para a resolução dos problemas sócio-econômicos da região e a articulação de camponeses com vistas à organização de ligas e sindicatos, a região se transformou num cenário propício ao surgimento de revoltas e manifestações populares. Considerando os conflitos político-ideológicos decorrentes da Guerra Fria, esta porção do território brasileiro apresentava-se vulnerável à indesejada influência de princípios comunistas, sobretudo àqueles provenientes da então recente Revolução Cubana de 1959.

O Brasil assim como boa parte dos países latino-americanos estava sob o jugo dos Estados Unidos da América, que conquistou esta posição através de sua política de colaboração militar, política e econômica junto a seus aliados. Assim, “no início dos anos 60, o governo americano passou a pressionar o Brasil para que adotasse uma política demográfica como critério para empréstimo”.⁹

O confronto político-ideológico internacional acabou transformando, definitivamente, no mundo capitalista, o otimismo demográfico em um pessimismo de cunho malthusiano. Acreditava-se, então, que a redução do rápido crescimento demográfico de países como o Brasil não ocorreria sem uma eficiente política de controle da natalidade. Mais ainda, dentro da agenda internacional, o crescimento populacional tornou-se uma variável politicamente estratégica e o controle da natalidade passou a fazer parte de pacotes de colaboração econômica, política e militar. As pressões norte-americanas e dos organismos multilaterais para que fossem implementadas políticas de controle da natalidade estendiam-se a todos os países em desenvolvimento, em particular à América Latina e Ásia.¹⁰

A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em 1959, idealizou a transferência de uma parcela considerável da população do semi-árido nordestino para o Maranhão. O projeto, além de prever a execução de uma

⁸ FALEIROS, V. P. *O trabalho da política: saúde e segurança dos trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1992 apud COELHO, E. A. C.; LUCENA, M. F. G.; SILVA, A. T. M. O planejamento familiar no Brasil no contexto das políticas de saúde: determinantes históricos. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 34, n.1, p. 37-44, 2000. p. 39.

⁹ PACHECO, M. V. A. P. *Racismo, machismo e planejamento familiar*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981 apud COELHO, E. A. C.; LUCENA, M. F. G.; SILVA, A. T. M. 2000. p. 40.

¹⁰ CARVALHO; BRITO, 2005. p. 354.

reforma agrária na região de destino, justificava-se afirmando que “a densidade demográfica do semi-árido nordestino era incompatível com a organização de uma economia produtiva, em particular devido à sua estrutura fundiária, o que potencializava a crise social que acompanhava as grandes secas”.¹¹

Neste sentido, a proposta do governo brasileiro, por intermédio de um de seus órgãos, em redistribuir a população oriunda de uma região reconhecidamente estagnada economicamente para outra, nos parece sinalizar a adesão do governo brasileiro às orientações das grandes potências capitalistas.

Foi nesta conjuntura de conflitos político-ideológicos que, a partir do início dos anos 60, no Brasil, o DIU e a pílula anticoncepcional passaram a ser comercializados. Neste sentido, Maria Joana Pedro classifica as mulheres nascidas entre as décadas de 40 e 50, como pertencentes à *geração pílula*, pois estas, segundo a autora, passaram a experienciar as conseqüências da utilização dos anticoncepcionais decorrentes das “[...] políticas de planejamento populacional vinculadas à guerra fria”.¹² A mesma autora chama a atenção para a forma pela qual questões de política internacional influenciavam o cotidiano da população brasileira:

O investimento no controle da natalidade no Brasil, e em outros países da América Latina, teve relação direta com a Revolução Cubana de 1959. A partir daí, a política norte-americana passou a considerar a América Latina como um “continente explosivo”, um campo fértil para a agitação comunista. Começaram a ser criadas, então, organizações de ajuda aos latino-americanos. Estas ajudas traziam como exigência a adoção de programas e estratégias de redução do crescimento populacional. Em 1961, por exemplo, a Conferência da OEA, que criou a Aliança para o Progresso, foi a mesma que expulsou Cuba daquele organismo. O entendimento era de que o crescimento rápido da população latino-americana, e sua conseqüente pobreza, seriam fortes aliados da revolução comunista.¹³

Os discursos favoráveis à utilização de métodos contraceptivos eram veiculados alertando a população acerca dos impactos econômicos, sociais e ambientais que as altas taxas de crescimento populacional acarretariam. Assim, a preocupação com a explosão populacional fundamentava-se em argumentos que explicitavam que “os recursos existentes no mundo não seriam suficientes para manter a população global, caso continuasse a crescer no mesmo ritmo”.¹⁴

¹¹ FURTADO, C. *A operação Nordeste*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959 apud CARVALHO; BRITO, 2005. p. 353.

¹² PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 239-260, jul. 2003. p. 239.

¹³ PEDRO, 2003. p. 242.

¹⁴ SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. *Esterilização feminina*. São Paulo, 1994. (Série Saúde e Direitos Reprodutivos, 1) apud COELHO, E. A. C.; LUCENA, M. F. G.; SILVA, A. T. M. 2000. p. 39.

Inspirados nos princípios malthusianos, os países mais desenvolvidos, e no caso do Brasil, especialmente os Estados Unidos da América, desenvolveram estratégias e passaram a pressionar os governos do chamado Terceiro Mundo a adotarem políticas de controle da natalidade, associando a densidade demográfica desses países a questões como miséria, distribuição de renda desigual, degradação do meio ambiente dentre outras.

Em torno de 1960, os países ricos, especialmente os Estados Unidos, que já tinham os países pobres sob sua dependência, passaram a pressionar governos do Terceiro Mundo para adotar uma política de população, inspirados nas idéias de Malthus. Consideravam haver nos países ricos uma estabilidade no crescimento populacional e nos pobres uma explosão populacional, atribuindo a ela a responsabilidade pela fome, pela pobreza, pela degradação do meio ambiente e, sendo assim, a redução do crescimento populacional deveria ser a principal prioridade para os planos de desenvolvimento.¹⁵

No início da década de 1960, o governo do então presidente brasileiro Jânio Quadros foi balizado pelos interesses e orientações tanto do governo norte-americano como por organizações como o Fundo Monetário Internacional (FMI). Durante o governo de João Goulart, sucessor de Jânio Quadros, foram idealizadas propostas que promoveriam as chamadas reformas de base, nas quais se incluía a Política Nacional de Saúde, as questões pertinentes à situação sanitária do país, além da temática da municipalização que em conjunto promoveriam conquistas sociais.¹⁶

Em decorrência do seu fracasso na articulação de estratégias de resistência aos militares, as greves e as não menos importantes manifestações populares que tomavam as ruas, João Goulart observou o gradual enfraquecimento do seu poder e posteriormente a tomada do mesmo pelos militares a partir de 1964.

1.1 Ambiguidades entre antinatalistas e anticontrolistas nos primeiros anos do regime ditatorial

Interessado em manter sua influência sobre o Brasil e conseqüentemente mantê-lo afastado dos ideais comunistas, o governo norte-americano contribuiu para

¹⁵ SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, 1994 apud COELHO, E. A. C.; LUCENA, M. F. G.; SILVA, A. T. M. 2000. p. 40.

¹⁶ NASCIMENTO, A. Municipalização: trinta anos de esperança e frustrações. *Tema*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.3-6, 1991.

o processo de instauração do regime militar no país a partir de 1964, porém a pretensão de converter tal influência em políticas públicas de controle da natalidade, atenuando o crescimento da população marginalizada e conseqüentemente propensa à adesão dos mesmos ideais que promoveram a Revolução Cubana de 1959, foi dificultada, sobretudo, pela organização de diversos setores da sociedade civil, embora tenha sido observado uma:

[...] ostensiva pressão direta, através da United States Agency for International Development (Usaid), ou indireta, por meio de algumas fundações privadas e de organismos internacionais, como o Banco Mundial e as Nações Unidas, onde a posição americana era hegemônica.¹⁷

Considerando as pretensões norte-americanas em implementar políticas antinatalistas e o respaldo recebido do próprio governo brasileiro, Joana Maria Pedro nos lembra que:

Nas décadas de sessenta e setenta, em vez de revoluções comunistas, o Brasil e diversos países da América Latina tiveram a implantação de várias ditaduras militares. Estas impediram manifestações, definiram um percurso histórico na direção da sociedade capitalista, e receberam pressões de organismos internacionais para a adoção de políticas antinatalistas. Entretanto a política internacional, voltada para a redução da população — principalmente dos países pobres —, encontrou no governo brasileiro durante a vigência do regime militar, além de ambigüidade, um debate que não conheceu consenso. De um lado havia os “antinatalistas”; de outro, os “anticontrolistas”.¹⁸

Em relação ao regime de governo ditatorial recém instaurado, os grupos politicamente mais influentes divergiam em relação ao posicionamento face às questões concernentes ao controle de natalidade. Neste sentido, o grupo de encarregados pelo controle do aparelho estatal, composto por militares, majoritariamente não demonstravam preocupações com questões pertinentes ao rápido crescimento vegetativo da população brasileira, tendo em vista argumentos de que o vasto território nacional comportaria as conseqüências do rápido crescimento demográfico, além disto, com vistas à defesa da segurança nacional, o crescimento e a distribuição da população pelo amplo território nacional com o intuito de ocupar seus espaços vazios, era considerado um objetivo estratégico para os militares.¹⁹

Ainda sobre as estratégias militares de ocupação do território nacional podemos observar:

[...] o ambicioso e malsucedido projeto de colonização da região amazônica, que tinha como meta transferir cerca de 1,5 milhão de famílias da região

¹⁷ CARVALHO; BRITO, 2005. p. 355.

¹⁸ PEDRO, 2003. p. 242.

¹⁹ CARVALHO; BRITO, 2005. p. 355.

onde existiam muita população e pouca terra, o Nordeste, para a Amazônia, onde existiam muita terra e pouca população.²⁰

Em oposição à postura apresentada pelos militares, outro grupo que também se fazia presente na administração pública, a saber, os tecnocratas, justificava o seu posicionamento favorável à implantação de políticas de controle da natalidade através da perspectiva econômica, afirmando que o refreamento do crescimento populacional contribuiria para o crescimento da economia e a redução da pobreza.

Considerado um dos maiores símbolos dos argumentos defendidos pelos tecnocratas, Mário Henrique Simonsen, ministro por duas oportunidades ao longo do regime ditatorial expressou seu posicionamento como nos lembra Carvalho e Brito:

Simonsen faz uma crítica ao que ele denomina a aritmética dos coelhos, ou seja, à tradição católica brasileira, que teria levado a população a seguir à risca o preceito bíblico “crescei e multiplicai-vos”, num ufanismo demográfico que se esquecia que a população é o “denominador da fórmula da renda per capita”, cujo rápido crescimento contribuía negativamente para o bem-estar das pessoas.²¹

Segundo o próprio Simonsen, a questão do controle da natalidade transcendia a postura de um Estado coercitivo que determinaria a quantidade de filhos considerada aceitável, pelo contrário, “não se tratava de criar o Estado-Herodes, mas compreender que o planejamento familiar afastaria o risco da paternidade irresponsável, inserindo-o dentro de uma política educacional”.²²

Embora esse segmento da tecnocracia tenha notadamente se articulado no sentido de defender seus argumentos favoráveis à implantação de políticas públicas que objetivassem o controle do crescimento demográfico no país, seus objetivos não foram alcançados, pois se observou que:

A diversidade de opiniões dentro dos governos militares levou-os a uma deliberada omissão, que se, por um lado, não os conduziu à formulação explícita de uma política de controle da natalidade, por outro, possibilitou o livre trânsito no governo dos tecnocratas favoráveis ao controle da natalidade e o livre acesso à população de organizações privadas nacionais e internacionais de inspiração neomalthusiana, que agiam principalmente no Nordeste do país.²³

Corroborando com a questão pertinente à omissão do governo brasileiro em relação a questões ligadas à regulação da fecundidade, Joana Maria Pedro nos lembra que:

Embora não tenha partido do Estado brasileiro qualquer iniciativa explicitamente controlista, atuaram no País sociedades civis internacionais,

²⁰ MARTINE, G. Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In: MARTINE, G.; GARCIA, R.C. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987 apud CARVALHO; BRITO, 2005. p. 355.

²¹ CARVALHO; BRITO, 2005. p. 356.

²² SIMONSEN, M. H. *Brasil, 2001*. 5. ed. Rio de Janeiro: Apec, 1975. p. 99.

²³ CARVALHO; BRITO, 2005. p. 356.

principalmente nas camadas populares. Foi o caso da IPPF — International Planning Parenthood Federation, que viria a financiar, a partir de 1965, a BEMFAM — Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil.²⁴

A BEMFAM caracterizava-se como uma:

[...] entidade sem fins lucrativos financiada pela IPPF (Federação de Planejamento Familiar Internacional) que subvenciona programas de planejamento familiar nos países do sul, é um bom exemplo desta política. Ela foi uma das entidades que mais contribuiu para a divulgação e distribuição dos contraceptivos orais no Brasil, atuando inicialmente no Nordeste e, posteriormente, no Sudeste. Desde sua instalação no Brasil, em 1965, a BEMFAM realizou convênios com prefeituras, empresas, órgãos estaduais e federais, evidenciando a política de “laissez faire” que o governo brasileiro adotou em relação ao controle da natalidade no país.²⁵

Em meio a este contexto de ambigüidades em relação a um posicionamento face às questões pertinentes a regulação da fecundidade, as pílulas anticoncepcionais passaram a ser comercializadas no Brasil a partir de 1962, ou seja, dois anos antes do início do regime militar. Jornais e revistas direcionadas ao público feminino publicaram informações acerca da utilização da pílula, porém a propagação do método ocorreu através do trabalho dos representantes comerciais que atuavam junto aos médicos.²⁶

Os objetivos norte-americanos de implementação de estratégias que propiciassem a desaceleração do crescimento demográfico em países com os quais mantinha acordos políticos e econômicos, como era o caso do Brasil, fomentaram o surgimento de conflitos político-ideológicos e científicos envolvendo a classe defensora de políticas de controle da natalidade, como os tecnocratas já citados, e os contrários, compostos inclusive por um número expressivo de cientistas ligados às áreas sociais, somando-se a este cenário conflituoso:

[...] a forte resistência à política intervencionista norte-americana e à sua sustentação ao regime ditatorial levou a maioria dos cientistas sociais interessados ou dedicados aos estudos populacionais, convictos opositores do regime militar, a uma postura ainda mais radical contra toda política que pudesse ser relacionada, direta ou indiretamente, com o planejamento familiar, qualquer que fosse seu matiz.²⁷

Neste sentido, toda e qualquer tentativa de interferência por parte do Estado no que dizia respeito à regulação da fecundidade dos brasileiros era considerada ato coercitivo e, conseqüentemente, duramente combatida pelos seus opositores.

Parece-nos interessante chamar a atenção para a postura desse mesmo grupo que se manifestava contrário à implementação de políticas de controle da

²⁴ PEDRO, 2003. p. 242.

²⁵ WORLD BANK BRAZIL. *Women's Reproductive Health Report*. Brasília:[s.n.], 1990 apud SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Interface*, Botucatu, v. 5, n. 8, p. 47-59, 2001. p. 51.

²⁶ PEDRO, 2003. p. 243.

²⁷ CARVALHO; BRITO, 2005. p. 356-357.

natalidade frente às políticas de redistribuição da população implementadas desde meados da década de 50 até o final dos anos 70. Este assunto aparentemente não despertava a atenção, sendo preferível concentrar seus esforços no combate ideológico contra os adeptos dos princípios neomalthusianos, corroborando com o exposto, nos informa Carvalho & Brito:

Apesar de o governo brasileiro implementar, explicitamente, desde os anos 50 até o final da década de 70, políticas de redistribuição de população, mormente pela expansão da fronteira agrícola, a atenção da grande maioria dos demógrafos estava concentrada na oposição aos chamados neomalthusianos, isto é, àqueles que defendiam a implementação de políticas de população – no caso, estrito senso, políticas de controle da natalidade.²⁸

Paralelamente ao conflito ideológico entre aqueles que relacionavam o crescimento da economia e a elevação do bem estar social ao controle da natalidade e seus opositores, defensores da não interferência do Estado nos assuntos relacionados à fecundidade da sua população, o observado foi um significativo declínio da fecundidade em regiões brasileiras mais desenvolvidas, de maneira semelhante àquilo que ocorrera em países desenvolvidos da Europa por ocasião da sua transição de índices de fecundidades considerados altos para baixos, conforme observamos através da análise de Carvalho & Brito acerca da Tese de Doutorado publicada em 1973 do próprio José Alberto Magno de Carvalho:

A sua tese de doutorado tinha elementos que indicavam, claramente, um persistente declínio da fecundidade em regiões responsáveis por 61% da população brasileira em 1970. [...] Estavam a indicar, indubitavelmente, no Sul e Sudeste, persistente e significativo declínio da fecundidade [...].²⁹

Os índices referentes à taxa de fecundidade no Brasil ficou estabelecida da seguinte forma: em 1940: 6,16; em 1950: 6,21; em 1960: 6,28; em 1970: 5,76; em 1980: 4,35.³⁰

Embora não tenham sido devidamente considerados e analisados pelos cientistas vinculados às questões da população, o Censo de 1970 já anunciava indicadores de uma retração nas taxas de fecundidade no Brasil.

Neste sentido:

Independente da posição dos demógrafos e estudiosos da população, a partir da segunda metade da década de 70 a anticoncepção espalha-se rapidamente pelo Brasil, com freqüência patrocinada por instituições privadas, como a Sociedade Civil de Bem-Estar da Família (Bemfam), aliadas a instituições médicas e amparadas numa deliberada omissão do

²⁸ CARVALHO; BRITO, 2005. p. 357.

²⁹ CARVALHO; BRITO, 2005. p. 358.

³⁰ IBGE - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1985*. Rio de Janeiro: IBGE, 1986 apud PEDRO, 2003. p. 247.

Estado. Desde 1971, o governo federal havia reconhecido a Bemfam como entidade de utilidade pública (Fonseca Sobrinho, 1993).³¹

A adesão por parte do público feminino pertencente às classes sociais médias no Brasil foi significativa, expressando um crescimento acelerado do consumo de pílulas entre estas, conforme nos indica Regina Maria Barbosa: “Em 1970, 6,8 milhões de cartelas de pílulas anticoncepcionais foram vendidas e, em 1980, este número subiu para 40,9 milhões”.³²

Analisando os dados que anunciavam já a partir da década de 1960 um significativo declínio da fecundidade das mulheres brasileiras situadas nas regiões mais desenvolvidas do país e considerando que estas, por questões político-ideológicas, não estavam necessariamente no centro das atenções daqueles que se manifestavam favoráveis ao controle da natalidade entre a população menos favorecida economicamente, Joana Maria Pedro levanta algumas hipóteses acerca dos meios pelos quais mulheres de classe média foram influenciadas a utilizar métodos anticoncepcionais, incluindo uma possível relevância da imprensa.³³

Ao longo da década de 1960, foi veiculado pela imprensa, e neste caso a imprensa dirigida ao público feminino de classe média, um discurso que com o passar dos anos acabou se caracterizando como contraditório pois, se nos primeiros anos desta década a orientação repassada através de seus textos alarmavam a população acerca do eminente risco de escassez de alimentos, conseqüência de um desequilíbrio entre o setor produtivo e o crescente contingente populacional, além de publicar modelos de família com no máximo dois filhos, numa demonstração de estímulo a aceitação deste novo padrão, de maneira contraditória, a partir de meados dos anos de 1960, as publicações passaram a expressar opiniões desacreditando a confiabilidade do contraceptivos hormonais.³⁴

Neste sentido, em seu artigo *A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração*, compartilhamos do seguinte questionamento lançado por Joana Maria Pedro: “Teria a imprensa sido importante na definição do número de filhos da classe média?”.³⁵

³¹ FONSECA SOBRINHO, D. *Estado e população: uma história do planejamento familiar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; FNUAP, 1993 apud CARVALHO; BRITO, 2005. p. 362.

³² BARBOSA, Regina Maria. *Mulher e contracepção: entre o técnico e o político*. 1989. 233 f. Dissertação (Mestrado em Medicina Social) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989. p. 23-24.

³³ PEDRO, 2003. p. 247.

³⁴ PEDRO, 2003. p. 247.

³⁵ PEDRO, 2003. p. 247.

Segundo Pedro:

Para as mulheres urbanas de camadas médias, a imprensa tinha há muito tempo uma importante participação. Certamente, essas mulheres interpretaram a seu modo as leituras que fizeram. Filtravam assim, conforme seu interesse, as informações que liam.³⁶

Era notória a pertinência de assuntos vinculados à contracepção na imprensa da época, aliás, dividiam seus espaços com outros assuntos correlatos, como questões acerca da superpopulação e Guerra Fria, como afirma Pedro:

Ao lado de discussões sobre a guerra fria e a ameaça de superpopulação, figuravam discussões sobre os modernos métodos contraceptivos e a opinião das mulheres sobre o assunto. Foi neste sentido que, em 1967, a revista Realidade, em seu famoso nº 10, que focalizou “A mulher brasileira, hoje”, informava numa pesquisa que 87% das mulheres consideravam importante evitar filhos, 46% adotavam alguma forma de contracepção e 19% delas já utilizavam as pílulas.³⁷

No Brasil, entre as décadas de 1960 e 1970, embora as iniciativas de controle da natalidade fossem dirigidas às camadas menos favorecidas, as mulheres oriundas de outras classes sociais aderiram aos métodos contraceptivos com o intuito de controlar a sua fecundidade. Segundo Joana Maria Pedro:

No caso brasileiro, apesar de as políticas populacionais dirigirem-se para a pobreza, as mulheres envolveram-se, a partir dos anos 60, na experiência da contracepção, na busca da redução do número de filhos. A facilidade dada no Brasil para a entrada de anticoncepcionais expôs as mulheres brasileiras aos experimentos iniciais deste medicamento.³⁸

Conforme exposto, o governo brasileiro ao passo que se posicionou omissivo em relação à temática, não interferindo diretamente através de políticas públicas, não dificultou a difusão da contracepção no país através de órgãos nacionais e internacionais que buscavam atingir fundamentalmente as mulheres de baixa renda, porém, a possibilidade de controlar o próprio corpo decidindo o número de filhos seduziu as mulheres de camadas sociais mais elevadas, mesmo situando-se fora do escopo de atuação de órgãos antinatalistas.

1.2 Avanços da tendência controlista

O início da década de 1970 é caracterizado no Brasil pelo momento econômico conturbado pelo qual o país atravessava. O chamado “Fim do Milagre

³⁶ PEDRO, 2003. p. 247.

³⁷ PEDRO, 2003. p. 248.

³⁸ PEDRO, 2003. p. 249.

Brasileiro” foi potencializado, sobretudo pela crise internacional do petróleo que consigo ocasionou uma notória diminuição do crescimento do Produto Interno Bruto, diminuição dos índices de emprego além uma acentuada diminuição do salário mínimo real, provocando índices que indicavam um contingente de 18% da população nacional em condições de miséria absoluta.³⁹

Essa nova configuração econômica oportunizou uma reavaliação da postura pró-natalista sustentada por parte significativa da sociedade civil e setores governistas. A partir de então passa a se observar articulações com o intuito de ampliar a oferta de programas de saúde da população e disseminação de informações pertinentes aos métodos contraceptivos. Essas iniciativas objetivavam controlar a fecundidade das mulheres, principalmente àquelas pertencentes às camadas sociais menos favorecidas, revelando a associação do número elevado de filhos ao agravamento da situação sócio-econômica. Neste sentido:

Sustentando a hipótese de que essa conjuntura marca o início de um processo de mudança da concepção do Estado acerca da questão da política de reprodução humana, recorreremos, igualmente, ao discurso do então Ministro das Relações Exteriores, junto ao Governo Geisel, Embaixador Antônio Azevedo da Silveira, quando afirma: “Poder recorrer às medidas de controle da natalidade não deve ser privilégio reservado às famílias abastadas e, portanto, é responsabilidade do Estado proporcionar a informação e os meios que possam ser necessários às famílias de renda limitada”. Por outro lado, a existência de dezoito Projetos de Lei, tramitados na Câmara dos Deputados, no período, sinalizam, também, essa tendência. Como ilustrativo destacam-se, em termos de propósitos, não só a busca de alteração do Art. 20 da Lei de Contravenções Penais (que versava sobre propaganda referente a métodos de evitar a gravidez), transformado, em 1974, pelo Senado, em Norma Jurídica, Lei N.Q 0067341. mas, igualmente, as diferentes tentativas para a criação de programas de planejamento familiar e distribuição de métodos contraceptivos à população de baixa renda.⁴⁰

Corroborando esta nova tendência controlista, o II Plano de Desenvolvimento Social (PND) apresentado em 1974, expressa a mudança de opinião do governo em relação às questões demográficas. Neste sentido, o discurso pró-natalista gradualmente passa a ceder lugar ao de defesa de acesso à informação e métodos contraceptivos, especialmente, junto às classes menos favorecidas.

³⁹ FIORI, J. L.; KORNIS, G. E. M. Além da queda: economia e política numa década enviesada. In: GUIMARÃES, R.; TAVARES, R. (Orgs.). *Saúde e sociedade no Brasil anos 80*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

⁴⁰ ALVARENGA, Augusta Thereza de; SCHOR, Néia. Contracepção feminina e política pública no Brasil: pontos e contrapontos da proposta oficial. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 87-110, jul. 1998. p. 90.

Em 1974, durante a Conferência Internacional de População de Bucareste, evento organizado pelas Nações Unidas, o governo brasileiro anuncia oficialmente a política demográfica brasileira, declarando ser direito do cidadão controlar o tamanho de sua prole afirmando:

A política demográfica brasileira é do domínio soberano do governo do Brasil. O governo não aceitará interferência de caráter oficial ou privado na sua política demográfica [...] O controle demográfico é uma decisão do núcleo familiar, o qual, a esse respeito, não deve sofrer interferência governamental. A capacidade de recurso ao controle da natalidade não deve ser um privilégio das famílias abastadas e, por isso, cabe ao Estado proporcionar as informações e os meios que possam ser solicitados por famílias de recursos reduzidos.⁴¹

Passados seis anos da primeira recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS), o governo brasileiro implanta em 1975 o Programa Nacional de Saúde Materno-Infantil (PMI), proporcionando contornos mais bem definidos em relação às políticas de assistência à mulher. Os critérios de seleção do público alvo são estabelecidos, considerando, sobretudo, a situação sócio-econômico. Neste sentido, “o PMI acelerou as especializações, a tecnificação, a concentração médica nos grandes centros urbanos, a prática hospitalar, a impessoalidade, a multiplicidade de empregos e uma prática médica curativa em detrimento da preventiva”.⁴²

Além do momento econômico delicado que evidenciou a fragilidade dos discursos anticontrolistas e as conseqüentes medidas governamentais, que objetivavam o refreamento das taxas de fecundidade, a articulação do movimento feminista promoveu uma nova perspectiva em relação à contracepção, além de demonstrar-se relevante no processo de redemocratização do Brasil. Inicialmente os movimentos feministas mantiveram-se alinhados aos interesses promovidos pela igreja católica, nesta ocasião, responsável por propiciar acolhida e proteção para os debates concernentes ao movimento, observando-se a articulação de discursos adequados às concepções católicas acerca dos métodos contraceptivos.

O movimento das mulheres cresceu e consolidou-se no Brasil assentado em dois pilares principais. Em primeiro lugar, o movimento internacional pelos direitos das mulheres, que envolvia uma nova visão do seu papel e da sua inserção social. Em particular, sobre os seus direitos reprodutivos e sobre a sua soberania em relação ao seu corpo e à sua sexualidade. A importância do movimento das mulheres fez a Organização das Nações Unidas proclamar 1975 como o Ano Internacional das Mulheres. Um outro pilar foi o processo de luta pela democratização do país, no qual o Movimento Feminino pela Anistia cumpriu um papel fundamental. A

⁴¹ FONSECA SOBRINHO, 1993. p. 148.

⁴² MARQUES, M. B. A atenção materno-infantil como prioridade política. In: GUIMARÃES, R. *Saúde e medicina no Brasil: contribuição para um debate*. Rio de Janeiro, GRAAL, 1978 apud COELHO, E. A. C.; LUCENA, M. F. G.; SILVA, A. T. M. 2000. p. 41.

presença das mulheres no cenário político do país foi fundamental para a emergência de uma nova visão do planejamento familiar.⁴³

Em 1978, o Estado brasileiro, por meio de Ernesto Geisel expressava seu posicionamento face o controle da natalidade, defendendo a implementação de políticas que oportunizassem ao casal o planejamento de sua prole, ou seja, as condições necessárias ao controle da quantidade de filhos a serem gerados. Segundo Geisel:

Nós achamos que a limitação da natalidade não deve ser imposta. Ela deve ficar ao arbítrio, ao desejo do casal. É o marido e a mulher que têm que resolver seu problema. Mas, eles devem ser informados sobre essa questão. E devem ter uma orientação de como realizar o seu planejamento familiar. Esse é o meu ponto de vista pessoal. Quero dizer que no Brasil isto ainda não está sendo praticado.⁴⁴

Após o êxito do movimento feminista em 1979 em relação ao processo de Anistia, proliferou-se pelo país uma quantidade considerável de publicações que propagavam os princípios desse grupo, inclusive sobre a temática da regulação da fecundidade da mulher.

Quatro anos mais tarde, em 1983, o então presidente João Figueiredo visivelmente preocupado com o desequilíbrio entre o contingente populacional e a saúde econômica do país, convoca o Congresso Nacional a discutir a temática envolvendo o crescimento populacional, utilizando como justificativa para tal um discurso claramente neomalthusiano:

A explosão demográfica ocorre, sobretudo, nos países menos desenvolvidos, onde se comprimem cerca de dois terços da população mundial. No Brasil, nos últimos quarenta anos, o aumento demográfico ultrapassou 50 milhões de habitantes. Este crescimento humano, em termos explosivos, devora, como se tem observado, o crescimento econômico, agente da estabilidade; acarreta desequilíbrios sociais, econômicos, culturais e políticos que reclamam profunda meditação.⁴⁵

A preocupação de Figueiredo em relação ao crescimento populacional e sua associação com a instabilidade econômica resultaram na instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito através da qual um relatório final concluiu:

- 1) a necessidade de formação de uma atitude consciente coletiva: a da "paternidade responsável";
- 2) a identificação do "planejamento da prole" como sendo um direito humano, onde a decisão cabe ao casal, devidamente informado;
- 3) a responsabilidade do Estado em fornecer as informações e os meios para que os casais possam implementar suas decisões;
- 4) a constatação de que tal responsabilidade ultrapassa os limites do Ministério da Saúde, devendo ficar a cargo de um Conselho Nacional de

⁴³ CARVALHO; BRITO, 2005. p. 364.

⁴⁴ FONSECA SOBRINHO, 1993. p. 154.

⁴⁵ FONSECA SOBRINHO, 1993. p. 136.

População e Planejamento Familiar, ligado diretamente à Presidência da República.⁴⁶

O movimento feminista contribui nas discussões acerca do planejamento familiar, “instituindo-se a noção de que a assistência à contracepção deveria compor uma política ampla de saúde reprodutiva, passando a questão reprodutiva a ser vista como decisão ética individual e um direito social”.⁴⁷

Neste período, o Ministério da Saúde promoveu a organização do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (Paism), contando com a colaboração de profissionais da área da saúde e do movimento das mulheres, que tinha por objetivo:

[...] atender a mulher, "através de atividades de assistência integral clínico-ginecológica e educativa, voltadas para o aprimoramento do controle pré-natal, do parto e do puerpério; a abordagem dos problemas presentes desde a adolescência até a terceira idade; o controle das doenças transmitidas sexualmente, do câncer cérvicouterino e mamário e a assistência para a concepção e a contracepção."⁴⁸

Fundamentado no planejamento familiar enquanto questão de saúde da mulher, o Paism começou a ser debatido no Congresso de Saúde Pública em São Paulo, a partir de 1983, conforme nos informa Carvalho e Brito:

Contando com um grupo de médicos de longa tradição progressista e com a colaboração do emergente movimento das mulheres, deu início ao Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (Paism). Já em 1983, o projeto começava a ser discutido no Congresso de Saúde Pública em São Paulo. A implantação do Paism foi consequência de uma compreensão do planejamento familiar como um dos componentes da saúde da mulher, fortalecida, principalmente, com a nova moldura política e ideológica introduzida pelo movimento feminista.⁴⁹

O Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) foi difundido como uma nova proposta de atendimento à saúde da mulher, situando a saúde reprodutiva enquanto parte integrante de sua saúde integral e não mais como um componente isolado no contexto do planejamento familiar, ocasionando sua aderência às causas defendidas pelo movimento feminista:

O Programa de Assistência Integral à Saúde Mulher (PAISM) foi lançado pelo Ministério da Saúde em 1983, sendo anunciado como uma nova e diferenciada abordagem da saúde da mulher. Paradoxalmente, o PAISM constitui-se também na primeira vez em que o Estado brasileiro propôs explicitamente, e implantou, embora de modo parcial, um programa que contemplava a regulação da fecundidade. Isso suscitou suspeitas acerca de possíveis intenções ocultas de controle da natalidade. Porém, analisando brevemente a história desse Programa e seu significado social, conclui-se que o PAISM foi pioneiro, inclusive no cenário mundial, ao propor o atendimento à saúde reprodutiva das mulheres, no âmbito da atenção integral à saúde, e não mais a utilização de ações isoladas em

⁴⁶ FONSECA SOBRINHO, 1993. p. 156.

⁴⁷ CORRÊA, S. *PAISM: uma história sem fim*. Recife: SOS Corpo. 1993. p. 3.

⁴⁸ BRASIL. Ministério da Saúde. *Assistência ao planejamento familiar*. Brasília, 1992 apud COELHO, E. A. C.; LUCENA, M. F. G.; SILVA, A. T. M. 2000. p. 41.

⁴⁹ CARVALHO; BRITO, 2005. p. 363.

planejamento familiar. Por isso mesmo, os movimentos de mulheres, de imediato, passaram a lutar por sua implementação. Seu conteúdo inclui plenamente a definição de saúde reprodutiva adotada pela Organização Mundial da Saúde em 1988, ampliada e consolidada no Cairo em 1994 e em Beijing em 1995. Conseqüentemente, a adoção do PAISM representou, sem dúvida, um passo significativo em direção ao reconhecimento dos direitos reprodutivos das mulheres, mesmo antes que essa expressão ganhasse os diversos foros internacionais de luta.⁵⁰

Embora o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher tenha inicialmente priorizado o ciclo reprodutivo feminino, oportunizou uma reflexão acerca das práticas feministas. Assim, de acordo com uma das suas elaboradoras, este programa foi idealizado para ser:

[...] um conjunto de diretrizes e princípios destinados a orientar toda a assistência oferecida às mulheres das distintas faixas etárias, etnias ou classes sociais, nas suas necessidades epidemiologicamente detectáveis – incluindo as demandas específicas do processo reprodutivo. Compreende, ainda, todo o conjunto de patologias e situações que envolvam o controle do risco à saúde e ao bem-estar da população feminina [...]. O destaque conferido às ações educativas objetiva intervir nas relações de poder das mulheres tanto com os serviços de saúde como nas demais situações relacionais assimétricas para as mulheres. Esta estratégia tem por intenção estimular nas mulheres mudanças em relação ao autocuidado e à apropriação de seus corpos e controle de sua saúde.⁵¹

Considerando os índices que apontavam desde o final da década de 1960 e início da década de 1970 a redução da fecundidade das brasileiras e a preocupante crise econômica vivenciada pelo país, especialmente após o período chamado Milagre Brasileiro, o discurso e as propostas puramente neomalthusianas cederam lugar a uma abordagem do controle da natalidade enquanto um direito soberano da mulher em governar o próprio corpo, optando pela quantidade de filhos desejados, além de debater os papéis sociais pertinentes às mulheres. Neste sentido Carvalho e Brito afirmam que “o movimento das mulheres sublinhou os seus direitos, inclusive os direitos reprodutivos. Estava posto um novo paradigma para o planejamento familiar”.⁵²

⁵⁰ OSIS, Maria José Martins Duarte. Paism: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 14, p. 25-32, 1998. p. 25.

⁵¹ COSTA, Ana Maria. Desenvolvimento e implantação do PAISM no Brasil. In GIFFIN, Karen M.;

COSTA, Sarah H. (Orgs). *Questões da Saúde Reprodutiva*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1999. p. 327.

⁵² CARVALHO; BRITO, 2005. p. 364.

1.3 Planejamento familiar versus controle da natalidade

A conjuntura demarcada entre os anos de 1984 e 1993 se apresenta, sobretudo, por meio da ambigüidade pela qual o Estado brasileiro se posiciona face às questões pertinentes a políticas de planejamento familiar. Aliás, esse conceito irá ser veiculado ao longo desse período de maneira muito difusa, confundindo-se inúmeras vezes com controle de natalidade.

A porta de entrada para a observação dessa ambigüidade pode ser assumida pelo posicionamento do então Ministro da Saúde, Waldir Arcoverde, na Conferência Mundial sobre população, realizada na Cidade do México em 1984. O ministério propunha a inserção do planejamento familiar no escopo de uma assistência integral à saúde da mulher.

Após a Conferência realizada na Cidade do México em 1984, organizou-se, no estado de São Paulo, o 1º Encontro de Saúde da Mulher, cujas demandas foram compiladas no documento chamado *Carta de Itapeceira*, segundo o qual os participantes exigiam:

[...] um programa de saúde integral para a mulher envolvendo todos os seus ciclos biológicos [...] concretizados na sua especificidade sexual [...] tudo isso integrado com a prevenção e tratamento das doenças relativas à sua inserção concreta no sistema reprodutivo, seja como trabalhadora e/ou dona-de-casa.⁵³

Embora contasse com a adesão de vários setores da sociedade civil e de técnicos da área da saúde, além do apoio do próprio Ministério da Saúde, esse conceito de planejamento familiar não era assumido como oficial no interior do Estado brasileiro. Neste sentido, um mês após a participação brasileira no México durante a Conferência Mundial sobre População, o Ministro Chefe do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), o Tenente Brigadeiro – do – ar Waldir Vasconcelos:

Declara, através do Matutino Paulista O Estado de São Paulo (14-09-1984, p.9), em matéria intitulada "Planejamento Familiar logo terá decreto", que um Grupo Interministerial apresentaria à Presidência da República os estudos finais para a elaboração de um Decreto-Lei visando a criar uma política demográfica nacional, estudo esse - ao que parece - apoiado nos resultados da CPI do Senado. Acrescenta que o referido decreto entraria em vigor no ano de 1985, com a criação da chamada "Comissão Nacional de População", que seria subordinada à Secretaria do Conselho de Segurança Nacional (CNS). A essa Comissão caberia a função de executar uma política demográfica, que previa a orientação da população, principalmente a pertencente às classes mais baixas, sobre o controle do número de filhos, além do fornecimento dos meios anticoncepcionais

⁵³ LABRA, M. E. *Mulher, saúde e sociedade no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 299.

"livremente adotados", no entanto. A justificativa oferecida pelo Ministro, para a regulamentação via decreto-lei, ao invés de um projeto de lei, foi a da sobrecarga do trabalho dos parlamentares.⁵⁴

Além de indicar certo descompasso entre os discursos provenientes do próprio Estado, este fato denuncia inclusive um confronto que transcende a questão da interferência ou não do Estado nas decisões familiares referentes ao número de filhos, revelando uma disputa interna entre os Ministérios da Saúde e do Estado Maior das Forças Armadas no que tange as competências necessárias para a condução das políticas de planejamento familiar. Esta mesma disputa interministerial apresentava divergências conceituais em relação às questões do planejamento familiar, pois se para a pasta da Saúde este se vinculava à política social de saúde, para o Estado Maior das Forças Armadas, o planejamento familiar representava uma questão de segurança nacional e de política demográfica.

Constituindo-se na marca característica da conjuntura a partir de 1984, esse tipo de enfrentamento se materializa, alternativamente no período, incorporando a mobilização ativa de setores da Sociedade Civil, ora na defesa de uma política de planejamento familiar inscrita no Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), conforme o referido posicionamento do Ministério da Saúde assumido na Conferência Mundial de População, na Cidade do México, no ano de 1984, ora na busca de definição de uma política de controle da natalidade para o país.⁵⁵

Embora situada neste contexto de confrontos políticos, a implantação de experiências-piloto do PAISM em Goiânia e São Paulo, em 1984, contou com a colaboração direta de feministas através da elaboração e execução de ajustes em relação ao projeto original. Entre estas medidas, foram incorporadas práticas pedagógicas através da publicação de revistas sobre saúde e sexualidade feminina, manuais, informativos acerca dos contraceptivos, além da oferta de cursos ministrados pelas pesquisadoras participantes do projeto.

Inserida num contexto de avanços e recuos tanto por parte da tendência que propunha o controle da natalidade enquanto condição necessária ao equilíbrio da economia quanto aos defensores do planejamento familiar como parte integrante de um programa de saúde integral da mulher, observa-se, em setembro de 1985, a criação da Comissão de Estudos sobre Direitos da Reprodução Humana (CEDRH). Assim:

[...] ao aparente recuo dessa tendência controlista, com o arquivamento, em 1984, do referido Projeto de Lei N.s 267/84 do Senado, manifesta-se o aparente fortalecimento da proposta do Ministério da Saúde com a criação,

⁵⁴ ALVARENGA; SCHOR, 1998. p. 91.

⁵⁵ ALVARENGA; SCHOR, 1998. p. 92.

em setembro de 1985, da Comissão de Estudos sobre Direitos da Reprodução Humana (CEDRH), presidida por Ruth Escobar (PMDB/SP).⁵⁶

Considerando o cenário político difuso, ilustrado inclusive pela veiculação de informações que revelavam as controvérsias em relação à questão do planejamento familiar dentro do governo⁵⁷, em maio de 1986, o Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS) implanta o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher e posteriormente, a igreja adere ao mesmo programa.

Após uma aparente consolidação dos princípios defendidos pelo Ministério da Saúde, entre janeiro e março de 1987, ocorre uma retomada das articulações em torno da tendência controlista, numa aparente mobilização com vistas à Constituinte de 1988. Merece ênfase:

[...] a divulgação, pelo próprio Governo, da existência de proposta de criação de uma política de controle da natalidade, também denominada controle familiar, nascida de uma reunião do Conselho de Desenvolvimento Social (CDS), órgão criado em 1974, por ocasião do período de transição. Segundo informação foi designada, na citada reunião, uma Comissão Interministerial, coordenada pelo Ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, compreendendo os seguintes Ministérios: Saúde, Previdência e Assistência Social, Planejamento, Trabalho, Educação, Justiça, Interior, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Urbano, além do Ministro-chefe do Gabinete Militar.⁵⁸

Ávila afirma que durante o período compreendido entre 1985 e 1987,

[...] houve uma tentativa de instituir um programa oficial de controle da natalidade no país. Um anteprojeto de Lei de abril de 1985 estabelecia uma política de população com fixação de taxas de aumento ou diminuição da população, prevendo a participação de entidades privadas com experiência na área, mas as pressões contrárias o fizeram sucumbir. A mesma autora também afirma que em 1987, o Conselho de Desenvolvimento Social deliberou como ação prioritária para solucionar o problema da pobreza a implantação de um programa de controle da natalidade mas, novamente, diante das reações da sociedade civil, o governo teve que recuar.⁵⁹

Neste sentido, era notória a articulação entre vários setores do governo para a implantação de políticas de controle da natalidade, porém, determinados segmentos da sociedade civil, contrários aos princípios controlistas e engajados na luta pela reivindicação de políticas públicas de planejamento familiar, opõem-se a esta nova ofensiva, introduzindo o debate na pauta da Comissão Interministerial.

Segundo Alvarenga & Schor:

A ampla mobilização de vários segmentos da sociedade civil não se fez tardar em defesa de uma política de planejamento familiar, que se contrapunha ao controle de natalidade, trazendo, para o interior da própria

⁵⁶ ALVARENGA; SCHOR, 1998. p. 93.

⁵⁷ ALVARENGA; SCHOR, 1998.

⁵⁸ ALVARENGA; SCHOR, 1998. p. 94.

⁵⁹ ÁVILA, M. B. Direitos Reprodutivos: o Caos e a Ação Governamental. In: SOS CORPO - Grupo de Saúde da Mulher. *Os Direitos Reprodutivos e a Condição Feminina*. Recife, PE: SOS CORPO, p.17-25, 1989 apud COELHO, E. A. C.; LUCENA, M. F. G.; SILVA, A. T. M. 2000. p. 43.

Comissão Interministerial, grande debate. Centrou seus argumentos sobretudo na tendência à queda da taxa de crescimento demográfico no país (de 2,9%, em 1950 a 2,0%, em 1980) e denunciou interesses internacionais que presidiram o financiamento de programas de controle demográfico no país, no período de 1979 a 1983, com a injeção de cerca de 35 milhões de dólares em programas denominados de "planejamento familiar".⁶⁰

Como resultado dessa mobilização e articulação de vários setores da sociedade civil, interessados em defender a implantação de uma política de planejamento familiar que se contrapunha aos interesses vinculados puramente ao controle da natalidade, a Carta Constitucional de 1988, parágrafo 7º do Artigo 226, apresenta a questão do Planejamento Familiar como um direito acessível voluntariamente a todos, descritos nos seguintes termos:

Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.⁶¹

A exemplo da ambigüidade que caracterizou o período anterior à publicação da Carta Constitucional de 1988, a questão do planejamento familiar, mesmo após ser expressa como um direito de todo cidadão brasileiro aos recursos necessários para o exercício dessa livre decisão que envolve o número de filhos, não apresentou-se de maneira institucionalizada em todo o território nacional. Segundo Alvarenga & Schor:

Assim, longe de arrefecer, esse processo continua evidenciando, na conjuntura, senão a ausência de uma política de planejamento familiar institucionalizada para todo o país - malgrado o avanço alcançado em alguns Estados como o de São Paulo -, uma indefinição da mesma, o que faz com que diferentes modalidades de planejamento e controle da prole tenham lugar no país, em função da diversidade de interesses gerais - internos e externos - e de especificidades das realidades regionais.⁶²

Esse confronto de idéias foi mais uma vez evidenciado ao longo da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e desenvolvimento, a Rio-92. Sob o pretexto dos problemas ambientais, os líderes dos países mais desenvolvidos manifestam sua predisposição em financiar programas no Terceiro Mundo que objetivem o controle da natalidade. Neste sentido, de acordo com Augusta Thereza Alvarenga e Néia Schor:

A Comunidade Européia e Estados Unidos à frente, lutaram ao longo de toda a ECO-92 para que a Agenda 21 fizesse referência à necessidade de planejamento familiar para o Terceiro Mundo. O Relatório do Banco Mundial divulgado em 29 de maio na referida Reunião (Folha de São Paulo, 30-06-

⁶⁰ ALVARENGA; SCHOR, 1998. p. 94-95.

⁶¹ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (5 de outubro de 1988). São Paulo: Editora Atlas, v. 1, 1998. p. 133.

⁶² ALVARENGA; SCHOR, 1998. p. 95.

1992, p.3) "recomenda a países da América Latina e Caribe a adoção de políticas de planejamento familiar para diminuir problemas ambientais como destruição de florestas e degradação dos solos". Traduzindo os reais interesses desse Relatório o Chefe da Divisão de Meio Ambiente para a América Latina do Banco Mundial, Dennis Mahar afirma que "a instituição receberia muito bem uma eventual proposta do governo brasileiro para o financiamento de um programa de controle da natalidade".⁶³

Contrário às lideranças de países desenvolvidos, o governo brasileiro, a exemplo dos demais países do Terceiro Mundo, procurou dissociar o crescimento demográfico das questões pertinentes à conservação do meio ambiente:

Em matéria publicada sob o título "A questão populacional e a Rio-92" o Jornal Folha de São Paulo divulga, em 08-06-1992, p. 3, discurso do próprio Presidente da República do Brasil, Fernando Affonso Collor de Mello, que procura não só explicitar a controvérsia em torno do tema, mas igualmente colocá-la como um falso problema, se analisada dentro de uma postura puramente demográfica. Afirma que "a questão populacional não pode ser tratada nem como uma preocupação de segurança [nacional], nem como um mero exercício aritmético". Continua que "devemos deixar de encará-lo [o crescimento populacional] a partir de seus efeitos e passar a considerar suas causas [sendo] a principal destas... certamente a pobreza em que ainda sobrevive a maior parte da humanidade". Finaliza firmando sua posição nos seguintes termos:"... o Governo Brasileiro pretende levantar o tema populacional na Rio-92 para que o mesmo faça parte, com destaque, da ampla reflexão que desejamos construir para o 3º milênio. Nossa proposta será no sentido de que a questão demográfica seja tratada menos como problema ambiental, e mais como um problema de desenvolvimento, como um desafio que todos temos a necessidade prática e moral de assumir, propondo soluções que aproximam os povos e favoreçam a justiça, o bem estar e a paz universal".⁶⁴

Assim, no início da década de 1990, não era incomum a tentativa do empresariado brasileiro, por exemplo, de recolocar em pauta os supostos problemas econômicos, políticos e sociais ocasionados pelo crescimento populacional e a falta de uma política de controle da natalidade. A constatação da existência de divergências internas, inclusive entre setores da sociedade civil que exercem influência sobre a condução política do país e a declarada pressão internacional para que o país, mesmo após a Constituição de 1988, promovesse políticas de controle da natalidade, evidencia a falta de um posicionamento consolidado, ou melhor, a completa inexistência de parâmetros que propiciassem o balizamento de ações governamentais, a cristalização de políticas públicas e um eficiente serviço de assistência ao planejamento familiar no âmbito da saúde da mulher.

Assim, evidenciando os resultados de uma pesquisa nacional referente à avaliação do PAISM, Costa nos informa que "[...] a degradação qualitativa dos serviços de saúde agravada na última década, somada à ausência de priorização da

⁶³ ALVARENGA; SCHOR, 1998. p. 96.

⁶⁴ ALVARENGA; SCHOR, 1998. p. 96.

saúde da mulher nas propostas de gestão, determinaram um caótico quadro da situação da assistência".⁶⁵

1.4 A proliferação da AIDS e a conferência internacional sobre população do Cairo

A partir de 1994 passa a ser observado, especialmente através da mídia, a discussão de novas perspectivas referentes às questões ligadas à regulação da fecundidade, ampliando o seu escopo de análise da dicotomia entre planejamento familiar *versus* controle da natalidade para questões relevantes à saúde da mulher.

Segundo Alvarenga & Schor,

[...] embora as questões do aborto voluntário e da esterilização feminina representem, no Brasil, discussões antigas e permeiem toda a polêmica em torno da política de contracepção no país, amplamente veiculada pela mídia desde a década de 80 é, sobretudo a partir de 1994, que ambas passam a ocupar papel de destaque no país.⁶⁶

A assunção dessas novas temáticas concernentes à saúde e ao direito reprodutivo da mulher é resultante do processo de intensificação dos movimentos de articulação e reivindicação dos direitos das mulheres ao longo das últimas décadas, culminando inclusive na criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), sediado no Ministério da Justiça.

Corroborando a influência do movimento feminista, Rocha afirma que,

No âmbito das atividades ordinárias do Congresso, foi nos primeiros anos da década de 90... que se intensificou a influência do movimento feminista. De alguma maneira, sob essa influência, pode-se situar o conjunto de cinco projetos de lei de Eduardo Jorge, alguns deles em co-autoria com Sandra Starling; a reapresentação do projeto de lei de José Genoíno sobre a matéria; e, principalmente, o projeto substitutivo da deputada Fátima Felaes. A influência do movimento feminista se fez ainda mais presente em duas proposições, ambas apresentadas por parlamentares feministas: o projeto substitutivo da deputada Jandira Feghali e o projeto de lei da senadora Éva Blay. Estas parlamentares, neste contexto da discussão, realizaram no Congresso, em diferentes ocasiões, dois seminários e uma audiência pública. Através destas atividades buscaram ampliara interlocução sobre o tema, não somente no próprio Parlamento, como também com vários segmentos da sociedade.⁶⁷

⁶⁵ COSTA, Ana Maria. *O PAISM: uma política de assistência integral à saúde da mulher a ser resgatada*. Brasília: [s.n.], 1992 apud COELHO, E. A. C.; LUCENA, M. F. G.; SILVA, A. T. M. 2000. p. 43.

⁶⁶ ALVARENGA; SCHOR, 1998. p. 97.

⁶⁷ ROCHA, M. I. B. da. A questão do aborto no Brasil: o debate no Congresso. *Estudos Feministas*. Trivandrum, ano 4, n. 2, p. 381-398, 1996. p. 392.

Reforçando essa perspectiva, a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada na cidade do Cairo, Egito, em 1994, constitui-se como baliza para essa nova conjuntura que emerge dos anseios pertinentes aos direitos reprodutivos da mulher, conforme afirma Berquó:

O documento do Cairo reflete com bastante clareza a agenda de prioridades que as mulheres de todo o mundo, através de suas redes de lideranças, foram construindo durante os anos de preparação da Conferência. São elas que reorientam o eixo da questão populacional, ao colocarem a regulação da fecundidade no plano dos direitos individuais. Como conseqüência, o planejamento familiar, *stritu sensu*, perde status, e surge no Cairo a consagração dos direitos reprodutivos.⁶⁸

Além da amplificação de novas perspectivas envolvendo a saúde reprodutiva da mulher, em 1994 o Ministério da Saúde passa a distribuir preservativos masculinos⁶⁹ como uma das medidas tomadas em resposta ao acentuado crescimento do número de casos de AIDS registrados no Brasil no período. Assim, embora o advento desse método contraceptivo seja mais longínquo, ele passa a ser difundido como instrumento de prevenção ao vírus do HIV.

A AIDS, ocasionada pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV), registrou os seus primeiros casos nos EUA, Haiti e África Central no final da década de 1970, porém, estes foram classificados como tal apenas no início da década de 1980. No Brasil, os primeiros registros datam de 1982.⁷⁰

A propagação da AIDS requereu a discussão sobre políticas públicas capazes de conter essa epidemia que apontava o Caribe e a América Latina com um contingente de aproximadamente 65 mil indivíduos entre 15 e 24 anos de idade infectados pelo HIV em 1998.⁷¹

⁶⁸ BERQUÓ, E. O Brasil e as recomendações do plano de ação do Cairo. In: BILAC, E. D.; ROCHA, M. I. B. da (Orgs.). *Saúde Reprodutiva na América Latina e no Caribe: Temas e Problemas*. Campinas: PROLAP, ABEP, NEPO/UNICAMP; São Paulo: Editora 34, 1998. p. 26.

⁶⁹ BRASIL. Ministério da Saúde. *Dados em DST e Aids*. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

⁷⁰ BRASIL, 2011.

⁷¹ UNAIDS. Fatos e números: Campanha Mundial da Aids - 1999. In: Listen, Learn, Live! World Aids Campaign with children and young people. Genebra, 1999 apud ASINELLI-LUZ, Araci; FERNANDES JUNIOR, Nelson. Gênero, adolescências e prevenção ao HIV/aids. *Pro-Posições* [online]. v. 19, n. 2, p. 81-97, 2008. p. 82.

2 EDUCAÇÃO ALÉM DA ESCOLA

Partindo do pressuposto de que o processo educativo ocorre em várias estâncias sociais, nas quais se encontram incluídas as escolas, porém não se restringindo exclusivamente a elas, observamos inúmeros artefatos culturais através dos quais novos significados são produzidos ou apenas propagados. Neste sentido, esses artefatos culturais atuam como instrumentos de representação de papéis sociais.

Um noticiário de televisão, as imagens, gráficos etc. de um livro didático ou as músicas de um grupo de rock, por exemplo, não são apenas manifestações culturais. Eles são artefatos produtivos, são práticas de representação, inventam sentidos que circulam e operam nas arenas culturais onde o significado é negociado e as hierarquias são estabelecidas.⁷²

Somos educados, dentre outras formas, através da representação de papéis sociais e veiculação de sentidos praticada pela industrial cultural. Assim, uma série de padrões de comportamento, de tendências mercadológicas, de balizas atitudinais, estereótipos são produzidas, veiculadas e absorvidas continuamente, auxiliando no processo de formação das subjetividades. Corroborando com o exposto, Marisa Vorraber Costa, Rosa Hessel Silveira e Luis Henrique Sommer por meio do artigo *Estudos Culturais, educação e pedagogia*:

[...] a educação se dá em diferentes espaços do mundo contemporâneo, sendo a escola apenas um deles. Quer dizer, somos também educados por imagens, filmes, textos escritos, pela propaganda, pelas charges, pelos jornais e pela televisão, seja onde for que estes artefatos se exponham. Particulares visões de mundo, de gênero, de sexualidade, de cidadania entram em nossas vidas diariamente.⁷³

Este processo educativo verificado fora da escola institucionalizada compreende o denominado currículo cultural, pois através deste sistema são ensinados sentidos, significados e valores. Segundo Costa, Silveira & Sommer, “currículo cultural diz respeito às representações de mundo, de sociedade, do eu, que a mídia e outras maquinarias produzem e colocam em circulação, o conjunto de saberes, valores, formas de ver e de conhecer que está sendo ensinado por elas”.⁷⁴

Neste sentido, a pedagogia da mídia se ocupa em problematizar e analisar as formas pelas quais esses artefatos culturais educam.

⁷² COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 36-61, ago. 2003. p. 39.

⁷³ COSTA; SILVEIRA; SOMMER, 2003. p. 57.

⁷⁴ COSTA; SILVEIRA; SOMMER, 2003. p. 57.

Pedagogia da mídia refere-se à prática cultural que vem sendo problematizada para ressaltar essa dimensão formativa dos artefatos de comunicação e informação na vida contemporânea, com efeitos na política cultural que ultrapassam e/ou produzem as barreiras de classe, gênero sexual, modo de vida, etnia e tantas outras.⁷⁵

Considerando a existência de um currículo produzido e disseminado nas arenas culturais situadas fora do escopo das escolas, a pedagogia da mídia focaliza esses agentes educativos e os incorpora enquanto seus objetos de estudo, procurando determinar em que grau tanto à emissão quanto a recepção desses sentidos influencia na formação de subjetividades.

Assim, compreendemos o termo cultura como os “processos, categorias e conhecimentos através dos quais as comunidades são definidas (e se definem) de formas específicas e diferenciadas”.⁷⁶ E segundo Soares & Meyer,

Isso significa que, longe de limitar-se a englobar a totalidade das experiências compartilhadas pelos grupos, a cultura está implicada com as formas pelas quais tais experiências, práticas, crenças, tradições etc. são produzidas nos sistemas de significação, estruturas de poder e instituições sociais.⁷⁷

A mídia vem se consolidando como uma das formas mais comuns de transmissão cultural através da veiculação de representações de papéis sociais, sentidos e significados. Assim, a problematização da industrial cultural e sua aderência junto à grande massa popular e a forma pelas quais as diversidades são representadas e hierarquizadas, consistem nos pilares que sustentam pertinência dos Estudos Culturais na sociedade contemporânea.

Neste sentido, compreendido como um artefato de produção e representação de papéis sociais, o currículo cultural consiste num sistema de propagação de significados vinculados aos processos de formação de identidades e subjetividades.⁷⁸

Por meio de balizas instituídas pelos Estudos Culturais, novos sentidos e significados são transmitidos e aprendidos por meio de revistas, músicas, peças teatrais, programas televisivos, livros, anúncios publicitários. Assim, além de serem simples representações culturais, esses artefatos veiculam uma série de papéis sociais desejáveis, que passarão a ser negociados, adaptados e absorvidos pela

⁷⁵ COSTA; SILVEIRA; SOMMER, 2003. p. 57.

⁷⁶ DONALD, J.; RATTANSI, A. *Race, culture & difference*. London: Sage. 1992 apud SOARES, Rosângela de F. R.; MEYER, Dagmar E. Estermann. O que se pode aprender com a “MTV de papel” sobre juventude e sexualidade contemporânea?. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 136-148, ago. 2003. p. 137.

⁷⁷ SOARES; MEYER, 2003. p. 137.

⁷⁸ SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

sociedade. Corrobora com esta perspectiva, Marlucy Alves Paraíso, afirmando que o currículo cultural, proporciona a elaboração e veiculação de significados e representações de papéis sociais, constituindo-se culturalmente a partir de formas de compreender o mundo social.⁷⁹

Segundo Tomaz Tadeu Silva, “todo conhecimento, na medida em que se constitui num sistema de significação, é cultural”.⁸⁰ Assim, por meio dos pressupostos estabelecidos pelos Estudos Culturais, a pedagogia apresenta-se como uma cultura, e a cultura se apresenta como uma pedagogia. Com base nessa concepção acerca da relação entre pedagogia e cultura, considera-se pedagógico os espaços culturais e processos extra-escolares.⁸¹

Esses artefatos culturais amplamente disseminados na contemporaneidade atuam como parâmetros para novos estilos de vida, comportamentos e atitudes, “fornecendo o material com que as pessoas forjam sua identidade”.⁸²

Em relação à capacidade da industrial cultural, por meio dos seus mais diversos artefatos, de interferir na organização das sociedades, Hall comenta que,

[...] a cultura é agora um dos elementos mais dinâmicos – e mais imprevisíveis – da mudança histórica do novo milênio. Não devemos nos surpreender, então, que as lutas pelo poder deixem de ter uma forma simplesmente física e compulsiva para serem cada vez mais simbólicas e discursivas, e que o poder em si assuma, progressivamente, a forma de uma política cultural.⁸³

Neste sentido, ampliando a afirmação de Green & Bigun, através da qual expõem a cultura juvenil e a mídia enquanto fatores determinantes para a construção de uma nova identidade juvenil, a globalização da mídia vem modelando novos padrões de existência humana, ou seja, a construção de novas identidades devem ser problematizadas “a partir do nexo entre a cultura juvenil e o complexo global crescente da mídia”.⁸⁴

[...] indivíduos e grupos aprendem, desde muito cedo, a ocupar e/ou a reconhecer seus lugares sociais por meio de estratégias tão sutis e refinadas que são, por vezes, muito difíceis de perceber. Essas aprendizagens envolvem um complexo de forças e de processos que

⁷⁹ PARAÍSO, Marlucy Alves. Contribuições dos Estudos Culturais para a Educação. *Revista Presença Pedagógica*, Belo Horizonte, v. 10, n. 55, p.53-61, jan./fev., 2004.

⁸⁰ SILVA, 2002. p. 139.

⁸¹ SILVA, 2002.

⁸² KELLNER, Douglas. *A Cultura da Mídia* - estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. São Paulo: EDUSC, 2001. p. 9.

⁸³ HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997. p. 20.

⁸⁴ GREEN, Bill; BIGUN, Chris. Alienígenas na sala de aula. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes. 1995. p. 214.

incluem instâncias como os meios de comunicação de massa, os brinquedos, a literatura, o cinema, a música, e produzem, por exemplo, diferentes e conflitantes formas de conceber e de viver a juventude, o corpo e a sexualidade; de conceber e de se relacionar com as autoridades instituídas; de conhecer o eu e o outro, e que redefinem mesmo os modos com que temos teorizado os processos de ensino e aprendizagem.

Reconhecer isso não significa dizer que a escola deixou de ser uma instituição social intensamente disputada por diferentes movimentos sociais e políticos. Pelo contrário, ela continua sendo um importante espaço de aprendizagens específicas e diferenciadas que não podem ocorrer em outros locais, como também uma instituição que interfere, aprofunda ou fragiliza aprendizagens que fazemos em outras instâncias sociais – e decorre daí o conceito de pedagogias culturais. O conceito de pedagogias culturais remete, exatamente, para o reconhecimento e problematização da importância educacional e cultural da imagem, das novas tecnologias da informação, enfim, da relação entre educação e cultura da mídia nos processos de organização das relações sociais e na produção das identidades. Remete, também, para um importante deslocamento no qual o currículo se desvincula e se projeta para além da escola, o que impõe uma reconceptualização das próprias noções de escola, de currículo, de conhecimento escolar.⁸⁵

A elaboração social e discursiva das identidades ocorre na escola, porém não se limita a ela, pois segundo Soares e Meyer,

[...] o contexto no qual se processa a construção discursiva e social da juventude inclui a experiência da escolarização, mas não se limita a ela, incluindo o contexto cultural mais amplo, como a cultura do rock, os meios de comunicação de massa e outros espaços pedagógicos.⁸⁶

Esse conjunto de saberes, valores e sentidos compreendidos como currículo cultural precisa necessariamente ser transmitido e absorvido nas mais diversas instâncias culturais através de discursos legíveis, ou seja, por meio de linguagens que expressem os papéis sociais veiculados de maneira compatível com a própria cultura a qual se destina. Através dos mais diversos arranjos de linguagem, a indústria cultural estabelece uma relação de proximidade entre seus interesses e os do público. Neste sentido,

[...] a linguagem – em sentido amplo – é posicionada como sendo a instância privilegiada da produção dos sentidos que atribuímos ao mundo e a nós mesmos e, a partir dessa perspectiva, ela funciona como um elemento central da organização social e da cultura. A compreensão de que a linguagem é um locus de produção de sentidos a serem compartilhados implica compreender, também, que este é um processo ativo, conflitivo, instável e dinâmico, profundamente enredado em relações de poder. A linguagem é, pois, fruto de relações de poder, gera efeitos de poder e está intrinsecamente relacionada e implicada com a produção daquilo que reconhecemos como sendo nós e eles, certo e errado, igual e desigual, equivalente e diferente; ou seja, a linguagem está implicada com a produção das identidades e das diferenças, das hierarquizações e das desigualdades dentro e entre diferentes sociedades e/ou culturas, e é com esse sentido que o conceito é utilizado neste trabalho.⁸⁷

⁸⁵ SOARES; MEYER, 2003. p. 139.

⁸⁶ SOARES; MEYER, 2003. p. 136.

⁸⁷ SOARES; MEYER, 2003. p. 137.

Assim, considerando os diversos discursos propagados pela industrial cultural através de seus artefatos de representação de papéis e práticas sociais, consideramos relevante observar tais artefatos como espaço por meio do qual se ensina e se aprende modos ser na contemporaneidade.⁸⁸

2.1 A mídia e a formação das subjetividades

O currículo cultural disseminado através dos mais diversos artefatos concernentes à industrial cultural oferece representações e práticas sociais, balizas comportamentais, conceitos sobre gênero e sexualidade que ao serem absorvidos contribuem para a formação das identidades pessoais. Atualmente, esse conteúdo propagado pelas mídias compreende, “talvez, [...] a voz mais ativa na ocupação dos espaços públicos na cultura contemporânea e, assim, detentor de grande potencial para revelar o imaginário desta mesma cultura”.⁸⁹ Continuando com Everardo Rocha, consideramos que,

[...] As representações e imagens que habitam nosso imaginário, formam uma espécie de texto ou roteiro com o qual encenamos a experiência cotidiana. [...] as mensagens veiculadas pela mídia são pouco estudadas e, paradoxalmente, constroem um plano discursivo essencial em nossa vida. Elas encenam um drama por onde transitam significados que se fazem públicos, onde se impõe o consenso e as ideologias se espalham.⁹⁰

Neste sentido, corroborando com o argumento pelo qual as representações e práticas sociais veiculadas pela mídia contribuem no processo de formação das identidades, Dahrendorf afirma que:

No ponto de interseção entre indivíduo e sociedade encontra-se o “homo sociologicus”, o homem enquanto portador de papéis sociais preformados. O indivíduo é constituído pelos seus papéis sociais, mas estes são por sua vez o fato “irritante” da sociedade.⁹¹

Ao serem absorvidas, essas representações e práticas sociais que constituem o currículo cultural, atuam como parâmetros ao longo do processo de formação de nossas identidades, definição de comportamento, estilo de vida. Os serviços e produtos anunciados nas páginas das revistas, por exemplo, atuam como agentes que oportunizam a distinção social entre os indivíduos, uma vez que o seu

⁸⁸ GREEN; BIGUN, 1995. p. 209.

⁸⁹ ROCHA, E. A mulher, o corpo e o silêncio: a identidade feminina nos anúncios publicitários. *Alceu*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 15-39, jul./dez. 2001. p. 17-18.

⁹⁰ ROCHA, 2001. p. 17-18.

⁹¹ DAHRENDORF, Ralph. *Homo sociologicus*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969. p. 41.

consumo, após o seu significado ser devidamente negociado na sociedade, classifica ou hierarquiza aqueles que os consomem ou não. Da mesma forma, determinados comportamentos representados através dos artefatos culturais são propagados e seu valor simbólico é então determinado.

Os produtos e serviços escrevem as nossas identidades, visões de mundo, estilos de vida. Nada é consumido de forma neutra. O consumo traduz um universo de distinções; produtos e serviços realizam sua vocação classificatória através do simbolismo a eles anexado. O sistema publicitário atribui nomes, conteúdos, representações, significados a um fluxo constante de bens.⁹²

Ao problematizar as revistas, especialmente aquelas destinadas ao público feminino, através da perspectiva do currículo cultural imbricado nesse segmento da mídia, podemos analisar as formas pelas quais estes artefatos publicam seus conteúdos, organizam suas seções, além dos procedimentos pelos quais veiculam estereótipos e mediam a formação da subjetividade em seus leitores.

Neste sentido, esses artefatos culturais exercem uma “pedagogia da sexualidade e do gênero e coloca em ação várias tecnologias de autodisciplinamento e autogoverno que os sujeitos exercem sobre si mesmos”.⁹³

As revistas femininas destinadas ao público adolescente são compreendidas não apenas como um instrumento de entretenimento, pois, em seu bojo, encontra-se uma série de prescrições acerca do comportamento, inclusive o sexual, além de balizas de gênero. Assim, estas são lidas como uma manual de instrução acerca dos modos de ser e viver, de se comportar e posicionar frente a determinadas situações cotidianas.⁹⁴

A mídia direcionada ao público feminino produz determinadas formas de subjetividades femininas, pois oportunizam suas leitoras e consumidoras o espelhamento das representações e práticas sócias contido em seu conteúdo.⁹⁵

Assim, o significado do que somos se produziria, também, no discurso da mídia, que, “penetrando em nossos corpos”, como diria Foucault, produziria nossas particularidades e desejos mais íntimos. Neste sentido, a produção dos desejos de consumo produz efeitos não apenas econômicos, mas constitui uma maneira própria (apropriada) de ser.⁹⁶

⁹² ROCHA, 2001. p. 26.

⁹³ LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte; Autêntica, 1999. p. 25.

⁹⁴ CARRINGTON, Kerry; BENNET, Anna. Las Revistas de chicas y la formación de la chica. In: LUKE, Carmen. *Feminismo y pedagogias em la vida cotidiana*. Madrid: Ediciones Morata, 1999 apud DORNELLES, L. V. *Meninas no Papel*. 2002, 175 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. p. 69.

⁹⁵ DORNELLES, 2002. p. 70.

⁹⁶ DORNELLES, 2002. p. 75.

Os discursos veiculados pela indústria cultural, assim como as práticas não discursivas presente nas mais diversas sociedades, produzem sujeitos, ou seja, fornecem os subsídios necessários para a formação da subjetividade.⁹⁷

A elaboração dos discursos propagados pela indústria cultural considera os sentidos e os significados que circulam e repercutem em sociedade, estabelecendo assim uma relação de proximidade com seu leitor/consumidor. Esses artefatos transformam produtos em necessidades e comportamentos em parâmetros. Segundo Steinberg, “em alguma medida, somos aquilo que consumimos”.⁹⁸

As práticas e representações sociais propagadas através dos discursos das revistas direcionadas neste caso ao público feminino, ofertam uma narrativa acerca dos modos de ser mulher, parâmetros e balizas comportamentais, divulgam tendências e normas pertinentes a cada faixa etária, definem as características de gênero. É neste sentido que os seus discursos são consumidos como manuais de modos e estilos de vida, transmitindo orientações de como governar o próprio corpo, seus sentimentos e conduta apropriada a situações específicas. Esses manuais produzem estereótipos a serem incorporados as mais diversas identidades. Conforme afirma Dornelles,

O discurso das revistas femininas infantis, os recursos e estratégias discursivas por elas utilizadas produzem uma narrativa sobre as meninas, ou seja, enunciados de pertença a um grupo etário, a um gênero, a uma etnia, etc. Daí que suas ‘verdades’ funcionem como forma de governo dirigida a produzir determinadas meninas, a guiar, moldar, afetar sua conduta, de forma que elas se tornem determinadas meninas e não outras. Os modos de ser, impostos pelas revistas femininas infantis ou que dizem respeito a ‘um jeito de ser menina’, produzem diferentes posições de sujeito.⁹⁹

A influência dos discursos veiculados pela indústria cultural através dos quais se modela modos de ser e viver baseados nas representações e práticas sociais, é considerada por Foucault perigosa, pois ao produzir sujeitos de determinado de jeito, os aprisiona num escopo de identidades e papéis sociais pré-definidos.¹⁰⁰

[...] a mídia, em nossa época, estaria funcionando como um lugar privilegiado de superposições de “verdades”, um lugar por excelência de produção, circulação e veiculação de enunciados de múltiplas fontes, sejam

⁹⁷ FOUCAULT, Michel. *Tecnologias del yo y otros textos afines*. Barcelona: Paidós, 1990 apud DORNELLES, 2002. p. 70.

⁹⁸ STEINBERG, Shirley. *Kindercultura: a construção da infância pelas grandes corporações*. In: SILVA, Luiz Heron et.al. *Identidade social e construção do conhecimento*. Porto Alegre: PMPA, 1997. p. 109.

⁹⁹ DORNELLES, 2002. p. 77.

¹⁰⁰ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

eles criados a partir de outras formações, sejam eles gerados nos próprios meios.¹⁰¹

Considerando os diferentes momentos históricos e seus respectivos acervos de sentidos e significados aceitos ou não em sociedade, as revistas femininas, compreendidas aqui como um dos artefatos culturais disponíveis à indústria cultural, contribuem para a formação de sujeitos por meio de sua materialidade discursiva. Segundo Walkerdine,

[...] os sujeitos se constituem dentro da materialidade discursiva das diferentes culturas, em condições históricas específicas e datadas, nas quais certos dispositivos de regulação social (governo) se transformam em técnicas de auto-produção (auto-governo). Assim, a discursividade da revista mostra, para suas leitoras, como ser e se tornar bela, produzindo as formas de governo de si.¹⁰²

Outro fator a ser considerado é a acessibilidade e gratuidade através da qual os anúncios publicitários e estímulos a determinados comportamentos são disponibilizados nas revistas. Neste sentido, segundo Rocha,

A indústria cultural coloca a sociedade que a produz diante de um amplo repertório de idéias, emoções, sensações, escolhas, imposições e práticas. Um complexo universo ideológico é composto pelas representações desta sociedade que são ali elaboradas, construídas, repetidas, transformadas pela veiculação rotineira nos textos e imagens de anúncios publicitários, jornais, novelas, revistas, noticiários, filmes, etc. Este mundo simbólico possui um saber que o faz necessário, além de um determinado grau de gratuidade que o faz despercebido. É como uma fala sistemática e, do ponto de vista do ator social, uma fala tanto confortável quanto inevitável. Por outro lado, este universo ideológico transmitido pela comunicação de massa sempre vende como razão de ser e como forma de auto sustentação, sem o que o sistema da mídia é inviável. Nesse sentido, o compulsório da venda - seja de produtos e serviços ou de categorias de pensamento que socializem para o consumo - obriga o emprego de uma linguagem comum com o público. A mídia só tem sentido na audiência, ser compreendida é condição de sustento. Suas representações não são invenção unilateral e sim o exercício é de uma relação concreta entre discurso e audiência através de um código comum. Cada produção da mídia é uma relação que se estabelece e se fixa com os pensamentos e práticas dos respectivos mercados consumidores.¹⁰³

As representações e práticas sociais que compreendem a constituição de papéis sociais são elaboradas, quando considerados os anúncios publicitários veiculados no interior das revistas, se utilizando de procedimentos e linguagem que produzem uma narrativa de fácil compreensão.

[...] os significados produzidos pelos meios de comunicação são públicos, compartilhados, coletivos, sendo difícil, por exemplo, alguém não entender anúncio publicitário, notícia de rádio, programa de televisão ou foto de jornal. Isto indica que o estudo dos significados veiculados através destes

¹⁰¹ FISCHER, Rosa Maria Bueno. O estatuto pedagógico da mídia: Questões de análise. *Educação & Realidade*, Porto Alegre v. 22, n.2, p. 55-79, 1997. p. 65.

¹⁰² WALKERDINE, Valerie. O raciocínio em tempos pós-modernos. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.207-226, 1995 apud DORNELLES, 2002. p. 70.

¹⁰³ ROCHA, 2001. p. 18.

materiais é como uma pista para os modelos de existência, desejos e impasses de uma cultura.¹⁰⁴

Ainda sobre o acesso e a gratuidade dos anúncios publicitários contidos no interior das revistas femininas, consideramos não ser necessário o efetivo consumo de determinado produto para que o mesmo influencie no processo de formação da subjetividade. O simples fato do mesmo encontrar-se ali, em meio a este verdadeiro manual de modos de ser e viver, e utilizar-se de uma linguagem acessível e familiarizada com o contexto de seu público alvo o transforma em um parâmetro a ser internalizado. Para Rocha, “um produto vende-se para quem pode comprar, um anúncio distribui-se indistintamente”.¹⁰⁵ Essa espécie de legitimidade com a qual esses discursos transitam pela sociedade ocorre através da seguinte perspectiva defendida por Ruth Sabat, “A publicidade não inventa coisas; seu discurso, suas representações, estão sempre relacionados com o conhecimento que circula na sociedade. Suas imagens trazem sempre signos, significantes e significados que nos são familiares”.¹⁰⁶

Considerando o lugar de destaque que a indústria cultural por meio dos seus mais diversos artefatos como a música, moda, cinema, novelas, revistas, dentre outros tantos dissemina suas “verdades”, observa-se a influência desta no que tange a formação tanto de novas identidades quanto de subjetividades. Assim, determinadas práticas como o cuidado com o corpo e com a sexualidade, que refletem diferentes valores em diferentes momentos históricos, incluem e excluem através da sua reprodução ou negação.

Neste sentido,

[...] considerando-se que a mídia é um lugar privilegiado de criação, reforço e circulação de sentidos, que operam na formação de identidades individuais e sociais, bem como na produção social de inclusões, exclusões e diferenças – temas fundamentais hoje nos mais diversos campos das ciências humanas.¹⁰⁷

Assim como Rosa Maria Bueno Fischer, aceitamos que a mídia não apenas veicula, mas também constrói discursos e produz significados, identidades e sujeitos.¹⁰⁸

¹⁰⁴ ROCHA, 2001. p.18-19.

¹⁰⁵ ROCHA, E. *Magia e capitalismo: um estudo antropológico da publicidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 27.

¹⁰⁶ SABAT, Ruth. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 4-21, 2001. p. 12.

¹⁰⁷ FISCHER, Rosa Maria Bueno. Mídia e educação da mulher: uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 586-599, 2001. p. 588.

¹⁰⁸ FISCHER, 2001. p. 588.

Neste processo de elaboração, construção e veiculação de sentidos que serão absorvidos pelos sujeitos em seu próprio processo de construção social, encontra-se, segundo Foucault, imbricadas relações de poder. Neste caso, as revistas femininas ao produzirem e representarem através da materialidade de seus discursos modos de ser e viver associados ao gênero feminino, o fazem de acordo com o momento histórico em que são veiculados. Para Foucault, o conceito de poder assumido aqui e as relações estabelecidas entre ele e a produção de identidades devem ser analisados como,

[...] algo que circula, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação: nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles.¹⁰⁹

Para este autor, a absorção de sentidos e a incorporação de papéis sociais por determinados grupos não anula a existência de sentidos e papéis sociais opostos. Não significa a vitória de um e a derrota de outro, pelo contrário, expõe o contínuo processo de negociação de significados. Assim, para citar um exemplo, podemos analisar a disputa entre os adeptos da corrente neomalthusiana e os anticontrolistas a partir de meados da década de 1960. De um lado, os neomalthusianos apresentavam suas verdades, seus argumentos e operavam a partir das instituições as quais tinham acesso, do outro, os anticontrolistas faziam o mesmo. Ambos os grupos encontraram eco em determinados setores da sociedade, amparados por valores e crenças recorrentes do momento histórico ao qual este jogo de força ocorria. Neste sentido, a igreja católica, contrária ao controle da natalidade, propagava suas orientações disseminando seus discursos entre os seus.

Cada sociedade tem seu regime, sua política de verdade [...] os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.¹¹⁰

Observamos a relação entre poder e a constituição de currículos culturais associados à modelagem do comportamento sexual através das seguintes palavras de Guacira Louro:

¹⁰⁹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992. p. 183.

¹¹⁰ FOUCAULT, 1992. p. 12.

[...] a sexualidade vem sendo descrita, compreendida, explicada, regulada, saneada, educada, normatizada, a partir de várias perspectivas e campos disciplinares, constituindo-se em meio a propósitos e interesses igualmente variados. Não basta, contudo, descrevê-la ou demarcá-la como uma área multidisciplinar, é preciso reconhecer que essa foi – e é – uma área em disputa.¹¹¹

Ainda tomando como exemplo o conflito ideológico entre os adeptos das tendências neomalthusianas e anticontrolistas, Foucault inúmeras características presentes no processo de construção das verdades que serão assumidas por determinados grupos sociais, por conseguinte, poderão ser propagados através de artefatos culturais.

[...] na sociedade moderna, a “economia política” da verdade tem cinco características historicamente importantes: a ‘verdade’ é centrada no discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política; é objeto de difusão e de um imenso consumo; é produzida e transmitida sob o controle não exclusivo mas importante, de alguns aparelhos políticos ou econômicos; é, por fim, objeto de debate político e de confronto social. Há, portanto, um constante embate em torno do estatuto da ‘verdade’ e do papel econômico-político que ela exerce.¹¹²

Em decorrência das transformações histórico-culturais observadas ao longo do tempo, as verdades ou universalidades que atestam determinados papéis e práticas sociais são tencionadas, constituindo-se em objetos problematizados. Esta crise evidencia os deslocamentos de valores além da reclassificação e hierarquização de novos sentidos.

2.2 Mediação de identidades culturais

O movimento de organização e propagação de formas simbólicas, mensagens e discursos pertinentes a determinados papéis e práticas sociais ocorre em sua maioria através de procedimentos mediados pela indústria cultural e seus respectivos artefatos midiáticos. Constitui-se assim, num sistema de transmissão de formas simbólicas mediado fundamentalmente pela indústria da mídia.¹¹³ De acordo com Thompson, “vivemos, hoje, em sociedades onde a produção e a recepção das

¹¹¹ LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 25, nº 2, p. 59-75, jul./dez. 2000. p. 64.

¹¹² FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

¹¹³ THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995 apud ROSO, 2002. p. 76.

formas simbólicas são sempre mais mediadas por uma rede complexa, transnacional, de interesses institucionais”.¹¹⁴

Esses interesses propagados através da mídia compõem a confrontação de poderes presentes nas arenas sociais tendo assim, seus sentidos e significados negociados neste âmbito. Na rede complexa, muitas vezes transnacional, citada por Thompson, materializa-se o poder analisado por Foucault.

Um dos modos pelos quais esse conjunto de saberes e valores que compreendem representações sociais são propagados entre as sociedades é a sutileza. Ao serem veiculados pela mídia, são absorvidos sem serem percebidos como um conjunto de informações que compreende uma espécie de manual de papéis sociais.¹¹⁵

Por meio de procedimentos discretos, sutis, velozes e praticamente instantâneos, essas práticas e representações sociais veiculadas através de meios de comunicação se propagam e passam a interagir nas mais diversas instâncias culturais, modelando as relações existentes no interior desta mesma instância cultural.¹¹⁶ Segundo estes mesmos autores, a assunção do termo interagir é relevante, “visto entendermos que a cultura se relaciona diretamente com a produção e a troca de significados entre os membros de uma sociedade ou de um grupo”.¹¹⁷

Neste processo de produção e alteração de significados, compreendidos como interação social, Thompson afirma estar imbricadas cinco características fundamentais:

A primeira, é que elas são sempre intencionais, querendo dizer que são sempre a expressão de um sujeito para outro. A segunda, é que elas são convencionais, ou seja, a produção, a construção ou o uso delas, bem como a interpretação das mesmas, são processos que envolvem regras, códigos ou convenções. A terceira característica é que elas são estruturais, isto é exibem uma estrutura articulada e, ao fazermos a análise da estrutura, devemos investigar não somente seus elementos específicos, mas também suas inter-relações. A quarta característica é seu aspecto referencial, já que as construções representam algo, referem-se a algo, dizem algo sobre alguma coisa. A quinta e última característica é o seu aspecto contextual, pois as formas simbólicas são sempre inseridas em processos e contextos sócio-históricos específicos dentro dos quais e por meio dos quais elas são produzidas, transmitidas e recebidas.¹¹⁸

¹¹⁴ THOMPSON, 1995 apud ROSO, 2002. p. 76

¹¹⁵ BARTHES, Roland. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

¹¹⁶ ROSO, Adriane et al. Cultura e ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 74-94, dez. 2002. p. 75-76.

¹¹⁷ ROSO, 2002. p. 75-76.

¹¹⁸ THOMPSON, 1995 apud ROSO, 2002. p. 76.

Os discursos publicitários se associam e representam grupos sociais por meio de características comuns, ou seja, esses discursos refletem um determinado estereótipo estabelecido como uma estratégia de aproximação entre o público alvo e o objeto ou conceito exposto. Conforme aponta Ruth Sabat, “[...] é importante não esquecer que o discurso publicitário não é autônomo, não tem vida própria: quando a publicidade fala, também nós estamos falando”.¹¹⁹

Cria-se uma espécie de valor simbólico, que é um elemento constante no discurso publicitário, pois é através dele que são tecidas as relações entre produto e consumidor/a; é através dele que o produto desperta em nós algo tão subjetivo como o desejo.¹²⁰

Ao veicularem sentidos, saberes e valores associados a determinado grupo com o intuito de aproximar-se deste, criando uma relação de afinidade e compatibilidade, a mídia promove e reforça as características desse grupo, constituindo sua identidade. As diferentes formas pelas quais os grupos sociais se reconhecem entre si promovem a formação das identidades sociais, ou seja, através do processo pelo qual suas diferenças são afirmadas e as fronteiras que os separam são estabelecidas. Corroborando o exposto, Ruth Sabat afirma que,

As identidades culturais são constituídas a partir das diferentes formas como grupos sociais se reconhecem entre si. Ou seja, as identidades culturais não são dadas a priori, não são preexistentes aos sujeitos, elas se constituem no processo de representação de um grupo, sempre em relação a outros grupos, que carregam características diferentes daquele que está sendo representado.¹²¹

Acerca deste processo de construção e propagação de representações e práticas sociais exercido pela mídia, Sabat indica que por meio deste artefato cultural são elaborados comportamentos adequados a cada grupo social, neste sentido,

A publicidade propõe representações de mulheres, de homens, de crianças, negras/os, velhas/os etc. Ela constrói um tipo de sexualidade adequado a cada sexo, ao mesmo tempo em que tenta preservar essas sexualidades. Mas a publicidade também subverte padrões já estabelecidos, não como forma de contestação e sim como um modo de chamar atenção para o produto que está à venda. Desse modo, encontramos alguns anúncios publicitários que trazem casais homossexuais, negras e negros e/ou pessoas com padrões de beleza que fogem da estética dominante. Ainda assim, esses casos são poucos e constituem muito mais uma apresentação de discursos que já circulam pela sociedade, como a homossexualidade por exemplo, do que uma decisão de tornar visíveis determinadas questões entendidas como “tabus” sociais.¹²²

¹¹⁹ SABAT, 2001. p. 14.

¹²⁰ DA MATTA, Roberto. Vendendo totens. In: ROCHA, E. *Magia e capitalismo: um estudo antropológico da publicidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994 apud SABAT, 2001. p. 13.

¹²¹ SABAT, 2001. p. 15.

¹²² SABAT, 2001. p. 16.

Retomando o conceito de interação exposto acima, o indivíduo ao passo que se percebe representado através de discursos veiculados pela mídia também é exposto à influência que os mesmos dispositivos direcionados a outros grupos exercem sobre ele. Sobre isto, Everardo Rocha expõe que,

O indivíduo é a instância capaz de fazer muitas das regras do mundo onde vive. Mas o indivíduo é também uma elaboração ideológica de certos sistemas sociais já que sua existência natural, empírica, física, não assegura que toda cultura o transforme em valor.¹²³

Propagados pelas arenas culturais, os conteúdos concernentes aos currículos culturais fornecem os subsídios necessários para que estes tenham seus valores negociados e sua classificação definida. Este processo de atribuição de valores e classificação de representações e práticas sociais corresponde aos procedimentos de elaboração, articulação e disseminação de identidades sociais. Neste sentido, um determinado comportamento será tencionado em um dado momento histórico e compreenderá um valor junto à sociedade ao qual esta relacionado, por conseguinte, os indivíduos que passarem a representar tal comportamento serão classificados de acordo com o valor atribuído a tal comportamento. Parece-nos coerente então concordar com os pressupostos que relacionam este processo que problematiza tais representações e práticas sociais a diferenciação e consequentemente afirmação de determinados grupos sociais.

Os discursos produzidos pela indústria cultural, entre eles os discursos publicitários, atuam como balizas através das quais esses conteúdos e suas práticas serão problematizadas e hierarquizadas em sociedade. Rocha corrobora ao enunciar que,

O discurso publicitário é uma forma de categorizar, classificar, hierarquizar e ordenar tanto o mundo material quanto as relações entre as pessoas, através do consumo. Sabemos que a função manifesta do anúncio é vender produtos e serviços, abrir mercados, aumentar o consumo.¹²⁴

Assim, imbricados aos anúncios de determinadas marcas de contraceptivos hormonais, preservativos masculinos, roupas, cremes ou acessórios, propaga-se ou até mesmo se induz a absorção e reprodução de modos de ser e viver, pois, “produtos e serviços são para quem pode comprar, anúncios são distribuídos de forma indistinta, assinalando o destino classificatório da mensagem publicitária”.¹²⁵

Em outras palavras, entre estes dois domínios do circuito econômico - a produção e o consumo - está o espaço destinado à publicidade. Ela, e os outros processos do marketing, mediatiza a oposição e concilia a interação

¹²³ ROCHA, 2001. p. 22.

¹²⁴ ROCHA, 2001. p. 25.

¹²⁵ ROCHA, 2001. p. 26.

entre estes domínios ao recriar cada produto atribuindo-lhe identidade, particularizando-o, preparando-o, enfim, para a existência não mais embebida na dinâmica da produção mas, sim, em meio a relações humanas, simbólicas, sociais, que caracterizam o consumo.¹²⁶

Compreendendo um dos artefatos culturais por meio do qual são representadas práticas e papéis sociais, a publicidade organiza, produz e propaga parâmetros que modelam modos de ser e viver, ocasionando, por conseguinte, a afirmação de características que afirmam determinados grupos e revela a existência de diferenças entre este e os outros. Os discursos publicitários, assim como os demais discursos produzidos e propagados pela indústria cultural por meio de seus respectivos artefatos de mídia, regulam condutas, fabricam identidades e representações, além de constituírem relações de saber.¹²⁷

Reveladores dos conteúdos que compreendem o currículo cultural e as formas pelas qual a pedagogia da mídia dissemina estes conteúdos, os anúncios publicitários são compostos fundamentalmente por imagens e textos, estes últimos, por sua vez, muitas vezes assumem a função de fixar o sentido das imagens. Segundo Barthes, a correlação de textos e imagens é “destinadas a fixar a cadeia flutuante dos significados, de modo a combater o terror dos signos incertos”.¹²⁸

Ao mesmo tempo, aceitar a possibilidade de que a palavra pode fixar os significados de uma imagem é afirmar que há entre elas uma relação direta de correspondência, ou seja, é afirmar ser possível através de palavras traduzir uma imagem em todas as suas dimensões. Sendo texto e imagem linguagens diferentes, a única relação possível entre eles é de articulação, de complemento ou de justaposição, mas nunca de substituição.¹²⁹

Um exemplo acerca dessa complementação entre estas duas modalidades distintas de linguagem são os anúncios de incentivo à utilização de preservativos masculinos nos quais imagens dos referidos preservativos dividem o espaço com palavras e textos como: previna-se, cuide-se, ame não mate!

¹²⁶ ROCHA, 2001. p. 26.

¹²⁷ SABAT, 2001. p. 9.

¹²⁸ BARTHES, Roland. A retórica da imagem. In: BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 32.

¹²⁹ SABAT, 2001. p. 13.

2.3 O currículo cultural e a autorregulação

A indústria cultural através de seus artefatos de mediação utiliza-se de significantes para propagar determinados conteúdos. O preservativo masculino ou camisinha, como comumente é chamado, por si só não teria significado se não estivesse inserido num contexto de temor e prevenção contra o HIV. Neste sentido, a camisinha assume o papel de significante que traz consigo uma série de saberes, valores e verdades ou significados construídos no interior das arenas culturais. Sua representação é associada então aos cuidados pessoais pertinentes à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, especialmente ao HIV, e a contracepção. A partir da proliferação da AIDS entre os anos de 1980 e fundamentalmente a partir dos anos da década de 1990, esse objeto foi fortemente associado ao combate do HIV.

Os significantes são muito semelhantes e utilizados como forma de ensinar por repetição. São significantes que vão constituindo um currículo cultural e, no caso deste estudo, ensinando representações hegemônicas de gênero. Tal como o currículo escolar, o currículo cultural envolve um conhecimento organizado em torno de relações de poder, de regulação e controle. Não se trata de afirmar que existe um lugar onde tal organização é detalhadamente planejada, mesmo porque tal lugar não existe. O que importa aqui é relacionar o conhecimento produzido pela publicidade com as práticas de autocontrole e auto-regulação que se concretizam na vida cotidiana, através do corpo, do comportamento, das relações sociais estabelecidas.¹³⁰

A articulação entre significantes e significados propagados pela mídia, porém não exclusivamente por meio dela, evidencia a existência de um currículo cultural tencionado no interior de suas respectivas sociedades que procura modelar o comportamento de seus indivíduos, indicando os comportamentos normais e aceitáveis ao passo que marginaliza os demais. Segundo Sabat,

[...] percebemos é que há uma pedagogia, um determinado tipo de currículo que opera através de uma lista de procedimentos e técnicas voltados para produzir e reproduzir tipos específicos de comportamentos, valores, hábitos, atitudes pessoais diretamente conectados com o tipo de sociedade na qual estão inseridos. É, sem dúvida, uma forma de regulação social que tem funcionado no sentido de manter tipos de espaços de segregação de gênero e de sexualidade.¹³¹

Desde cedo meninos e meninas aprendem padrões de comportamento associados a seu respectivo gênero, assim, os meninos são presenteados com carrinhos, bolas de futebol, armas de brinquedo e as meninas com bonecas e seus

¹³⁰ SABAT, 2001. p. 19.

¹³¹ SABAT, 2001. p. 20-21.

acessórios, vestidos, brinquedos que simulam os afazeres domésticos etc. Essa modelagem de comportamento reforçada pela indústria cultural não se restringe à infância sendo observada a existência de conteúdos destinados a todas as faixas etárias, seja nos anúncios publicitários, das revistas, jornais, músicas, filmes, novelas dentre outros tantos artefatos de mediação.

Os cuidados com o corpo, o momento adequado para o início da utilização de contraceptivos hormonais e a consciência acerca da importância da utilização da camisinha são alguns dos saberes dirigidos às adolescentes por meio das revistas direcionadas ao público adolescente feminino.

Neste sentido, segundo a afirmação de Deborah Britzman,

[n]enhuma identidade sexual — mesmo a mais normativa — é automática, autêntica, facilmente assumida; nenhuma identidade sexual existe sem negociação ou construção. Não existe, de um lado, uma identidade heterossexual lá fora, pronta, acabada, esperando para ser assumida e, de outro, uma identidade homossexual instável, que deve se virar sozinha.¹³²

Assim, extrapolando o escopo de análise das identidades sexuais proposta por Britzman, nos surge a seguinte dúvida: Em qual medida os artefatos culturais, difusores de estereótipos e de identidades, afetam o comportamento e a conscientização acerca da utilização de contraceptivos hormonais e camisinhas?

Esses estereótipos propagados no interior das arenas culturais, sobretudo, pelos artefatos de mediação, agem como balizas ou parâmetros de comportamentos, posturas, condutas tencionadas e estabelecidas em no interior das sociedades. Neste sentido, a partir dos anos noventa, as adolescentes que passaram a procurar orientação médica acerca dos contraceptivos hormonais para o início de sua utilização e condicionaram o uso da camisinha para a realização do ato sexual, representavam um estereótipo considerado normal, correto e aceitável.

De acordo com Hall,

[...] estereotipar faz parte da manutenção da ordem social e simbólica, estabelecendo uma fronteira entre o “normal” e o “desviante”, o “normal” e o “patológico”, o “aceitável” e o “inaceitável”, o que “pertence” e o que “não pertence”, o “nós” e o “eles”. Estereotipar reduz, essencializa, naturaliza e conserta as ‘diferenças’, excluindo ou expelindo tudo aquilo que não se enquadra, tudo aquilo que é diferente.¹³³

Através do processo de difusão de estereótipos emerge duas alternativas possíveis: conformar-se ou não se conformar à maioria.¹³⁴ Segundo Levine e

¹³² BRITZMAN, Deborah P. O que é esta coisa chamada amor? Identidade homossexual, educação e currículo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, jan./jun. 1996. p. 74.

¹³³ HALL, 1997 apud ROSO, 2002. p. 78.

¹³⁴ ROSO, 2002. p. 78.

Pavelchak, “existe conformidade quando um indivíduo modifica seu comportamento ou atitude a fim de harmonizá-los com o comportamento ou atitude de um grupo”.¹³⁵

A análise das representações e de papéis sociais propagados pela indústria cultural oportuniza reconhecer os discursos que modelam comportamentos, produzem desejos, geram efeitos de poder e constroem saberes e verdades por meio das quais a sociedade se posicionará, assumindo os significados atribuídos a determinados significantes inclusive como forma de classificação e hierarquização de indivíduos.¹³⁶

Segundo Foucault, a análise desse currículo cultural possibilita enxergá-los como, “mecanismos positivos, produtores de saber, multiplicadores de discursos, indutores de prazer e geradores de poder”.¹³⁷

¹³⁵ LEVINE, J. M.; PAVELCHAK, M. A. Conformidad y obediencia. In: S. MOSCOVICI. *Psicología Social*. Barcelona: Paidós, 1991 apud ROSO, 2002. p. 78.

¹³⁶ DORNELLES, 2002. p. 80.

¹³⁷ FOUCAULT, 1997. p. 71.

3 HISTÓRIA DA REVISTA CAPRICHOS

Foi a partir da década de 1950 que o Brasil começou a observar um processo de modernização mais acentuado. Nesta década, mais precisamente no dia 19 de setembro de 1950 a TV Tupi, reconhecida como a primeira emissora de TV do Brasil, inicia suas transmissões no país.

A imprensa falada populariza-se através do rádio, difundido pelo vasto território nacional. Neste período o mundo vivenciava uma verdadeira efervescência cultural encontrando eco inclusive no Brasil. Deflagra-se um movimento de articulação nas artes, música, cinema e teatro, resultando em exemplos como a Bossa Nova.

O processo gradual de transição de país agrário para urbano encontra força nas plataformas políticas da época e pelo crescente interesse do capital internacional no país. Em meio a este movimento, Victor Civita funda em 1950 a Editora Abril na cidade de São Paulo. No dia 12 de julho do mesmo ano foi publicado pela Editora o primeiro número de O Pato Donald, o único produto da linha editorial da empresa na ocasião.

Victor Civita instalou-se numa saleta na rua Líbero Badaró, no centro de São Paulo, contratou uma secretária, arrumou um telefone e foi à luta. A residência da família era o Hotel Esplanada, o mais nobre da cidade, atrás do Teatro Municipal, onde fica hoje a sede do Grupo Votorantim. No dia 12 de julho de 1950, saiu o primeiro número de O Pato Donald.¹³⁸

Atualmente considerado um dos maiores e mais influentes grupos de comunicação da América Latina, seus primeiros passos foram dados com o auxílio de poucos colaboradores. Segundo informações retiradas do próprio site institucional do hoje denominado Grupo Abril, o primeiro escritório da empresa tinha ao todo meia dúzia de funcionários.¹³⁹ O nome, símbolo e cor da então modesta empresa foi uma escolha pessoal de Victor Civita. O nome Abril foi escolhido “[...] porque na Europa nesse mês se inicia a primavera. A árvore é a representação da fertilidade, a própria imagem da vida. O verde é a cor da esperança e do otimismo”.¹⁴⁰

¹³⁸ ABRIL, Editora. *Victor Civita*. Disponível em: <<http://www.grupoabril.com.br/institucional/victor-civita.shtml>>. Acesso em: 15 jun. 2011c.

¹³⁹ ABRIL, Editora. *História*. Disponível em: <<http://www.grupoabril.com.br/institucional/historia.shtml>>. Acesso em: 15 jun. 2011b.

¹⁴⁰ ABRIL, 2011b.

Dois anos após a fundação da Editora Abril, Victor Civita resolve prestigiar o público leitor feminino, criando a Revista Capricho no dia 18 de junho de 1952. A Revista Capricho, reconhecida como a primeira revista feminina do Brasil e da Editora Abril, era caracterizada pelas fotonovelas e publicada quinzenalmente.

- A CAPRICHÔ foi criada no dia 18/06/1952 pelo fundador da Editora Abril, o Sr. Victor Civita. Ela foi a primeira revista feminina do Brasil e da Editora Abril.

- 1952 - era uma revista quinzenal, de formato pequeno, com fotonovelas, na época chamadas "Cinenovela". Além da cinenovela, a revista apresentava histórias de amor desenhadas em quadrinhos.¹⁴¹

Cinco meses após ser criada, a Revista Capricho apresenta uma alteração tanto no formato quanto da periodicidade de sua publicação. A partir de uma decisão pessoal de Victor Civita, o formato da revista é ampliado e outros assuntos são incorporados à grade da Revista Capricho que a partir de então passa a publicar artigos sobre vestuário, modos de ser, dicas de beleza, contos e variedades.

- Novembro de 52 - numa decisão pessoal, Victor Civita aumenta o formato da revista, passando a editá-la mensalmente. Aparecem também outros tópicos como moda, beleza, comportamento, contos e variedades.¹⁴²

Em 1956, corroborando com o sucesso da publicação e um mercado consumidor receptivo ao seu conteúdo veiculado, a Revista Capricho ultrapassa a barreira dos quinhentos mil exemplares por edição. Nesta ocasião, esses números alçavam a Revista Capricho ao patamar de revista com a maior tiragem da América Latina.¹⁴³

A poucos meses de completar oito anos desde a alteração que redefiniu a Revista Capricho como uma publicação mensal, em agosto de 1970 a revista volta a ser impressa quinzenalmente, porém as alterações promovidas restringiram-se a sua periodicidade mantendo sua linha editorial inalterada.¹⁴⁴

No início da década de 1980, observa-se um intenso processo de reformulação tanto no setor editorial quanto em seu formato e apresentação visual. A revista, antes destinada ao público feminino em geral, passa a ser elaborada visando atingir as mulheres entre quinze e vinte e nove anos de idade.

- Maio/82 - A revista sofre grande mudança editorial, muda o formato, o logotipo e a periodicidade (voltando a ser mensal). As fotonovelas passam a circular como encarte e a revista passa a dar prioridade a moda, beleza e comportamento, ao gosto de seu novo público (jovens de 15 a 29).

¹⁴¹ ABRIL, Editora. *História da Capricho*. Disponível em: <<http://capricho.abril.com.br/historia/>>.

Acesso em: 15 jun. 2011a.

¹⁴² ABRIL, 2011a.

¹⁴³ ABRIL, 2011a.

¹⁴⁴ ABRIL, 2011a.

- Agosto/82 - A revista deixa de publicar fotonovelas, firmando sua nova linha editorial.¹⁴⁵

Antes dividindo o espaço editorial voltado ao público feminino com outras revistas como *Manequim* e *Cláudia*, ambas pertencentes à própria Editora Abril, a *Revista Capricho* passa a especializar-se cada vez mais no público adolescente. De acordo com informações retiradas do próprio site institucional do Grupo Abril, as mudanças promovidas na *Revista Capricho* a partir de 1981 objetivavam a adequação da sua linguagem e conteúdo afim de atender os interesses das adolescentes.¹⁴⁶

Neste sentido, em junho de 1985, a *Revista Capricho* incorpora o slogan “A *Revista da Gatinha*” e passa a ser direcionada às adolescentes na faixa etária dos 15 aos 22 anos de idade.

- Junho/85 - Culminando o trabalho que se iniciou em maio de 82, a revista adota o slogan “A *Revista da Gatinha*”, e acrescenta um “MIAU” ao logotipo CAPRICH0. Sua leitora são adolescentes de 15 a 22 anos.
- Outubro/89 - CAPRICH0 passa por novas modificações, desde a parte gráfica até em seu público. A revista passa a ser feita para uma leitora adolescente de 12 e 19 anos.¹⁴⁷

No final da década de 1980, mais especificamente a partir de outubro de 1989, a *Revista Capricho* passa por novas alterações que vão desde sua apresentação visual até a readequação do seu perfil, destinada agora às adolescentes entre 12 e 19 anos de idade.

A partir da segunda metade de década de noventa a *Revista Capricho* volta a apresentar alterações em relação a sua periodicidade e o seu público alvo, caracterizando-se cada vez mais como uma revista destinada ao público que vivia a adolescência.

- Março/96 - Volta a ser publicada quinzenalmente. Sua tiragem é de 250.000 exemplares por edição.
- Janeiro/97 - Nova direção da revista. O público alvo são adolescentes, do sexo feminino, com idade entre 12 e 16 anos.
- Agosto/99 - Muda a direção da revista, que passa a ampliar seu público alvo. Agora são meninas que estão vivendo a adolescência, independente da idade.¹⁴⁸

Em julho de 2006, a *Revista Capricho* apresenta outra grande alteração no setor gráfico e editorial. A identidade visual da revista foi reformulada com o intuito de torná-la mais moderna por meio da abertura de espaço para a exploração da arte

¹⁴⁵ ABRIL, 2011a.

¹⁴⁶ ABRIL, 2011b.

¹⁴⁷ ABRIL, 2011a.

¹⁴⁸ ABRIL, 2011a.

vinculada ao público jovem. Além disso, a partir desta ocasião, o novo projeto da revista prevê a mudança anual da linguagem gráfica da revista.

- Julho/06 - CAPRICHOS passa por uma importante reforma gráfica e editorial. A idéia é torná-la uma revista mais moderna (abrindo espaço para arte jovem e ampliando o leque de ilustradores-colaboradores) e resgatar alguns valores próprios da plataforma revista, como o prazer tátil e visual (daí a opção por um projeto gráfico com cara de "feito à mão"). O novo projeto também prevê mudança anual da linguagem gráfica da revista.¹⁴⁹

De acordo com informações extraídas do site da própria Revista Capricho, esta publicação está sincronizada com o universo das adolescentes, entendendo e respeitando suas demandas e valores. Segundo a Abril,

CAPRICHOS é a revista que entende e respeita as idéias e valores da adolescente. Tudo o que faz a menina chegar a uma opinião mostrando com clareza os assuntos do universo dela. Para a gente, seriedade não é sinônimo de mau humor. Na revista, ela encontra matérias sobre a intimidade dos famosos, comportamento, moda, relacionamentos e outras informações importantes como: programação de shows, eventos e um guia de compras com preços e endereços.

O ponto forte que a diferencia da concorrência é a sua periodicidade quinzenal, reduzindo o período de tempo entre a revista ser feita e chegar às mãos da consumidora – deixando-a mais atual – um veículo mais vivo que acompanha o ritmo de suas leitoras. Ela é finalizada três dias antes de estar nas bancas.¹⁵⁰

Atualmente produzida com papel do tipo couchê e formato 20,2 x 26,6 cm, a Revista Capricho objetiva manter-se como a melhor revista destinada ao público adolescente. “Sua missão é informar, entreter, formar e conectar a maior comunidade de garotas com estilo e atitude do país”.¹⁵¹

3.1 Nas páginas da capricho

De acordo com Jean Marie Goulemot, “[...] seja popular, ou erudita, ou letrada, a leitura é sempre produção do sentido”.¹⁵² Assim, considerando a Revista Capricho um artefato cultural articulador e emissor de sentidos e representações sociais, apresentamos a seguir os anúncios veiculados por este periódico concernentes aos métodos de contracepção, nos quais o preservativo masculino ou

¹⁴⁹ ABRIL, 2011a.

¹⁵⁰ ABRIL, 2011a.

¹⁵¹ ABRIL, 2011a.

¹⁵² GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção dos sentidos. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação da Liberdade, 2001. p. 107.

camisinha, embora fortemente vinculado à prevenção contra o vírus HIV, encontra-se incluso.

Existe pedagogia em qualquer lugar onde o conhecimento é produzido, em qualquer lugar em que existe a possibilidade de traduzir a experiência e construir verdades, mesmo que essas verdades pareçam irremediavelmente redundantes, superficiais e próximas ao lugar comum.¹⁵³

Segundo Maria Teresa Santos Cunha,

As imagens que estampam as capas dos livros podem ser decifradas como um conjunto de signos, como um suporte para representações ideológicas; a linguagem dos títulos aguça a imaginação e faz pensar no seu conteúdo, e a linguagem das disposições tipográficas pode dar uma organização mais ou menos clara à leitura. Isso nunca escapa aos leitores.¹⁵⁴

No que diz respeito aos discursos atrelados à contracepção veiculados pela Revista Capricho ao longo do ano de 1994, podemos perceber a revelação de padrões de comportamento e práticas sociais consideradas emergentes e aceitáveis para o público ao qual esta publicação era direcionada.

3.2 Os anticoncepcionais hormonais e o DIU nas páginas da capricho

Caracterizado pela Revista Capricho como um método anticoncepcional controverso e que não oferecia segurança a seus usuários, a pílula do dia seguinte teve seu uso desaconselhado. Segundo Capricho, o método além de abortivo vinha sendo utilizado livremente apenas em alguns poucos países da Europa como a França, Inglaterra e Suécia. O seguinte trecho extraído da Revista Capricho foi identificado na seção “SEXO” sob o título “Melhor Prevenir”.

Li em O Diário de Susie que existe uma pílula do dia seguinte para quem esqueceu de usar camisinha. É verdade? H.D., 14 anos, São Paulo, SP. Essa história é mais complicada do que aparenta. Existe uma pílula, ou melhor, um remédio abortivo que pode ser tomado até sete semanas depois da fecundação: o chamado RU 486. Mas não fique achando que é só tomar o comprimido e acabou. É preciso ter muitos cuidados... Esse remédio (inventado na França) impede que o óvulo se fixe no útero, estimulando a sua contração. Assim, o óvulo é expelido, ou seja, abortado. Há controvérsias quanto à utilização deste remédio, tanto que em todo mundo seu uso só foi liberado na França, na Inglaterra e na Suécia e, ainda assim, só sob supervisão de um médico especialista. Vale lembrar que prevenir é

¹⁵³ GIROUX, H.; McLAREN, P. Por uma pedagogia crítica da representação. In: SILVA, T. T.; MOREIRA, A. F. (Orgs.). *Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 144.

¹⁵⁴ CUNHA, Maria Teresa Santos. *Armadilhas da Sedução: Os romances de M. Delly*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 1999. p. 51.

sempre o melhor remédio. Você nunca vai precisar passar por toda essa barra se optar por um método anticoncepcional seguro.¹⁵⁵

Por outro lado, as pílulas anticoncepcionais convencionais aparentemente não foram censuradas, pelo contrário, além de estimular a utilização deste método contraceptivo, o acompanhamento de um profissional especializado, neste caso o médico ginecologista, era descrito como fundamental. Ao ginecologista era atribuída a responsabilidade por fornecer as informações mais confiáveis em relação às características de cada tipo de pílula anticoncepcional e sua posologia. Na seção “SEXO” na edição de setembro de 1994, uma provável leitora foi advertida por ter saído de um consultório médico com dúvidas em relação ao uso das pílulas.

Gostaria de saber como devo tomar a pílula. Fui ao ginecologista e ele me receitou, mas não me ensinou como tomar. A.C.H., 17 anos, Mogi das Cruzes, SP.

Uma viaia para você e uma viaia para o seu médico. Não saia do consultório com dúvidas na cabeça. O médico é a pessoa que melhor conhece você e, portanto, as respostas dele serão as mais diretas e completas. Se o seu ginecologista já receitou uma pílula para você, depois de comprá-la é hora de ler a bula (uma preciosa e indispensável fonte de informação). Se surgirem novas dúvidas, não hesite em ligar para o seu médico.

Para ajudar, está aqui um resumo do funcionamento geral das pílulas. Na primeira cartela, algumas marcas têm que ser tomadas logo no primeiro dia da menstruação; outras, porém, só no quinto dia. Da segunda cartela em diante, é só continuar: 21 dias sim, sete não. Observações importantes: a pílula começa a fazer efeito logo no dia em que você começa a usá-la e continua fazendo mesmo nos sete dias de pausa entre as cartelas. O fundamental é não esquecer de tomá-la. Se você sentir alguma reação ou esquecer, procure o médico. É ele que pode orientá-la, sempre.¹⁵⁶

Corroborando a importância de consultar a opinião de um profissional ginecologista em ocasião da escolha da pílula a ser utilizada, a edição de janeiro de 1994 trazia um alerta para que esta opção fosse tomada com base nas orientações de um médico em detrimento das opções aleatórias ou sob influência de leigos. Foram descritos alguns dos problemas decorrentes da utilização de uma pílula inadequada além de enfatizar a camisinha como uma alternativa viável por não conter contra-indicações.

Posso tomar a pílula que o ginecologista receitou para uma amiga minha? C.C.C., 16 anos, São Paulo. SP

Não, de jeito nenhum. É uma enorme besteira tomar pílula sem consultar seu médico antes, pois isso pode fazer muito mal à sua saúde. Na adolescência, uma pílula inadequada pode causar reações, como enjôos e aparecimento de pêlos. E tem mais: pode ser que você não possa tomar pílula nenhuma, como é o caso das mulheres que são hipertensas, tem problemas no útero, caroços no seio, diabetes ou distúrbios renais. Por isso, abandone essa idéia: tomar pílulas por conta própria ou usar a receita de

¹⁵⁵ CAPRICHOS. São Paulo: Abril, ano 41, n. 5, mai. 1994c. p. 13.

¹⁵⁶ CAPRICHOS. São Paulo: Abril, ano 41, n. 9, set. 1994d. p. 11.

uma amiga é proibido. A única receita que vale para todo mundo é a camisinha. Essa sim, tem que usar.¹⁵⁷

Persistindo dúvidas em relação ao método contraceptivo a ser utilizado ou posicionando-se avesso a esta prática, as relações sexuais eram desaconselhadas pela Revista Capricho sob a alegação de que transar implica a assunção de uma série de responsabilidades concernentes à vida sexual, destacando inclusive a necessidade de utilizar anticoncepcionais, sob orientação médica, e de prevenir a AIDS através do uso da camisinha.

Me acho muito nova para tomar pílula e acho desconfortável usar camisinha. F.V., 17 anos, Blumenau, SC.

Se você está com tantas dúvidas, o mais indicado é não transar enquanto não resolvê-las. A gente só está realmente preparada para transar quando se sente pronta também para assumir todas as responsabilidades da vida sexual. Há dois assuntos importantes para se pensar:

É necessário usar um anticoncepcional: seu ginecologista é a pessoa mais indicada do mundo para ajudá-la a escolher um. A pílula pode até não ser a sua preferência, mas saiba que é indicado dois anos após a primeira menstruação.

É necessário se prevenir da Aids. Por isso, enquanto não inventarem outra forma, tem que usar a camisinha.¹⁵⁸

A descrição das características do Dispositivo Intra-uterino – DIU – como método anticoncepcional, foi realizada numa espécie de minidicionário através do qual outros termos relevantes à sexualidade foram detalhados sob o título “VOCÊ PRECISA SABER”.

Só para você: Este minidicionário vai fazer você se conhecer direito, entender o que a sua professora fala e o que lê por aí.

DIU – Sigla de Dispositivo Intra-uterino, método anticoncepcional. É uma pequena estrutura de plástico com um fio de cobre enrolado, tão pequenininho que é colocado no colo do útero.¹⁵⁹

3.3 A camisinha nas páginas da capricho

Em março de 1993 a Revista Capricho lançou uma campanha que objetivava a conscientização de seus leitores em relação à importância de se utilizar o preservativo masculino, a camisinha. A campanha intitulada “Camisinha: tem que usar” foi lançada em São Paulo tendo como pano de fundo uma exposição de fotos itinerante.

¹⁵⁷ CAPRICHOS. São Paulo: Abril, ano 41, n. 1, jan. 1994a. p. 10.

¹⁵⁸ CAPRICHOS. São Paulo: Abril, ano 41, n. 12, dez. 1994f. p. 16.

¹⁵⁹ CAPRICHOS, 1994d. p. 96.

assim suas respectivas adesões à campanha. O texto anexo à imagem foi cauteloso em afirmar que algumas dessas meninas fotografadas ainda não transaram, porém estão conscientes da necessidade da utilização da camisinha.

Faz um ano que estamos em estado de campanha declarada pelo uso da camisinha. Por isso, convidamos estas leitoras para comemorar conosco. Algumas destas meninas (e talvez você) nem transaram ainda, mas já sabem que quando for a hora vai ter que ser de camisinha, essa grande amiga nossa.

LEMBRETE: A camisinha previne contra AIDS, doenças venéreas e gravidez.

A HORA DA VERDADE

Que tem que usar camisinha, todo mundo sabe. Mas, na hora H, como é que é? Nesse tipo de assunto não adianta falar da boca pra fora. Está assim de gente que diz uma coisa e faz outra. O importante é você estar sinceramente na campanha, pra valer mesmo.¹⁶¹

Compondo as duas páginas destinadas às comemorações de um ano do lançamento da campanha Camisinha: Tem que usar, os seguintes depoimentos foram destacados com o intuito de contribuir para a reflexão de suas leitoras e leitores acerca das responsabilidades e conseqüências inerentes às práticas sexuais. As manifestações de adesão à camisinha como método anticoncepcional e preventivo de doenças sexualmente transmissíveis, especialmente a AIDS, foram classificadas como merecedoras da simpatia da Revista Capricho, entendendo-se assim como bons exemplos a serem seguidos.

- Faz uns seis meses que estou transando e ainda não usamos camisinha. Toda vez eu juro que da próxima não passa, mas acabo esquecendo. Estamos tão apaixonados que parece que nada de ruim vai nos acontecer. J.T.A., menino de 16 anos.

- Andar com camisinha na bolsa não é tão fácil quanto parece. É assumir que você transa. Minha mãe já encontrou uma na minha mochila e, ao invés de ficar contente, me passou o maior sermão. R.R.S., menina de 17 anos.

- Toda vez que vou sair com uma garota e a minha mãe fica sabendo, uma camisinha aparece em cima da minha cama. Acho legal a preocupação dela, mas gostaria que fizesse o mesmo com a minha irmã. J.E.L., menino de 17 anos.

- Por que é sempre a menina que tem que lembrar o namorado? Me sinto uma chata de ter que soltar a bendita frase: 'Pega uma camisinha, pega?' Está certo que eles não ficam grávidos, mas e a AIDS? F.L.P., menina de 17 anos.

- Desde que tinha uns treze anos levava sempre uma camisinha na minha carteira. Só que na minha primeira vez, fiquei tão nervosa que não pedi para o gatoro usá-la. M.E.K., menina de 18 anos.

- Sei que parece bobagem, mas eu morro de vergonha de comprar camisinha. Então eu resolvi o problema assaltando o estoque do meu pai. S.M.B., menina de 17 anos.¹⁶²

Na seção "DIGA AI" da edição de setembro de 1994, a leitora Roseli Leal manifestou sua adesão à campanha Camisinha: Tem que usar, e foi homenageada

¹⁶¹ CAPRICHOS. São Paulo: Abril, ano 41, n. 3, mar. 1994b. p. 44-45.

¹⁶² CAPRICHOS, 1994b. p. 44-45.

com a publicação do seu trabalho nas páginas da Capricho, além disso, a postura da leitora foi incentivada, revelando a preocupação e o interesse da Revista Capricho e dos articuladores da campanha em conscientizar o maior número possível de pessoas à prevenir a AIDS.

Este buquê é para mostrar que eu também estou dentro da campanha: “Camisinha: Tem que usar.” Roseli Leal, 15 anos, Florianópolis, SC.
R: Oba! Quanto mais gente entrar nessa, melhor. Só assim vamos conseguir vencer a AIDS.¹⁶³



Sócia da Embratel
A matéria “Longe dos Olhos, Perto do Coração” (CAPRICHOS, julho) disse tudo. Não é a distância que impede meu namorado e eu de ficarmos horas e horas no telefone. Isso já dura quatro anos e a cada ligação fico mais apaixonada.
Angela Araújo, 19 anos, Blumenau, SC

- Sua história só comprova o que a gente disse na matéria: dá para driblar a saudade e namorar feliz.

Mais uma da série...
Este buquê é para mostrar que eu também estou dentro da campanha: “Camisinha: Tem que usar.”
Roseli Leal, 15 anos, Florianópolis, SC

- Oba! Quanto mais gente entrar nessa, melhor. Só assim vamos conseguir vencer a Aids.

Você faz maravilhas
Para alegrar a vida de vocês.
Lucimara Teixeira, 15 anos, São Caetano do Sul, SP

- Para alegrar, adoçar e lambuzar também.

CAPRICHOS - Setembro

FIGURA 2 – CAPRICHOS, 1994d. p. 8.

Em dezembro de 1994, a adesão do público leitor à campanha Camisinha: Tem que usar, volta a ser destacada nas páginas da Revista Capricho. Desta vez,

¹⁶³ CAPRICHOS, 1994d. p. 8.

um grupo de modelos do Espírito Santo, inspirado na matéria de março do mesmo ano em que leitoras foram fotografadas fazendo apologia ao uso da camisinha, aderiu ao movimento e disponibilizou suas imagens “[...] lançando uma campanha igual à da CAPRICHÔ ‘Eles dizem sim’”. É um incentivo para os jovens sobre a importância do uso da camisinha”.¹⁶⁴

Campanhas

Este pessoal pegou o espírito da coisa e entrou nas campanhas da camisinha e do trânsito com a gente

Esta camiseta é do “Amigos da Vida”, organizado pela Elaine Chulli, de Nova Andradina, MS. É um grupo de 25 pessoas que faz palestras em escolas, distribui folhetos explicativos e faz passeatas para conscientizar os motoristas a terem educação no trânsito. A campanha está sendo um sucesso e tem o nosso apoio.



Turma do “Amigos da Vida”


 Daniele, 14 anos


 Alexandre, 17 anos


 Sandra, 18 anos


 Fábio, 13 anos


 Sabrina, 17 anos


 Dênis, 18 anos

OS NEGÓCIOS DE QUEM UTILIZA ELASTEX VÃO DE VENTO EM POPA.

Sabe por que está tudo azul para quem comprou 450 mil quilos de Elastex? Esse tecido, produzido com elastano importado dos Estados Unidos, estica e volta, custa 30% menos que os outros e é perfeito para quem quer confeccionar malôs, lingerie e roupas para ginástica e ballet sem morrer na praia.



E·L·A·S·T·E·X
QUALIDADE CHAMULECA
 DISK-ELASTEX 0800-118255

Emoção pra valer

Descobri que era adotiva dos 7 anos, mas o que mais me tocou foi saber, com 15 anos, que tenho uma irmã gêmea, igualzinha a mim. Conheci a Tânia no ano passado e a emoção foi muito grande. Todas da minha família gostam muito de mim e não me acho diferente dos outros. Adorei a matéria “Filhos do Coração” (CAPRICHÔ, outubro).

Josiane Cristina Pacheco, 16 anos, Guarapuava, PR.

• Uau! Aderimos a sua história e queremos saber dos detalhes. Pode escrever de novo.

A casa é nossa



Esta é a minha humilde casinha. Pode entrar e ficar à vontade.

Janele T. Quitanova, 23 anos, São Paulo, SP

• Deixa a modéstia para a outra hora. Sua casinha está maravilhosa.

FIGURA 3 – CAPRICHÔ, 1994f. p. 13.

Contando com a participação de algumas personalidades reconhecidas pelo público leitor brasileiro, a Revista Capricho, corroborando sua preocupação em

¹⁶⁴ CAPRICHÔ, 1994g. p. 13.

combater a proliferação da AIDS, fez veicular nas edições de janeiro, setembro, outubro e dezembro de 1994 uma campanha intitulada “Eles dizem sim – camisinha: tem que usar”. As quatro figuras apresentadas em seguida correspondem a referida campanha.

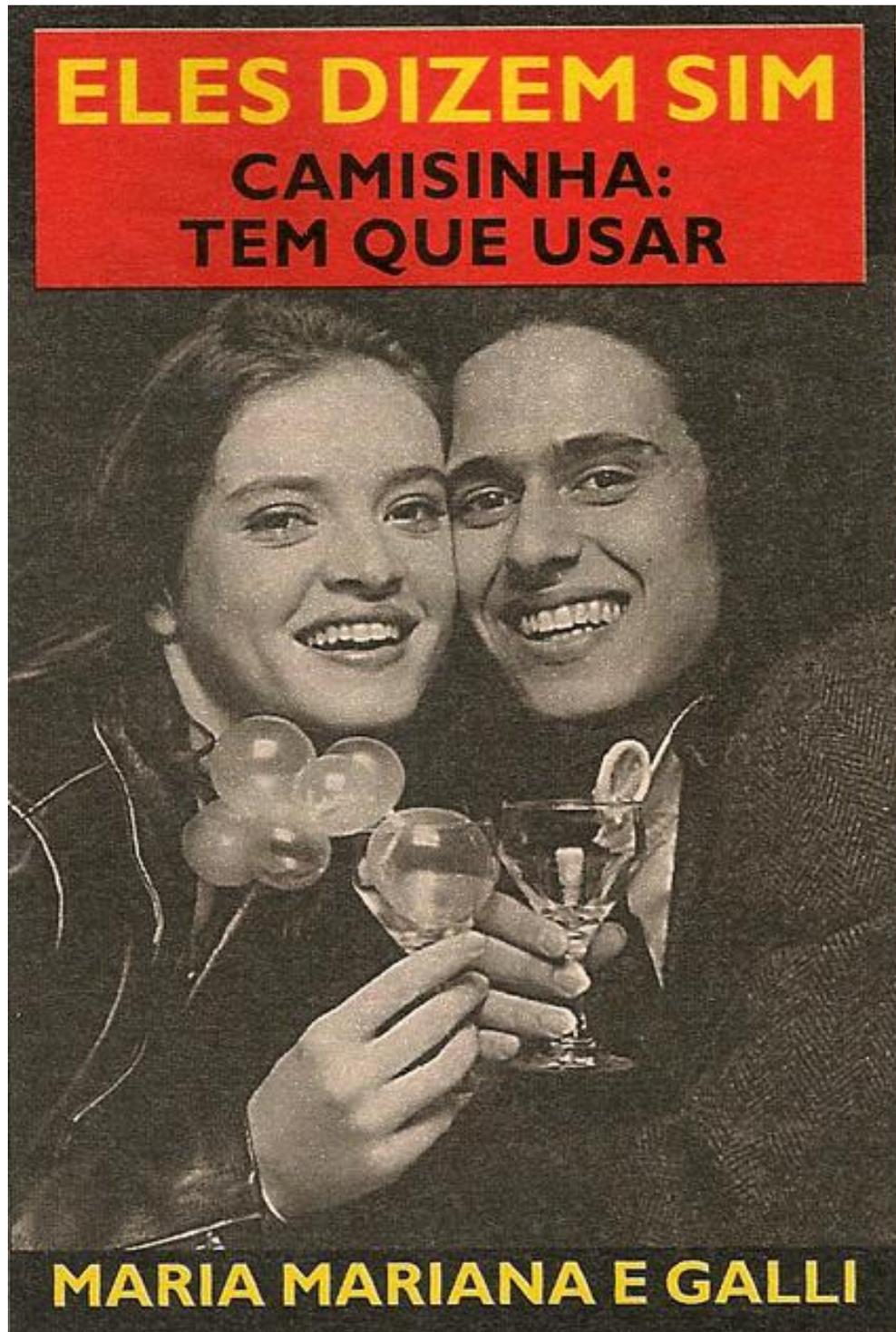


FIGURA 4 – CAPRICHIO, 1994a. p. 22

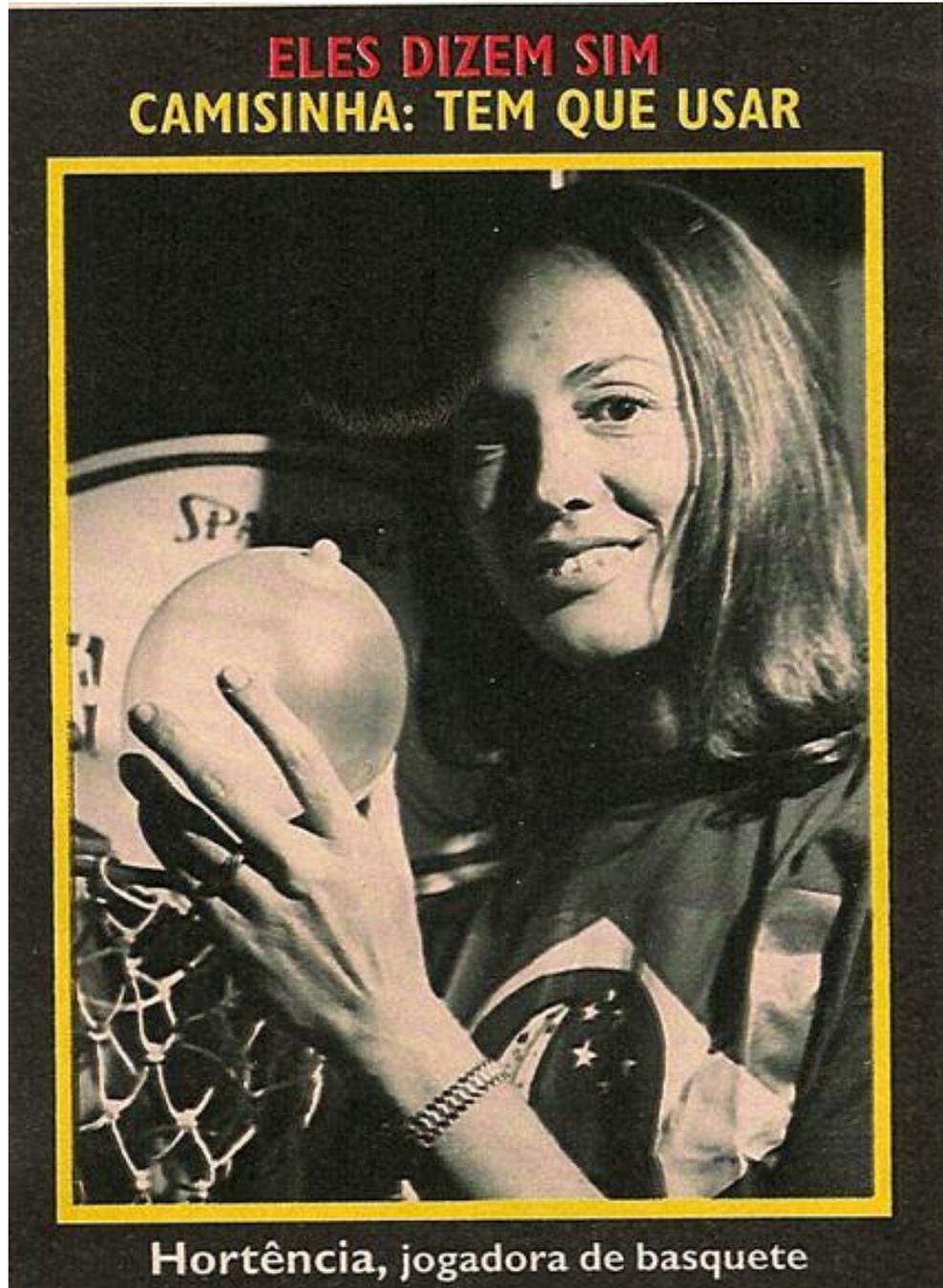


FIGURA 5 – CAPRICHOS, 1994d. p. 20

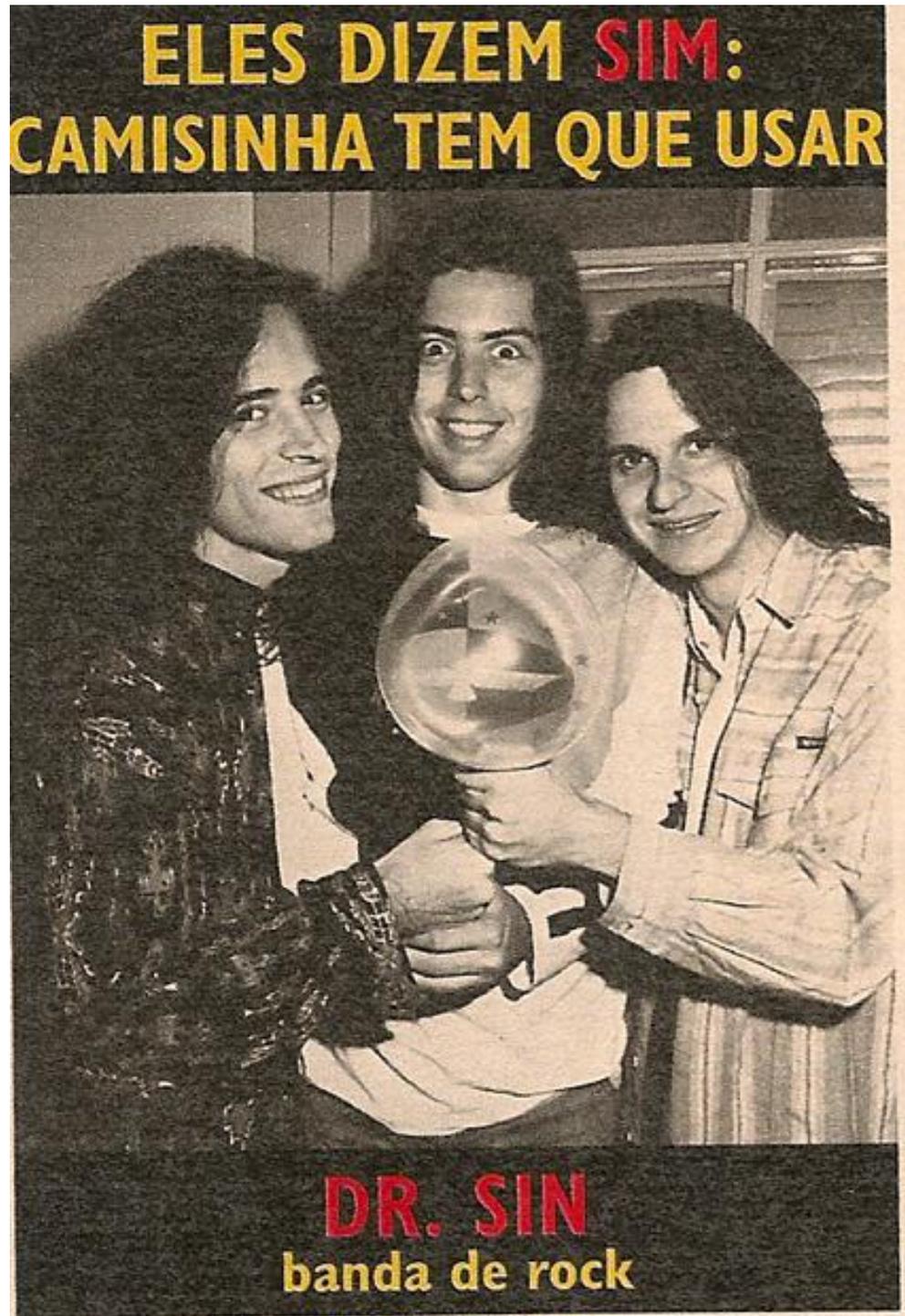


FIGURA 6 – CAPRICHIO, 1994e. p. 24

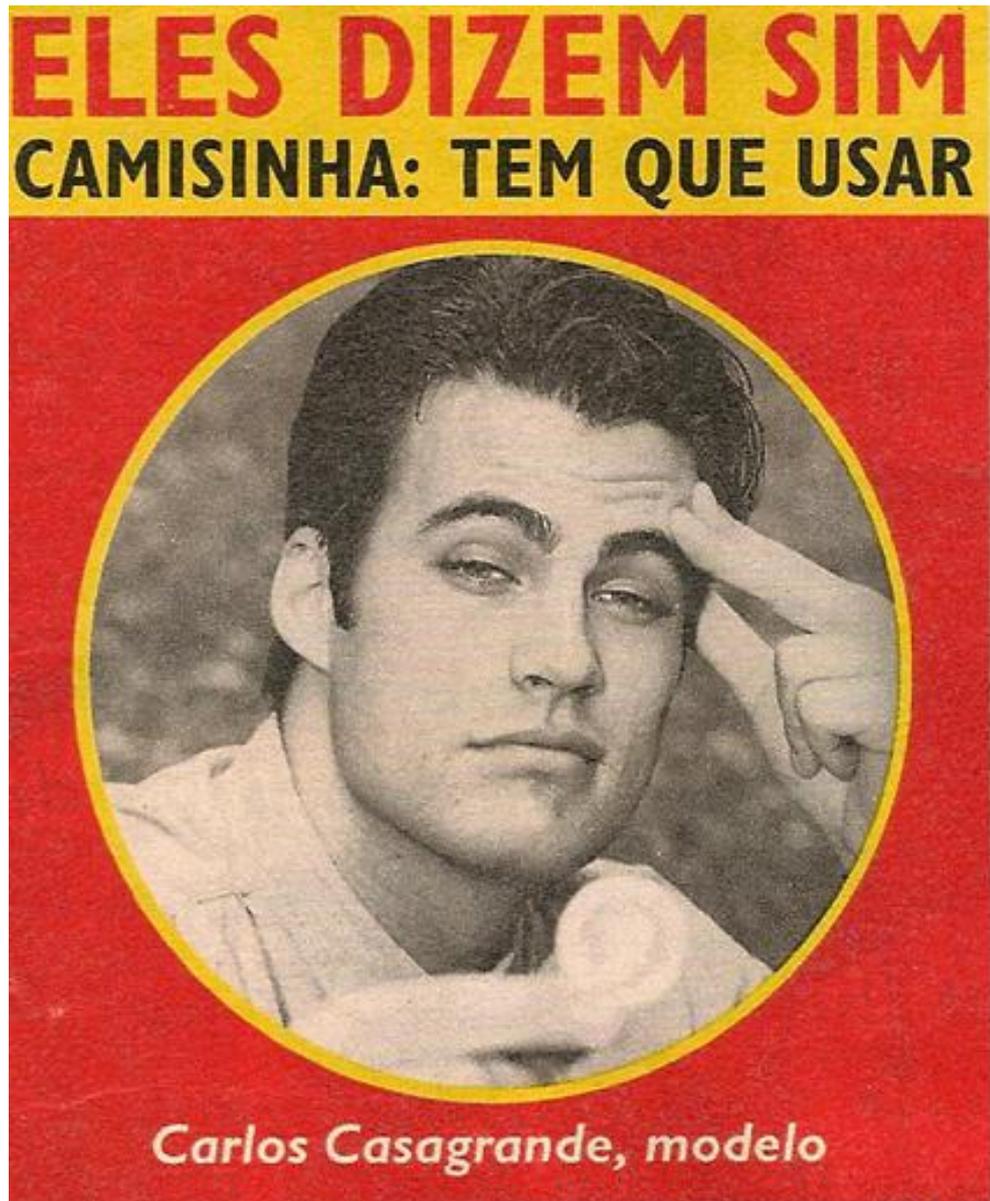


FIGURA 7 – CAPRICHIO, 1994f. p. 32

Na edição de setembro de 1994, foram utilizadas duas páginas da Revista Capricho para apresentar um quadro comparativo entre as décadas de 1950, 1960, 1970, 1980 e 1990. Neste quadro foi organizada uma série de itens que objetivava destacar as tendências de cada uma das décadas apresentadas, como, por exemplo, o ator mais prestigiado em cada período. Neste sentido, ao observar os itens concernentes às preocupações e doenças recorrentes à década de 1990, constatou-se o incentivo a utilização da camisinha como método preventivo a AIDS.

A insistência em aconselhar a utilização da camisinha tanto como método anticoncepcional quanto preventivo em relação ao vírus HIV foi notória em outras quatro oportunidades. Ao responder a uma leitora de 17 anos sobre as

possibilidades de engravidar logo em sua primeira experiência sexual, a Capricho reforçou sua posição favorável a adoção da camisinha, alegando a acessibilidade e praticidade do método.

Há a possibilidade de uma menina ficar grávida na primeira vez que transa?
R.U., 17 anos, Criciúma, SC.

Sim, Repetindo: sim. Decidir se é o momento certo para transar é difícil e delicado. Além da questão pessoal, existe a prática, que você não pode esquecer. Ou seja, o método anticoncepcional. O risco de ficar grávida na primeira vez é igual ao de qualquer outra relação sexual. Afinal, o ciclo menstrual esta em andamento normal, e o período fértil pode coincidir com o dia da primeira vez. E tem mais uma coisa: passar por fortes emoções (a sua primeira vez pode ser uma) às vezes provoca uma ovulação fora de hora e isso acaba contribuindo para provocar a gravidez, já que o espermatozóide pode esperar três dias por um óvulo. A CAPRICHÓ insiste em indicar a camisinha. É um anticoncepcional à venda em todo lugar, não precisa de receita médica, é simples de usar e protege contra a AIDS.¹⁶⁵

Além da prevenção em relação a AIDS, as precauções relacionadas às doenças sexualmente transmissíveis também foram abordadas, reiterando a camisinha como método viável para manter-se imune.

É possível ter uma doença sexualmente transmissível, mesmo sendo virgem?

Sim, desde que você tenha contato íntimo com uma pessoa infectada. Preste atenção: contato não íntimo não significa somente transar. Se você e o seu namorado estiverem se tocando mais intimamente, e ele estiver com algum tipo de doença – o que muitas vezes não pode ser vista a olho nu -, você pode contrai-la. Mesmo nessas horas, quando o seu namorado jura que vocês não vão transar, é muito importante usar camisinha. Peça para ele colocá-la antes de o pênis ter qualquer contato com o seu corpo.¹⁶⁶

A edição de outubro de 1994 trouxe em sua seção “SEXO” uma breve descrição dos três tipos mais comuns de camisinhas comercializados na época e algumas informações importantes a serem consideradas na hora da compra do preservativo.

Qual camisinha comprar?

Sempre quando vou comprar camisinha não sei qual escolher. Tem com espermicida, com lubrificante, ultra-segura. Qual a melhor? P.N., 16 anos, Santos, SP

Não há uma melhor ou pior. Veja quais são as indicações dos tipos mais comuns de camisinha:

- ultra-segura: é a camisinha mais indicada para se proteger de doenças sexualmente transmissíveis. É mais resistente, a barreira mais efetiva ao vírus HIV.
- com espermicida: torna a camisinha mais segura como método anticoncepcional.
- com lubrificante: serve para facilitar a penetração. A principal vantagem é que essas camisinhas já saem de fábrica com um lubrificante adequado, à base de água.

¹⁶⁵ CAPRICHÓ, 1994d. p. 11.

¹⁶⁶ CAPRICHÓ, 1994d. p. 95.

Antes de comprar, não esqueça de verificar o prazo de validade da camisinha e checar se tem o símbolo do Instituto Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), órgão responsável pela fiscalização do produto. Prefira as embalagens quadradas, mais confiáveis que as retangulares, que apertam a camisinha. Se você está namorando, consulte quais as preferências dele, inclusive de marca. Afinal, é bom para os dois, mas é ele que veste.¹⁶⁷

Por fim, na matéria intitulada “O lado deles: Os meninos estão realmente usando camisinha?”, veiculada na edição de dezembro de 1994, a Capricho destacou três depoimentos concernentes a utilização da camisinha dos quais dois favoráveis e um contrário. A matéria revela ainda que ao todo foram entrevistados dez meninos.

O lado deles

OS MENINOS ESTÃO REALMENTE USANDO CAMISINHA?

A CAPRICHO ouviu as respostas de dez meninos diferentes e só um, o Rodrigo Bartorelli Souza, de 17 anos, respondeu não para nossa pergunta. Dá até para comemorar, não?

SIM
Os meninos andam muito preocupados com esse assunto. É muito mais responsáveis também.
Alan Soares Silveira, 18 anos, Porto Alegre, RS

LÓGICO QUE SIM
Afinal, o que está em jogo é a nossa própria segurança. Usar camisinha hoje em dia é uma coisa que a gente nem para mais para pensar, quando vê já está usando.
Guatavo Fontenele Silva, 19 anos, Brasília, DF

Quem é o dono daquelas covinhas irresistíveis na propaganda das meias Pulligan?
Luciana G. Rodrigues, 18 anos, Petrópolis, PE

Ele tem 23 anos e se chama **Tiago Falcão**. Já fez os comerciais do Bliss, C&A e ceras Grand Prix, sem falar nas páginas de CAPRICHÓ: "E Eles" (dezembro de 1991), "Nos Vestimos" (setembro de 1992) e um editorial de moda (novembro de 1992). Mas a carreira do modelo não é tudo na vida do Tiago. Ele já é formado em Publicidade e também estuda Direito. Quando não está na faculdade e nem fazendo fotos, toca guitarra em uma das suas duas bandas. A sua outra paixão ele só vê nos finais de semana, quando vai à praia com a prancha de surf. "Fogar, onde é sagrado...", confessa.

60% não X 40% sim

Se ela deixou comigo, é porque já deixou com um monte de outros. Não dá para levar a sério uma menina assim...
Rodrigo de Mello, 15 anos

X

Se rolou um clima, por que a menina tem que se reprimir? Não é isso que vai provar se uma pessoa é confiável ou não. Pelo menos não se você gosta dela de verdade...
André Spidello, 18 anos

Para quem está prestando o vestibular na Universidade de Campinas (SP) os meninos são maioria absoluta há sete anos. Sorte das universitárias de lá, que fecharam este ano com uma média de seis meninos para cada cinco meninas.

Se você tiver alguma dúvida em relação ao que os meninos pensam e quiser participar, escreva para a revista CAPRICHÓ, seção "O lado deles", Caixa Postal 14310, CEP 02799-970, São Paulo, SP.

214 CAPRICHÓ - Dezembro

Editora Abril

CAPRICHÓ

Redação: Rua Uruguai, 130, 13º andar, São Paulo, SP, 05411-000
Telefone: (011) 3063-1111
Fax: (011) 3063-1112
Editorial: Rua Uruguai, 130, 13º andar, São Paulo, SP, 05411-000
Telefone: (011) 3063-1111
Fax: (011) 3063-1112
Assinaturas: Rua Uruguai, 130, 13º andar, São Paulo, SP, 05411-000
Telefone: (011) 3063-1111
Fax: (011) 3063-1112
Publicidade: Rua Uruguai, 130, 13º andar, São Paulo, SP, 05411-000
Telefone: (011) 3063-1111
Fax: (011) 3063-1112

FIGURA 8 – CAPRICHÓ, 1994f. p. 214.

¹⁶⁷ CAPRICHÓ. São Paulo: Abril, ano 41, n. 10, out. 1994f. p. 15.

Podemos observar que num dos depoimentos a opção por se utilizar a camisinha é uma questão de responsabilidade e no outro, o cuidado com a própria segurança.

A CAPRICO ouviu as respostas de dez meninos diferentes e só um, o Rodrigo Bartorelli Souza, de 17 anos, respondeu não para a nossa pergunta. Dá até para comemorar, não?

SIM: Os meninos andam muito preocupados com esse assunto. E muito mais responsáveis também. Alan Soares Silveira, 18 anos, Porto Alegre, RS.

LÓGICO QUE SIM: Afinal, o que está em jogo é a nossa própria segurança. Usar camisinha hoje em dia é uma coisa que a gente nem pára mais para pensar, quando vê já esta usando. Gustavo Fontenele Silva, 19 anos, Brasília, DF.¹⁶⁸

¹⁶⁸ CAPRICO, 1994g. p. 214.

CONCLUSÃO

No transcorrer desta pesquisa, especialmente ao longo do período destinado à análise do conteúdo veiculado pela Revista Capricho ao longo do ano de 1994, emergiram discursos que representaram práticas consideradas ideais face o contexto no qual a Revista Capricho estava inserida. Estas práticas não se limitaram a balizar apenas as condutas femininas, modelando também estereótipos masculinos a serem seguidos e reivindicados pelas suas eventuais parceiras.

Esse aparente papel assumido pela Revista Capricho está em consonância com a posição do Estado brasileiro favorável ao incentivo da propagação de informações concernentes aos métodos contraceptivos. A veiculação dessas informações resultaria em decisões autônomas no âmbito da família no que diz respeito ao tamanho da prole. Neste sentido, entre fins da década de 1970 e meados da década de 1990, embora preocupado com as questões referentes ao crescimento populacional e suas implicações, especialmente à economia, o Estado se exime de questões inerentes à contracepção. É neste contexto, que os mais diversos artefatos culturais, dentre eles as revistas femininas, assumem a responsabilidade de informar e educar suas leitoras.

A imprensa de um modo geral, e neste caso específico, a imprensa destinada ao público feminino jovem, vem desempenhando um significativo papel no que tange à educação do seu público leitor. A própria Revista Capricho se caracteriza como uma publicação que compreende e respeita as demandas de quem as lê, articulando-se com o intuito de suprir, por intermédio do seu conteúdo, as dúvidas e curiosidades do seu público alvo, ou seja, meninas na faixa etária dos 12 aos 19 anos de idade.

Neste sentido, considerando a Revista Capricho um artefato veiculador de pedagogias culturais, contribuiu através das suas mais variadas seções de perguntas e respostas, artigos, colunas, campanhas etc., para o processo de formação das subjetividades do seu público leitor.

Inserida num contexto tanto de controvérsias em relação às políticas de regulação da fecundidade quanto de amedrontamento em virtude da rápida proliferação do vírus HIV, Capricho prescreveu balizas atitudinais alinhadas aos

métodos de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e da possível gravidez indesejada.

A tabela a seguir apresenta os números referentes à ocorrência de publicidades, colunas, artigos, seções de perguntas e respostas e demais conteúdos veiculados pela Revista Capricho no ano de 1994 que versavam sobre os seguintes termos: Anticoncepcional hormonal, camisinha, DIU.

Além desses três termos, foi acrescentada uma coluna denominada “Anticoncepcional hormonal e camisinha”, por se fazer presente em dois momentos ao longo da análise das fontes pesquisadas.

Tabela 3 – Ocorrência dos termos Anticoncepcional hormonal, Camisinha, Anticoncepcional hormonal e camisinha e DIU nos seis volumes da Revista Capricho no ano de 1994.

Exemplar	Anticoncepcional Hormonal	Camisinha	Anticoncepcional Hormonal e Camisinha	DIU
Janeiro		2	1	
Março		1		
Maio	1			
Setembro	1	5		1
Outubro		2		
Dezembro		3	1	
Subtotal	2	13	2	1
Total				18

Tabela 4 – Divisão dos termos Anticoncepcional hormonal, Camisinha, Anticoncepcional hormonal e camisinha e DIU por freqüência apresentada nos seis volumes da Revista Capricho no ano de 1994.

	Anticoncepcional Hormonal	Camisinha	Anticoncepcional Hormonal e Camisinha	DIU
Freqüência	11,11%	72,22%	11,11%	5,56%

O Dispositivo Intra-uterino, DIU, representou apenas 5,56% dos termos referentes aos métodos de contracepção veiculados na Revista Capricho ao longo dos seis volumes analisados. Em números absolutos, isso significa que das 18 ocorrências sobre o tema, apenas uma mencionou o DIU. Considerando a forma pela qual o Dispositivo Intra-uterino foi apresentado, observa-se que o mesmo não chegou a ter a sua utilização incentivada, limitando-se a defini-lo em poucas palavras em uma seção caracterizada como uma espécie de minidicionário contendo termos relevantes à sexualidade.

Em resposta às dúvidas provenientes de seus leitores sobre as características e utilização das pílulas anticoncepcionais, a Revista Capricho ecoou orientações que instigavam a procura por um médico especializado, neste caso o ginecologista, para que dessa forma fossem obtidas as informações mais confiáveis tanto em relação à posologia quanto a escolha adequada do medicamento em relação às características de cada mulher. Relacionou a utilização do anticoncepcional hormonal com as responsabilidades inerentes da vida sexual, lembrando ainda a recomendação usá-lo depois de decorridos dois anos da primeira menstruação. Fez circular informações concernentes as características da pílula do dia seguinte, enfatizando a desconfiança da maioria dos países da Europa e do restante do mundo em relação à liberação do seu uso e atribuindo-lhe ainda o rótulo de método contraceptivo inseguro.

A veiculação de informações concernentes às pílulas anticoncepcionais hormonais representou um total de 22,22% em relação às 18 ocorrências sobre contracepção analisadas. Considerando os números absolutos que compõem esses 22,22%, observamos quatro ocorrências acerca das pílulas anticoncepcionais

hormonais das quais, duas, ou seja, 11,11% são finalizadas descrevendo a camisinha como uma alternativa eficaz tanto em relação à contracepção quanto a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

Por meio de campanhas, artigos, perguntas e respostas, entrevistas e demais seções que enfatizavam a camisinha, a Revista Capricho reverberou preceitos referentes aos cuidados necessários à prevenção contra o vírus HVI. Demonstrou através da frequência pela qual o termo foi veiculado em suas páginas, preocupação em vincular a utilização do preservativo masculino, ou camisinha, tanto como método contraceptivo quanto preventivo em relação às doenças sexualmente transmissíveis. Neste sentido, a Revista Capricho não se limitou a incentivar e ensinar posturas consideradas adequadas em relação ao uso da camisinha, como aparentemente também procurou modelar um imaginário acerca do jovem consciente e comprometido com as responsabilidades provenientes da vida sexual. Num contexto fortemente marcado pela presença atemorizante da AIDS e suas principais formas de contaminação, optar e incentivar a utilização de um método que fosse ao mesmo tempo contraceptivo e preventivo ao HIV pareceu ter sido a preferência da Revista Capricho.

Considerando as já mencionadas 18 ocorrências em relação aos métodos contraceptivos, 13 referenciaram exclusivamente a camisinha, ou seja, 72,22%. Nestas estão inclusas desde imagens que reproduziram os dizeres “Camisinha: Tem que usar”, até respostas às perguntas sobre quais os tipos recomendados.

REFERÊNCIAS

- ABRIL, Editora. *História da Capricho*. Disponível em:
<<http://capricho.abril.com.br/historia/>>. Acesso em: 15 jun. 2011a.
- ABRIL, Editora. *História*. Disponível em:
<<http://www.grupoabril.com.br/institucional/historia.shtml>>. Acesso em: 15 jun. 2011b.
- ABRIL, Editora. *Victor Civita*. Disponível em:
<<http://www.grupoabril.com.br/institucional/victor-civita.shtml>>. Acesso em: 15 de jun. 2011c.
- ALVARENGA, Augusta Thereza de; SCHOR, Néia. Contracepção feminina e política pública no Brasil: pontos e contrapontos da proposta oficial. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 87-110, jul. 1998. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12901998000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 de mai. 2011.
- ASINELLI-LUZ, Araci; FERNANDES JUNIOR, Nelson. Gênero, adolescências e prevenção ao HIV/aids. *Pro-Posições* [online]. v. 19, n. 2, p 81-97, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-73072008000200007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 25 de mai. 2011.
- ÁVILA, M. B. Direitos Reprodutivos: o Caos e a Ação Governamental. In: SOS CORPO - Grupo de Saúde da Mulher. *Os Direitos Reprodutivos e a Condição Feminina*. Recife, PE: SOS CORPO, p.17-25, 1989.
- BARBOSA, Regina Maria. *Mulher e contracepção: entre o técnico e o político*. 1989. 233 f. Dissertação (Mestrado em Medicina Social) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BARTHES, Roland. A retórica da imagem. In: BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 26-43.

BERQUÓ, E. O Brasil e as recomendações do plano de ação do Cairo. In: BILAC, E. D.; ROCHA, M. I. B. da (Orgs.). *Saúde Reprodutiva na América Latina e no Caribe: Temas e Problemas*. Campinas: PROLAP, ABEP, NEPO/UNICAMP; São Paulo: Editora 34, 1998. p. 23-35.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Assistência ao planejamento familiar*. Brasília, 1992.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Dados em DST e Aids*. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

BRITZMAN, Deborah P. O que é esta coisa chamada amor? Identidade homossexual, educação e currículo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, jan./jun. 1996.

CAPRICHIO. São Paulo: Abril, ano 41, n. 1, jan. 1994a.

CAPRICHIO. São Paulo: Abril, ano 41, n. 10, out. 1994e.

CAPRICHIO. São Paulo: Abril, ano 41, n. 12, dez. 1994f.

CAPRICHIO. São Paulo: Abril, ano 41, n. 3, mar. 1994b.

CAPRICHIO. São Paulo: Abril, ano 41, n. 5, mai. 1994c.

CAPRICHIO. São Paulo: Abril, ano 41, n. 9, set. 1994d.

CARRINGTON, Kerry; BENNET, Anna. Las Revistas de chicas y la formación de la chica. In: LUKE, Carmen. *Feminismo y pedagogias em la vida cotidiana*. Madrid: Ediciones Morata, 1999. p. 144-159.

CARVALHO, J.A.M. e GARCIA, R.A. *Estimativas decenais e quinquenais de saldos migratórios e taxas líquidas de migração do Brasil, por situação do domicílio, sexo e idade, segundo unidade da Federação e macrorregião, entre 1960 e 1990, e estimativas de emigrantes internacionais do período (1985/2002)*. Trabalho apresentado no XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Ouro Preto, MG, 2002. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/migracao/index.html>> Acesso em: 14 de mar. 2011.

CARVALHO, José Alberto Magno de; BRITO, Fausto. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 351-369, dec. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982005000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 de fev. 2011.

COELHO, E. A. C.; LUCENA, M. F. G.; SILVA, A. T. M. O planejamento familiar no Brasil no contexto das políticas de saúde: determinantes históricos. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 34, n.1, p. 37-44, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342000000100005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 18 de fev. 2011.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (5 de outubro de 1988). São Paulo: Editora Atlas, v. 1, 1998.

CORRÊA, S. *PAISM: uma história sem fim*. Recife: SOS Corpo, 1993.

COSTA, Ana Maria. *O PAISM: uma política de assistência integral à saúde da mulher a ser resgatada*. Brasília: [s.n.], 1992.

COSTA, Ana Maria. Desenvolvimento e implantação do PAISM no Brasil. In GIFFIN, Karen M.; COSTA, Sarah H. (Orgs). *Questões da Saúde Reprodutiva*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1999. p.319-335.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 36-61, ago. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000200004&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 25 de mai. 2011.

CUNHA, Maria Teresa Santos. *Armadilhas da Sedução: Os romances de M. Delly*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 1999.

DA MATTA, Roberto. Vendendo totens. In: ROCHA, E. *Magia e capitalismo: um estudo antropológico da publicidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 7-18.

DAHRENDORF, Ralph. *Homo sociologicus*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.

DONALD, J.; RATTANSI, A. *Race, culture & difference*. London: Sage. 1992.

DORNELLES, L. V. *Meninas no Papel*. 2002, 175 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

FALEIROS, V. P. *O trabalho da política: saúde e segurança dos trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1992.

FIORI, J. L.; KORNIS, G. E. M. Além da queda: economia e política numa década enviesada. In: GUIMARÃES, R.; TAVARES, R. (Orgs.). *Saúde e sociedade no Brasil anos 80*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 1-42.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Mídia e educação da mulher: uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 586-599, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 de mai. 2011.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O estatuto pedagógico da mídia: Questões de análise. *Educação & Realidade*, Porto Alegre v. 22, n.2, p. 55-79, 1997.

FONSECA SOBRINHO, D. *Estado e população: uma história do planejamento familiar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; FNUAP, 1993.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

FOUCAULT, Michel. *Tecnologias del yo y otros textos afines*. Barcelona: Paidós, 1990.

FURTADO, C. *A operação Nordeste*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

GIROUX, H.; McLAREN, P. Por uma pedagogia crítica da representação. In: SILVA, T. T.; MOREIRA, A. F. (Orgs.). *Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 144-158.

GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção dos sentidos. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação da Liberdade, 2001. p. 107-116.

GREEN, Bill; BIGUN, Chris. Alienígenas na sala de aula. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes. 1995. p. 208-243.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

IBGE - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1985*. Rio de Janeiro: IBGE, 1986. (Séries Estatísticas Retrospectivas, 3).

KELLNER, Douglas. *A Cultura da Mídia - estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. São Paulo: EDUSC, 2001.

LABRA, M. E. *Mulher, saúde e sociedade no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 297-302.

LEVINE, J. M.; PAVELCHAK, M. A. Conformidad y obediencia. In: S. MOSCOVICI. *Psicología Social*. Barcelona: Paidós, 1991. p. 41-70.

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte; Autêntica, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 25, nº 2, p. 59-75, jul./dez. 2000.

MARQUES, M. B. A atenção materno-infantil como prioridade política. In: GUIMARÃES, R. *Saúde e medicina no Brasil: contribuição para um debate*. Rio de Janeiro, GRAAL, 1978. p. 121-146.

MARTINE, G. Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In: MARTINE, G.; GARCIA, R.C. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987. p. 59-79.

NASCIMENTO, A. Municipalização: trinta anos de esperança e frustrações. *Tema*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.3-6, 1991.

OSIS, Maria José Martins Duarte. Paism: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 14, p. 25-32, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1998000500011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 de mai. 2011.

PACHECO, M. V. A. P. *Racismo, machismo e planejamento familiar*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Contribuições dos Estudos Culturais para a Educação. *Revista Presença Pedagógica*, Belo Horizonte, v. 10, n. 55, p.53-61, jan./fev., 2004.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 239-260, jul. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882003000100010&script=sci_arttext>. Acesso em: 18 de mai. 2011.

ROCHA, E. A mulher, o corpo e o silêncio: a identidade feminina nos anúncios publicitários. *Alceu*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 15-39, jul./dez. 2001.

ROCHA, E. *Magia e capitalismo: um estudo antropológico da publicidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

ROCHA, M. I. B. da. A questão do aborto no Brasil: o debate no Congresso. *Estudos Feministas*. Trivandrum, ano 4, n. 2, p. 381-398, 1996. Disponível em: <<http://150.162.1.115/index.php/ref/article/viewFile/16809/15400>>. Acesso em: 21 de nov. 2010.

ROSO, Adriane et al. Cultura e ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 74-94, dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822002000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 de mai. 2011.

SABAT, Ruth. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 4-21, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 de abr. 2011.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Interface*, Botucatu, v. 5, n. 8, p. 47-59, 2001.

SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. *Esterilização feminina*. São Paulo, 1994. (Série Saúde e Direitos Reprodutivos, 1).

SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SIMONSEN, M. H. *Brasil, 2001*. 5. ed. Rio de Janeiro: Apec, 1975.

SOARES, Rosângela de F. R.; MEYER, Dagmar E. Estermann. O que se pode aprender com a “MTV de papel” sobre juventude e sexualidade contemporânea?. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 136-148, ago. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 de mai. 2011.

STEINBERG, Shirley. Kindercultura: a construção da infância pelas grandes corporações. In: SILVA, Luiz Heron et.al. *Identidade social e construção do conhecimento*. Porto Alegre: PMPA, 1997. p. 98-145.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

UNAIDS. Fatos e números: Campanha Mundial da Aids - 1999. In: *Listen, Learn, Live! World Aids Campaign with children and young people*. Genebra, 1999.

WALKERDINE, Valerie. O raciocínio em tempos pós-modernos. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.207-226, 1995.

WORLD BANK BRAZIL. *Women's Reproductive Health Report*. Brasília:[s.n.], 1990.

ANEXO

ANEXO A – Os demais fragmentos da Revista Capricho que veicularam informações concernentes aos métodos contraceptivos nos meses janeiro, março, maio, setembro, outubro de dezembro de 1994.

Sexo

Problema de menino
O que é fimose?
É verdade que ela provoca câncer?

M.M.J., 14 anos,
Ribeirão Preto, SP

• Esse é um problema de menino. Na ponta do pênis existe uma dobra da pele para proteger a parte mais sensível do órgão, a glande. Alguns meninos nascem com um excesso de pele que acaba comprimindo a glande e é isso que se chama fimose. Até aí, tudo bem. Os problemas só começam se ela dificultar a limpeza do pênis e provocar dor durante a ereção. O mais grave é que a fimose pode provocar uma inflamação dolorida e, daí, é preciso operar para retirá-la. Essa operação chama-se postectomia e, não fundo, é igual à circuncisão que os judeus fazem em todos os bebês recém-nascidos por um costume religioso. As estatísticas comprovam que a incidência de câncer no pênis em homens com fimose é maior, principalmente após os 40 anos. Mas isso não significa que você precise ir correndo por medo no seu irmão ou namorado. A fimose não traz riscos se o menino sempre se lavar bem. E, se necessária, a operação é simples, dura quinze minutos e a recuperação leva menos de um mês.

Grávida sem transar
Eu sempre escuto falar um papo meio estranho de meninas que engravidam e ainda são virgens. Isso é possível ou é um absurdo?

M.R., 16 anos, Nova Fátima, PR

• É possível, embora muito pouco provável. Não dá para ficar grávida sentada incoerentemente num banco de ônibus, nem sozinha no seu quarto, sem a participação de um menino. Se o garoto ejacular perto da sua vagina e o sêmen entrar em contato com ela de alguma forma, os espermatozoides têm condições de ultrapassar o hímen por conta própria e "nadar" até o útero. E, se por um acaso, eles encontrarem um óvulo por ali, ocorre a fecundação e uma gravidez. Isso tudo sem a menina ter perdido a virgindade. Mas, mesmo não sendo impossível, é difícil e muito raro de acontecer.

Pílula não se empresta
Passa tomar a pílula que a ginecologista receitou para uma amiga minha?

Se você tem alguma dúvida, escreva para revista CAPRICHO, seção "Sexo". Não se esqueça de pôr seus dados (idade, escolaridade, profissão), mas não se preocupe, porque só publicamos as cartas do seu nome. Caixa Postal 14110, CEP 02.799-970, São Paulo, SP.

10

Capricho - Janeiro

Editora Abril
Fundador
VICTOR OSMITA
(1907 - 1993)
Presidente: Roberto Cirio
Vice-Presidente Executivo: Thomas Sesto Cordeiro
Diretor Administrativo: Ronaldo José Dreyer
Diretor de Circulação: Carlos Roberto Barilack
Secretaria Editorial: Cibio Nacci
Diretor de Publicidade: Diogo Pavesi Junior
Diretor de Recursos Humanos: Edward Ghiselli
Diretor de Planejamento e Contabilidade: Gilberto Fracalossi
Diretor Editorial Adjunto: Eduardo A. Sato
Diretor de Serviços: Vanderlei Ramos

CAPRICHO

Diretora de Redação: Mônica Figueiredo
Redatora-Chefe: Patrícia Bragato
Diretora de Arte: Luiza Roberts
Editora Especial: Anúlia Spennari (Fotografia)
Editores: Célia Leves Florini, Estela Galvão Oliveira,
Rodrigo Lelo (Variedades)
Suplementos: Vera Moraes
Reportagens: Tainá Polak, Giuliana Cary (Tema),
Liliana Baraco, Marina Ribeiro (Visual)
Chefe de Arte: Fátima de Almeida Liberman
Diagramadores: Cristina Ves, Leila Maria Tross,
Renata Adair Aze
Secretaria de Produção: Almo Maciel
Atendimento ao leitor: Simone Miranda

Arco Editorial
Gerente Geral de Documentação: Sônia Camargo
Diretor de Serviços Fotográficos: Paulo Marcolini
Gerente Arte: Paulo
Gerente Nova York: César de Souza
Gerente Paris: Pedro de Souza

Publicidade
Diretor de Atendimento: Paulo Paulino C. Gomes
Diretor de Arte e Planejamento: Ricardo Escameiro de Souza
Assessoria de Arte
Gerente de Arte: Celso Marchi, Roberto Passos
Gerente Executivo de Arte: Sandro Sampaio
Angelo Dourado, Dario Carillo de Almeida,
Mariano Odeh, Pedro Bonaldi, Moacyr Guimarães,
Eliete Trubaki, Rogério Gabriel, Claudio Santos, Rita
Regina Pinheiro de Lencz (RJ)
Gerente para Assessoria: Denise João Paulo Pires
Paulo Renato Soares (RJ)
Gerente de Escolas Reservas: Mariana Vasconcelos

Circulação
Diretor de Vendas Ativas: Eduardo Mendes
Diretor de Vendas de Assessoria: Valério Aguiar
Diretor de Operações: Nelson Romariz Filho

Publicidade
Diretora: Ana Maria Gorengrat Silva

Diretor: Brasília: Luiz Edgard P. Torres
Diretor Rio de Janeiro: Luiz Fernando Pires Traga

Grupo Abril
Presidente: Roberto Cirio
Vice-Presidentes: Angelo Bragato,
Se Zornati, José Augusto Pires Martins,
Luiz Fernando Pompeu, Placido Longhini,
Thomas Sesto Cordeiro

FIGURA – CAPRICHO, 1994a, p. 10.



Sexo

Gravidez à primeira vista

Há a possibilidade de uma menina ficar grávida na primeira vez que transa?

R.U., 17 anos, Criciúma, SC

• Sim. Repetindo: sim. Decidir se é o momento certo para transar é difícil e delicado. Além das questões pessoais, existe a prática, que você não pode esquecer: Ou seja, o método anticoncepcional. O risco de ficar grávida na primeira vez é igual ao de qualquer outra relação sexual. Afinal, o ciclo menstrual está em andamento normal, e o período fértil pode coincidir com o dia da primeira vez. E tem mais uma coisa passar por fortes emoções (a sua primeira vez pode ser uma) às vezes provoca uma ovulação fora de hora e isso acaba contribuindo para provocar a gravidez, já que o espermatozóide pode esperar três dias por um óvulo. A CAPRICHÔ insiste em indicar a camisinha. É um anticoncepcional à venda em todo lugar, não precisa de receita médica, é simples de usar e protege contra a Aids.

Alô, doutor

Gostaria de saber como devo tomar a pílula. Fui ao ginecologista e ele me receitou, mas não me ensinou como tomar.

A.C.H., 17 anos, Mogi das Cruzes, SP

• Uma via para você e uma via para o seu médico. Não saia do consultório com dúvidas na cabeça. O médico é a pessoa que melhor conhece você e, portanto, as respostas dele serão as mais diretas e completas. Se o seu ginecologista já receitou uma pílula para você, depois de comprá-la é hora de ler a bula (uma preciosa e indispensável fonte de informação). Se surgirem novas dúvidas, não hesite em ligar para seu médico.

Para ajudar, está aqui um resumo do funcionamento geral das pílulas. Na primeira cartela, algumas marcas têm que ser tomadas logo no primeiro dia da menstruação; outras, porém, só no quinto dia. Da segunda cartela em diante, é só continuar: 21 dias sim, sete não. Observações importantes: a pílula começa a fazer efeito logo no dia em que você começa a usá-la e continua fazendo mesmo nos sete dias de pausa entre as cartelas. O fundamental é não esquecer de tomá-la. Se você sentir alguma reação ou esquecer, procure o médico. É ele que pode orientá-la, sempre.

Se você tem alguma dúvida, escreva para revista CAPRICHÔ, seção "Sexo". Não se esqueça de pôr seus dados (idade, escolaridade, profissão), mas não se preocupe porque só publicamos as cartas do seu nome. Caixa Postal 141 10, CEP 02798-970, São Paulo, SP

CAPRICHÔ - Setembro 11



2608

Um capricho a seus pés.



2606



2706



2702



Qualidade nos caminhos da moda.
Central de atendimento ao consumidor fone (051) 505.1155

FIGURA – CAPRICHÔ, 1994d. p. 11.

TÚNEL D

Uma viagem através de coisas que marcaram, para o

	DÉCADA DE 50	DÉCADA DE 60
Movimento jovem	Beatnik	Hippie
Som	Rock'n'roll	Rock + Bossa nova
Palavras de ordem	Wop-bop-lulla	Make love, not war
O mala	Senador Joseph MacCarthy	Lee Oswald
Patrulhistas	Os pais	Qualquer pessoa com mais de 30
O lado escuro	Guerra fria	Vietnã
Cidade maravilhosa	Paris	Nova York
Namorar...	No portão de casa	Na cama, fora de casa
Na boca do povo	Bacana	Broto legal
Em forma	Dançar	Ginástica
À noite	Reuniãozinha	Happening
Na praia	Sombra	Sol
No palco	Elvis Presley	Rolling Stones e Beatles
Nos sonhos	Marlon Brando	Robert Redford
Corpo em evidência	Marilyn Monroe	Brigitte Bardot
Lágrimas	James Dean	John Kennedy
Brinquedo	Bambolê	Iô-iô
Carro	Romi-Isetta	Sinca Chambord
Bebida	Ponche	Cuba libre
TV	O céu é o limite	Lassie
Show do esporte	Copa de 58	Copa de 62
Fera	María Ester Bueno	Pelé
Filme	O Selvagem , de Lászlo Benedek	Easy Rider , de Dennis Hopper
Música	Rock around the clock , de Bill Halley	Quero que vá tudo pro inferno , de Roberto e E
Livro	Grande sertão: veredas , de Guimarães Rosa	As portas da percepção , de Aldous Huxle
Estilista	Christian Dior	Pierre Cardin
Modelo	Bettina Graziani	Twiggy
Parte do corpo	Seios	Pernas e cintura
Destaque	Ray-ban	Minissaia
Cabelo	Coque	Natural

FIGURA – CAPRICHIO, 1994d. p. 48.

O TEMPO

bem ou para o mal, a segunda metade do nosso século

DÉCADA DE 70	DÉCADA DE 80	DÉCADA DE 90
Punk	Yuppie	Cyberpunk
Rock + Discoteca	Rock + New wave	Rock + Rap
Brasil: ame-o ou deixe-o	Diretas já!	Camisinha: tem que usar
Jim Jones	Khomeini	Collor
Feministas	Ecologistas	Politicamente corretos
Crise do petróleo	Etiópia	Bósnia-Herzegovina
Londres	Tóquio	Barcelona
Relação aberta	Com camisinha	Com duas camisinhas...
Bicho	Arrebitou a boca do balão	Desencanar
Cooper	Aeróbica	Hidroginástica
Discoteca	Performances	Reuniãozinha
Bronzeador	Filtro solar 4	Filtro solar 40
Sex Pistols	Michael Jackson	U2
John Travolta	Tom Cruise	Johnny Depp
Farah Fawcett	Madonna	Sharon Stone
Elvis Presley	John Lennon	Ayrton Senna
Freesbee	Atari	Microcomputador
Fusca	Gol	Importado
Hi-fi	Saquê	Tequila
Dancin' Days	Dallas	MTV
Copa de 70	Ouro no Pan Americano - Basquete masc.	Copa de 94
Nadia Comaneci	Mike Tyson	Ayrton Senna
O último tango em Paris, de Bertolucci	E.T. , de Spielberg	Jurassic Park, de Spielberg
Apesar de você, de Chico Buarque	Beat it, de Michael Jackson	Freedom, de George Michael
Relatório Hite, de Shere Hite	O nome da rosa, de Umberto Eco	Esotérico e auto-ajuda
Calvin Klein	Gautier	John Galiano
Veruschka	Cindy Crawford	Kate Moss
Nada em especial	Bumbum	Fetiches - pés, nuca etc.
Tanga	Swatch	Lingerie
Alisado	Comprido	Curto

FIGURA – CAPRICHOS, 1994d. p. 49.



É possível ter uma doença sexualmente transmissível, mesmo sendo virgem?

Sim, desde que você tenha contato íntimo com uma pessoa infectada. Preste atenção: contato íntimo não significa somente transar. Se você e o seu namorado estiverem se tocando mais intimamente, e ele estiver com algum tipo de doença—o que muitas vezes não pode ser vista a olho nu—, você pode contrai-la. Mesmo nessas horas, quando o seu namorado jura que vocês não vão transar, é muito importante usar camisinha. Peça para ele colocá-la antes de o pênis ter qualquer contato com o seu corpo.

Por que algumas meninas sentem cólicas e outras não?

Pelo mesmo motivo que umas nascem com os olhos verdes e outras com castanhos. Sentir cólica alguns dias antes e durante a menstruação não quer dizer que existe algo errado com o seu corpo—a menos que seja insuportável. A cólica varia ao longo da vida e é provocada por uma substância chamada prostaglandina, que faz o útero se contrair para deslocar o endométrio (tecido interno) e dar passagem ao sangue menstrual. Quanto maior a quantidade de prostaglandina, maior a cólica.

Dói muito transar pela primeira vez?

Tem meninas que transam, não sentem nenhum incômodo e chegam até ao cúmulo de achar que continuam virgens só por causa disso. Outras, sentem muita dor e sangram. Mas uma vez é aquela história: cada corpo reage de um jeito. O hímen tem elasticidade e irrigação sanguínea variável, difícil de generalizar. A dor, quando acontece, é suportável e tem mais a ver com a tensão emocional que provoca uma certa resistência na musculatura da vagina. Calma, segurança e relaxamento ajudam muito na hora de transar, mas isso você vai aprender com o tempo. Sexo também é uma questão de aprendizado. E muito mais importante do que ficar mantendo nesta dúvida, é você estar consciente que chegou a hora... e que escolheu o menino certo.

Por que aparece um fluido esbranquiçado quando fico excitada?

Quando você fica excitada pode sentir um calorão, o rosto avermelhar, o coração saltar na boca e a calcinha molhar. Estes pre-paques todos são provocados pelo aumento de hormônios específicos que, entre outras coisas, estimulam as glândulas da vagina para produzirem esse líquido esbranquiçado. Se houver relação sexual, a introdução do pênis será mais fácil porque este líquido funciona como um lubrificante natural.

95

FIGURA – CAPRICHÓ, 1994d, p. 95.

Você precisa saber

Só para você:

Este minidicionário vai fazer você se conhecer direito, entender o que a sua professora fala e o que lê por aí.

Aids Sigla de Síndrome de Imunodeficiência Adquirida, doença causada pelo vírus HIV, que faz o sistema de defesa do corpo entrar em colapso e perder a capacidade de combater infecções.

Clitóris A parte mais sensível dos genitais femininos. É como um botãozinho, cheio de terminações nervosas, que fica logo acima da uretra. Quando estimulado, torna-se rígido e ajuda a provocar o orgasmo.

DIU Sigla de Dispositivo Intra-uterino, método anticoncepcional. É uma pequena estrutura de plástico com um fio de cobre enrolado, tão pequenininho que é colocado no colo do útero.

Diafragma Outro método contraceptivo feminino. Funciona como um capuz de borracha que é colocado no fim da vagina para impedir a penetração dos espermatozoides.

Esperma É o líquido que sai do pênis quando o homem ejacula.

Espermatozóide A célula reprodutora masculina que sai no esperma.

Elisa Exame de sangue que serve para ver se uma pessoa esteve em contato com o HIV.

Himen Um anel de pele elástica que fica na entrada da vagina. Tem dobras flexíveis e uma abertura pela qual sai o fluxo menstrual.

HIV Sigla em inglês para Vírus da Imunodeficiência Humana. É o vírus que causa a Aids, e pode ser encontrado em fluidos corporais, como o sangue, sêmen, secreção vaginal e leite materno.

Labios vaginais Parte dos peritais femininos. Há dois tipos: os grandes e os pequenos lábios. Os primeiros são bem maiores e servem para proteger a vagina e o clitóris. Os pequenos lábios são mais finos e podem ser vistos quando os grandes lábios são separados.

Libido Significa impulso sexual. É a intensidade dos sentimentos sexuais de uma pessoa.

Ovários São glândulas sexuais femininas localizadas de cada lado do útero. Medem cerca de 4 centímetros de comprimento por 1,5 centímetro de largura. Formados por nervos e vaso sanguíneos, são os ovários que liberam um óvulo por mês.

Ovulo Célula reprodutora feminina.

Púbis Região externa da sua vagina onde crescem os pêlos.

Papanicolau Exame ginecológico que deve ser realizado anualmente nas mulheres entre 20 e 60 anos. É um exame preventivo ao câncer de útero. Com uma espátula, retira-se uma pequena amostra do muco que fica na superfície do colo do útero para ser testada em laboratório.

Sêmen É o líquido que sai antes do homem ejacular, sem espermatozoides.

Útero Órgão em forma de lâmpada, onde se desenvolve o bebê.

Trompas de Falópio Dois canais que fazem a ligação do útero até os ovários. É por aí que os óvulos "viajam" todo mês para o útero.

Vulva Parte externa dos órgãos reprodutores femininos, onde se encontram os lábios vaginais e o clitóris.

Zonas erógenas Partes do corpo que, estimuladas, provocam excitação sexual. Varia de pessoa para pessoa.

FIGURA – CAPRICHÔ, 1994d, p. 96.



Sexo

Menstruação X Ovulação

Na seção "sexo" (CAPRICHÔ, junho), vocês disseram que é totalmente impossível engravidar antes da primeira menstruação e eu acho que não é verdade. Não tem uma ovulação quinze dias antes?

R.M., 17 anos, São Paulo, SP

Cometemos um erro ao dizer que é totalmente impossível uma menina ficar grávida antes da primeira menstruação. É muito, muito raro. A explicação tem a ver com a pergunta. A primeira menstruação em geral foge à regra dos ciclos menstruais e não é precedida por ovulação, ou, se for produz um óvulo ainda imaturo. Isso acontece porque o organismo está se preparando para a vida sexual e a reprodução. Não estranhe: a verdade é que a menstruação e a ovulação não estão sempre ligadas. Tanto que excepcionalmente pode acontecer de uma menina ovular mesmo sem menstruar ainda. Ai, se transar, pode ficar grávida, sim. É aquela história que a gente não se cansa de repetir: para transar tem que usar camisinha sempre.

Qual camisinha comprar?

Sempre quando vou comprar camisinha não sei qual escolher. Tem com espermicida, com lubrificante, ultra-segura. Qual a melhor?

R.N., 16 anos, Santos, SP

Não há uma melhor ou pior. Veja quais são as indicações dos tipos mais comuns de camisinha:

- ES ultra-segura:** é a camisinha mais indicada para se proteger de doenças sexualmente transmissíveis. É a mais resistente, a barreira mais efetiva ao vírus HIV.
- ES com espermicida:** torna a camisinha mais segura como método anticoncepcional.
- ES com lubrificante:** serve para facilitar a penetração. A principal vantagem é que essas camisinhas já saem de fábrica com um lubrificante adequado, à base de água.

Antes de comprar, não esqueça de verificar o prazo de validade da camisinha e checar se tem o símbolo do Instituto Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), órgão responsável pela fiscalização do produto. Prefira as embalagens quadradas, mais confiáveis que as retangulares, que apertam a camisinha. Se você está namorando, consulte quais as preferências dele, inclusive de marca. Afinal, é bom para os dois, mas é ele que veste.

 Se tiver este símbolo na caixa, pode comprar sossegada.

Se você tem alguma dúvida, escreva para revista CAPRICHÔ, seção "Sexo". Não se esqueça de pôr seus dados (idade, escolaridade, profissão), mas não se preocupe, porque só publicamos as cartas de seu nome. Caixa Postal 14110, CEP 02299-990, São Paulo, SP.

CAPRICHÔ - Outubro 15

TO BE FREE IS TO BE REEDON.




reedon

The beginning of freedom

REEDON CALÇADOS LTDA
RUA EST. SÃO CARLOS, 220 - BARRAGEM, 91 - FONE/FAX (011) 541.7000

FIGURA – CAPRICHÔ, 1994e, p. 15.

Sexo

Papa o quê?
Para que serve o exame papanicolau? Ele pode detectar a presença do vírus HIV?
A.E.B., 16 anos, Cidade Dutra, SP

- A principal função do exame papanicolau é a prevenção do câncer ginecológico da vagina e do útero. Ele é capaz também de detectar algumas infecções. O exame é simples, e feito a partir de uma amostra de muco do útero que pode ser colhida pelo próprio médico ou num laboratório. Se realizado todo o ano, consegue mostrar o câncer logo no começo e prevenir o seu desenvolvimento. O papanicolau não serve para ver se uma mulher é portadora do HIV. Esse vírus só é localizado através de um exame de sangue específico.

Boca a boca

Com o beijo é possível pegar alguma doença?
P.H., 15 anos, São Paulo, SP

- O beijo pode transmitir gripe, hepatite, herpes e micose de boca, como sapinho. Imagine que tem uma virose, a mononucleose, que até ficou conhecida como a doença do beijo. Ela não é uma doença grave e seus sintomas são: gânglios linfáticos inchados, febre e garganta irritada, meio parecidos com os de uma gripe forte. Para evitar a contaminação, se você ou o menino estiver com um desses vírus, o beijo é completamente contra-indicado. Nada, porém, que faça você deixar de beijar para sempre. O beijo é gostoso e saudável e já fez duas pessoas ressuscitarem. A Bela Adormecida e a Branca de Neve estão aí para comprovar.

Editora Abril

Fundador: VICTOR CIVITA (1907 - 1992)
Presidente: Roberto Civita
Vice-Presidente Executivo: Thomas Souto Cordeiro

Diretor de Recursos Humanos: Angelo Mancini
Diretor Administrativo e Gerencial: Carlos E. Borlato
Secretário Executivo: Odo Vozzi Filho
Diretor de Publicação: Dalton Pinheiro Junior
Diretor Editorial: Roberto A. Seta
Diretor de Planejamento e Controle: Valter Paesoni

Então, não transe
Me acho muito novo para tomar pílula e acho desconfortável usar camisinha.
F.V., 17 anos, Blumenau, SC

- Se você está com tantas dúvidas, o mais indicado é não transar enquanto não resolvê-las. A gente só está realmente preparada para transar quando se sente pronta também para assumir todas as responsabilidades da vida sexual. Há dois assuntos importantes para se pensar:
 - é necessário usar um anticoncepcional, seu ginecologista é a pessoa mais indicada do mundo para ajudá-la a escolher um. A pílula pode até não ser a sua preferência, mas saiba que é indicado dois anos após a primeira menstruação;
 - é necessário se prevenir da Aids. Por isso, enquanto não inventarem outra forma, tem que usar a camisinha.

O beijo na boca não transmite Aids

Duas palavras para a mesma coisa
Acabei de estudar os sistemas reprodutores e no meu livro diz que sêmen e esperma são a mesma coisa, ao contrário do que vocês colocaram na matéria "Você precisa saber" (CAPRICHO, setembro).
C.M., 13 anos, São Leopoldo, RS

- Nós erramos. O sêmen e o esperma são a mesma coisa. Ou seja, a líquida que contém os espermatozoides e que é ejaculado pelo homem durante o ato sexual, a masturbação ou a poluição noturna.

Grupo Abril
Presidente: Roberto Civita
Vice-Presidente: Angelo Mancini
Dir. Administrativo: José Aguiar Filho
Dir. Recursos Humanos: Plácido Leites
Dir. Planejamento: Sérgio Soares Reis, Thomas Souto Cordeiro

FIGURA – CAPRICHO, 1994f. p. 16.

ANEXO B – Capas da Revista Capricho referente aos meses de janeiro, março, maio, setembro, outubro de dezembro de 1994.



FIGURA – CAPRICHÔ, 1994a.



FIGURA – CAPRICHÔ, 1994b.

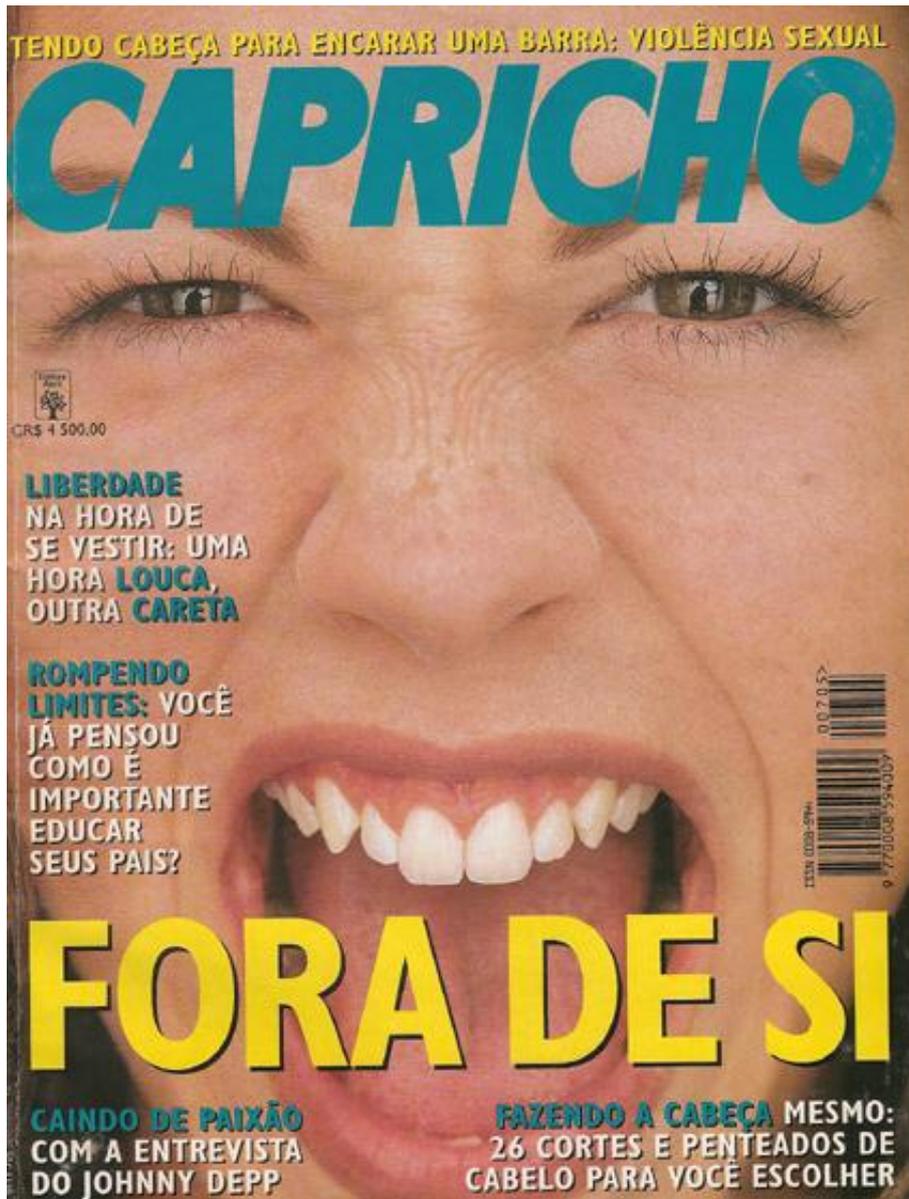


FIGURA – CAPRICHO, 1994c.



FIGURA – CAPRICHÔ, 1994d.



FIGURA – CAPRICHÔ, 1994e.



FIGURA – CAPRICHÔ, 1994f.